

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



ALEXANDRE VÍTOR DE LIMA FONSÊCA



UMA JORNADA GEOGRÁFICA LITORÂNEA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA  
ENSINAR E APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA: uma experiência em São José de Ribamar/MA



São Paulo  
2013

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**ALEXANDRE VÍTOR DE LIMA FONSÊCA**

**Uma Jornada Geográfica Litorânea como proposta metodológica para ensinar e aprender Geografia na escola: uma experiência em São José de Ribamar/MA**

São Paulo  
2013

**ALEXANDRE VÍTOR DE LIMA FONSÊCA**

**Uma Jornada Geográfica Litorânea como proposta metodológica para ensinar e aprender Geografia na escola: uma experiência em São José de Ribamar/MA**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Física

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Araujo de Almeida

**São Paulo  
2013**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F56 j      FONSECA, ALEXANDRE VÍTOR DE LIM A FONSECA  
            UMA JORNADA GEOGRÁFICA LITORÂNEA COMO PROPOSTA  
            PARA ENSINAR E APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA: uma  
            experiência em São José de Ribamar/MA / ALEXANDRE  
            VÍTOR DE LIM A FONSECA FONSECA ; orientadora REGINA  
            ARAUJO DE ALMEIDA ALMEIDA. - São Paulo, 2013.  
            213 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Geografia. Área de concentração:  
Geografia Física.

1. . I. ALMEIDA, REGINA ARAUJO DE ALMEIDA,  
orient. II. Título.



**FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima. Uma Jornada Geográfica Litorânea como proposta metodológica para ensinar e aprender Geografia na escola: uma experiência em São José de Ribamar/MA.** São Paulo, 2013. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Banca Examinadora**

Professora Dr<sup>a</sup>. Regina Araujo de Almeida

Assinatura: \_\_\_\_\_

Instituição: FFLCH - USP

Professor:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Instituição:

Professor:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Instituição:

Professor:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Instituição:

Professor:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Instituição:

**DEDICO**

Aos meus filhos, Karen Sheron Bezerra Fonsêca  
e Kenneth Sebastian Bezerra Fonsêca  
na certeza da continuação.

*In memoriam*

À minha mãe Rosário de Maria Lima Fonsêca  
Ao meu pai Joaquim de Araújo Fonsêca  
À minha madrinha Morena

## AGRADECIMENTOS

A Deus, aos homens, mulheres e crianças que contribuíram direta ou indiretamente na construção das trilhas como pessoa, professor e pesquisador, e assim colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho.

À professora Dr<sup>a</sup> Regina Araujo de Almeida, minha orientadora, por confiar no meu trabalho e por ser companheira durante todo o percurso trilhado. Muito obrigado, professora, pelo cuidado e amizade. Valeu a pena ter sido seu orientando!

À minha mãe Rosário de Maria, (*in memorian*) que, em atos de heroísmo, esforço, coragem, dedicação, empenho e amor, nos colocou na escola e, em decorrência de sua determinação, alcançássemos os resultados esperados. Lembro que, em diversas ocasiões, dizia: “não permita Deus que morra sem antes ver os meus filhos com o 2º grau concluído”. Não somente concluí o 2º grau, mãe, como também subi mais alguns degraus. Muito obrigado pela vida!

Ao meu pai Joaquim Fonsêca (*in memorian*) que, nos dias de convivência nas viagens que realizamos juntos, me indicou o norte das trilhas geográficas.

Ao meu filho, Kenneth, que soube entender e compreender a minha ausência, a minha filha Karen que sempre esteve do meu lado fazendo companhia, tornando-se inclusive minha colega em disciplina do doutorado. Muito obrigado, meus filhos, que Deus os proteja.

À Marlene Bezerra, pelo companheirismo. Muito obrigado por tudo.

Aos meus irmãos Luiz, João, Paulo, Madalena, Concita, Morena, Magaly e especialmente a Maria Luiza que, durante o preparo das tarefas escolares, lá no ensino fundamental, quantas vezes me puxou as orelhas. Muito obrigado, minha irmã, o seu esforço e sua dedicação não foram em vão, ao contrário, serviram de incentivo para o meu trilhar

pedagógico e foi espelhado em você, professora Luiza, que hoje dei mais um passo nos saberes da Geografia. Valeu a pena, minha irmã primeira!

À professora Dr<sup>a</sup> Nídia Nacib Pontuschka, pela atenção e colaboração. As reflexões a respeito da temática foram fundamentais e decisivas para a realização da tese. Muito obrigado, professora, por me receber em sua casa e me atender nos momentos em que precisei do seu apoio pedagógico. A senhora é especial!

Ao professor Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, pelo apoio e contatos. Foi por sua mediação que fui apresentado à prof<sup>a</sup>. Regina. Muito obrigado, meu amigo, vou ser sempre grato. Valeu, camarada!

À professora Dr<sup>a</sup> Fernanda Padovesi, pela colaboração e contribuições quando do exame de qualificação. Muito obrigado, professora, pela visão de novas métricas cartográficas durante os debates nas aulas do curso de doutoramento.

À professora Dr<sup>a</sup>. Rosely, pela oportunidade de conhecer um pouco das cidades do interior de São Paulo. Obrigado, professora, pelos ensinamentos de aerofotogrametria, os quais me aguçaram o olhar sobre as feições do relevo terrestre.

Aos professores da Unidade Escolar José Ribamar Moraes Silva: Celene de Jesus, Maira Rejane, Adélia de Oliveira, Domingas Alves, Joana Borges, Samira Paixão, Duzary de Maria, Nadja Sônia, Maria do Livramento, Maria da Conceição, Erlange Reis, Maria de Jesus Ferreira, Maria de Jesus Lopes, Kátia Solange. Obrigado pelo apoio e participação durante os momentos em que estive na escola, em especial quando da realização das Jornadas Geográficas Litorâneas.

Às diretoras Gissele Chaves, Paulina Helena e Helizabeth Cristina. Muito obrigado pela dedicação e confiança.

Aos administrativos Joaquina Rodrigues Rocha, Suely Maria Pinto Costa, Maria Ivanilde, Nilda dos Santos, Gizelda Rogrigues, Josilene de Oliveira e Luzenilde Coutinho. Muito obrigado pelo carinho durante a execução da pesquisa.

Aos alunos da Escola José Ribamar Moraes Silva, em especial aos educandos do 6<sup>a</sup> ano, turma 2010 e 6<sup>o</sup> ano B turma 2012. Sem a participação de vocês, não teríamos alcançado os objetivos da pesquisa. Muito obrigado a todos. Vocês me mostraram que vale a pena fazer pesquisa neste Estado.

À Secretaria de Educação do Município de São José de Ribamar, representada pela secretária professora Carla Veras Bezerra e suas coordenadoras pedagógicas Concita, Raquel, Gissele, Sandra. Muito obrigado pela atenção e disponibilidade durante a execução da pesquisa.

À Iranilda Silva Lima. Amor, muito obrigado pelo apoio, carinho e compreensão.

Agradeço a todos os companheiros do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão em especial ao trio (Juarez, Maurício e Ronaldo) pela familiaridade e a Cordeiro, Antônio José e Zulimar Márita pelo incentivo durante a elaboração da tese.

À prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Manir Miguel Feitosa, pelo apoio e pela disponibilidade em ler e revisar a escrita da língua materna. Muito obrigado, professora, pelo apoio na finalização da tese.

À prof<sup>a</sup> MSc. Silvia Cristina Duailibe Costa, pela tradução do resumo. Muito obrigado, professora, pelo apoio.

Aos amigos que fiz em São Paulo, em especial à colega professora Waldirene do Laboratório de Ensino e Material Didático - LEMADI/USP pelo apoio, atenção, empenho e dedicação durante as trilhas da tese. Muito obrigado, Wal, você sempre será lembrada como uma pessoa que não mede esforço para servir ao próximo. Valeu a pena ser seu amigo!

Ao meu colega de doutorado José Camilo, professor da Universidade Estadual do Amazonas, na cidade de Parintins. Obrigado, meu amigo, pelas observações durante o delineamento da tese.

Ao Tércio Fonsêca, que, em ato de companheirismo, hospedou-nos (eu e minha filha) em seu apartamento por mais de trinta dias. Muito obrigado, meu amigo, você é nota 1000!

Ao CNPQ através do programa PRODOUTORAL/UFMA que financiou uma bolsa de 26 meses. Muito obrigado pelo apoio financeiro.

À USP pela oportunidade de estudar em uma universidade com professores e ensino de qualidade.

## APRESENTAÇÃO

### TEMPO BOM

Música: Chico da Silva (cantor e compositor amazonense)

Daquele tempo de menino

Ainda tenho no meu peito muita saudade

Roda pião,

Estilingue no pescoço e papagaio pra soltar

Mamãe me acordava cedo

Menininho toma banho,

Vai se aprontar

Vou ficar lhe vigiando

E no caminho da escola você vê se dá um jeito de não se sujar

E sempre com os meus amigos

Uma chegada na lagoa não fazia mal

E não faltava um bate bola no campinho

Improvizado no quintal

Que tempo bom que não volta nunca mais

A história de vida do autor como preâmbulo para a apresentação da tese é no sentido de convergir duas trilhas, uma da infância até a universidade e a outra acompanha o processo de ensinamentos de seu genitor enquanto homem da interface terra/mar.

Quinto filho de uma família litorânea que, juntamente com mais onze irmãos (cinco homens e seis mulheres), deixou uma das inúmeras praias do litoral leste maranhense acompanhado da mãe, contra a vontade do pai, tendo aportado na cidade de São José de Ribamar, no início dos anos cinquenta, após habitação em ilhas e povoados ao longo de baías e igarapés.

Tempos difíceis: a mãe cuidava da prole e o pai do trabalho para o sustento. Esse era o mote, mas a dinâmica do tempo no espaço altera esse ritmo de trabalho do chefe da família. Inicialmente estabelecido como comerciante (vendedor ambulante) entre portos dentro do estado, com períodos afastados de casa, variando entre dias e semanas, a bordo de uma embarcação movida a vela, essa dinâmica logo deu lugar a viagens mais longas, inclusive entre o Brasil, Guiana Francesa e Suriname.

Década de sessenta, fase da ditadura militar, período do boró do café, viagens em torno de trinta até sessenta dias. Nesse período, mamãe ficava sozinha para cuidar dos filhos na escola e demais afazeres domésticos, inclusive providenciar alimentação para todos.

Os irmãos mais velhos cuidavam dos mais novos, aprendi desde cedo a lutar pela sobrevivência, a respeitar a natureza e dela tirar o sustento, não abdiquei da luta de estudar, apesar da desistência de alguns irmãos. Dos doze, seis conseguiram chegar à universidade, mas apenas quatro concluíram o curso de graduação.

Durante meus estudos, contei com o auxílio de minha madrinha, irmã da minha mãe, que, nos dias mais difíceis, quer para o pagamento da passagem para chegar até a escola, quer na doação de alimento para o sustento da família (mãe e todos os filhos), foi preponderante para manter o empenho pelo estudo.

A escola pública sempre esteve presente nas jornadas, não poderia ser diferente, pois família com pouco poder aquisitivo não recorre a escolas privadas para manter os filhos estudando, assim seguimos nossa trajetória, primeiro o ensino fundamental, em escola estadual em São José de Ribamar e escola municipal em São Luís; ensino médio na Escola Técnica Federal, hoje (Instituto Federal de Educação) em São Luís; (Graduação) na Universidade Federal da Paraíba Campus de Cajazeiras/PB, (Especialização) na Universidade Federal do Maranhão em São Luís; (Mestrado) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal e, por último, o (Doutorado) na Universidade de São Paulo, em São Paulo capital.

A formação média tecnicista com apenas 21 anos de idade me levou ao Ceará para trabalhar como topógrafo no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na cidade de Icó, a 95 km de Cajazeiras/PB, sertão paraibano, daí a graduação em Geografia pela



Universidade Federal da Paraíba, realizada no turno noturno com deslocamentos diários entre as duas cidades.

Ao retornar à cidade de origem, deixei os serviços topográficos e dediquei-me ao desenho técnico (estradas, arquitetura, projetos elétricos, hidrosanitários e drenagem pluvial), mais tarde prestei concurso para professor de Geografia na rede pública estadual. Nesse momento desisti do desenho técnico, passando a lecionar Geografia no ensino médio e, posteriormente, Cartografia na Universidade Federal do Maranhão até a presente data.

Ser professor não foi por obra do acaso: a minha mãe, para manter os filhos estudando, passou a ensinar os vizinhos também, embora tivesse cursado até a quinta série, hoje sexto ano. Conseguia dar conta de manter os filhos sempre instruídos a seu modo e com seu conhecimento. Minha irmã mais velha enveredou pelo magistério, graduou-se em Pedagogia e foi decisiva para a minha formação docente. Após a graduação, já contagei uma filha e dois sobrinhos na arte da ciência geográfica.

Aprendi com papai a leitura de alguns astros, entre eles a lua e, a partir dela, a dinâmica das marés (enchentes e vazantes), assim como suas fases, cheia, crescente, minguante e nova, as quais são determinantes para a pesca artesanal litorânea.

Durante algumas viagens que fizemos juntos, e nas horas de folga da labuta diária no convés do barco, lhe fazia muitas perguntas, entre as quais se destacavam as relacionadas com as paisagens, geralmente litorâneas, pois eram as mais comuns na região por onde navegávamos. Em outros momentos, indagava-o sobre a movimentação do barco durante longos dias (de um a dois meses) na costa do Estado do Maranhão, assim como pelos litorais dos estados do Pará e Amapá até chegar, algumas vezes, à cidade de Paramaribo, capital do Suriname.

Nas conversas geralmente realizadas à noite após o jantar, papai também relatava, com riqueza de detalhes, os percursos e como eram realizadas as tarefas diárias na embarcação. Descrevia que os bordos (movimentos em ziguezague) eram realizados de acordo com a direção do vento da seguinte maneira: corria-se durante o dia (entendido como o tempo entre “o nascer” e o “pôr-do-sol”), para fora (o meio do oceano) e depois o mesmo tempo de volta para a terra ou até avistá-la, isso porque, em alguns casos, em função dos ventos e das correntes oceânicas, gastava uma noite ou mais. Esse procedimento era em função da necessidade de não se afastar muito do contorno do continente e evitar com isso que se perdessem.

A curiosidade era no sentido de saber como, a bordo de uma embarcação tão pequena, construída de madeira, com cerca de nove metros de comprimento, por três metros e meio de largura e aproximadamente dois metros de altura, contando apenas com uma bússola, conseguia percorrer distâncias medidas em centenas de milhas.

A embarcação era a “vela”, uma espécie de pano preso a um mastro por duas peças de madeira chamadas de vergas, o que no nosso entendimento era mais difícil para navegar, uma vez que essa “vela” possui o vento como força motriz. Esse meio de propulsão natural sopra em rajadas com direções e intensidade variadas, o que torna a arte de navegar mais complicada, pois requer prática e perícia de quem está no comando, assim como de toda a tripulação.

Após o período das longas viagens internacionais, as grandes distâncias foram substituídas por trajetos curtos. Foi a fase da pescaria e da compra de peixes em “geleiras”<sup>1</sup>. Essa foi uma fase de grande aprendizado dos saberes tradicionais tanto na arte de navegar,

---

<sup>1</sup> Embarcações construídas com madeiras, providas de caixas térmicas no interior, destinadas ao armazenamento do peixe gelado.

como na arte de pescar, pois, nos períodos das férias escolares, lá estava eu embarcado e realizando viagens ao longo da costa maranhense.

A nossa história de vida ao longo dos anos sempre foi o diálogo com a interface terra/mar. Acreditamos que os saberes geográficos dos filhos dos litorâneos são resultantes dos diálogos estabelecidos entre pais e filhos no dia-a-dia das atividades desenvolvidas em suas profissões. É com esse pressuposto que acreditamos ser possível manter os saberes tradicionais dos litorâneos, avaliação final da proposta metodológica após a realização do experimento, no diálogo estabelecido com a comunidade por meio dos conteúdos geográficos e finalizo afirmando que:

Nesta vida já fiz de tudo um pouco  
Limpei vísceras de gado e também de porco  
Tirei caranguejo no buraco  
Lavei lama de sururu no saco

Comi arroz com melancia  
Garapa de açúcar com água e pão algum dia  
Arrastei camarão com água no peito  
Já dividi um ovo com mais quatro irmãos no leito

Carreguei lata d'água na cabeça pra beber, banhar e cozinhar  
Vendi saco plástico na feira pra família sustentar  
Jamais desisti de lutar  
Pois a vida é um combate e eu não quero malograr

Quanto mais estudo, descubro que nada sei  
E assim, vou caminhando por trilhas que ainda não andei  
Certo de que o saber ainda não achei  
Com a confiança de que da vida nada levarei.

Alexandre Vítor de Lima Fonsêca

## RESUMO

**FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima. Uma Jornada Geográfica Litorânea como proposta metodológica para ensinar e aprender Geografia na escola: uma experiência em São José de Ribamar/MA. 2013. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.**

Esta tese apresenta uma metodologia de trabalho na escola para aprender e ensinar Geografia. Trata-se de uma proposta de ensino a partir de um trabalho de campo que tem como princípios: a reflexão de uma construção plural de aula de campo, com múltiplos olhares com destaque para os alunos e professores. O objetivo principal foi propor um método de investigação com ênfase na valorização dos saberes geográficos tradicionais dos litorâneos de São José de Ribamar/MA, a partir de um estudo do meio com alunos da rede pública municipal de ensino, a fim de identificar se os saberes são utilizados pelos professores de Geografia. A partir de aula de campo, alunos e professores experimentaram de que forma os saberes podem ser sistematizados em um currículo que possibilite relacionar os conteúdos escolares com a realidade do cotidiano dos seus pais. Foram realizados dois experimentos intitulados “Jornadas Geográficas Litorâneas” com alunos do 6º ano para avaliar os efeitos das tarefas realizadas em campo e de que forma contribuem para a aprendizagem dos conteúdos geográficos que dizem respeito ao dia-a-dia da comunidade ribamarense. A primeira serviu de laboratório na avaliação da metodologia, a segunda serviu de parâmetro para análise dos efeitos das tarefas realizadas. Foram efetuadas quatro modalidades de análise: mapeamento da trilha com introdução de noções de cartografia escolar, análise dos relatórios, interpretação das cenas fotografadas e avaliação dos fatores presentes no cenário trilhado a partir de seminário. A experiência das jornadas realizadas por alunos e professores mostra-nos que um planejamento de aulas de campo, durante o período letivo da escola, pode contribuir decisivamente para a formação da cidadania do educando, aproximando o conhecimento teórico com o saber prático da comunidade.

Palavras-chave: Ensino de Geografia e Cartografia, Estudo do Meio, Jornadas Geográficas, São José de Ribamar.

## ABSTRACT

Fonsêca, Alexandre Vítor de Lima. **A Geographic Seaside Journey as a methodology to teach and learn Geography at school: an experience in São José de Ribamar / MA.** 2013. Thesis (Ph.D.) - Department of Geography - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo, 2013.

This thesis presents a methodology of work to learn and to teach Geography at school. It is a teaching proposal from a field study whose principles are: the reflection of a plural construction of class field from multiple perspectives with emphasis on students and teachers. The main objective is to propose a method of research with emphasis on the valorization of classical traditional geographical knowledge of the seaside city of São José de Ribamar/ MA, from a study of the environment with students from public municipal school in order to identify whether that knowledge is used by Geography teachers. From field class, students and teachers experienced how that knowledge can be systematized in a curriculum that enables students to relate the contents with the everyday reality of their parents. Two experiments entitled "Geographic Seaside Journeys" were conducted with 6th grade students to evaluate the effects of the tasks performed in the field and how they contribute to the learning of geographic contents related to the everyday life of São José de Ribamar's community. The first served as a laboratory for the evaluation of the methodology, the second as a parameter for analysis of the effects of the tasks performed. Four types of analysis were done: mapping the track with introductions of notions of school cartography, analysis of reports, interpretation of photographed scenes and evaluation through seminars of factors presented in the followed settings. The experience of the journeys undertaken by students and teachers shows us that planning field classes during the academic school year, can contribute decisively to the citizenship of the student, approaching the theoretical knowledge to the practical knowledge of the community.

Keywords: Geography and Cartography Teaching, Environmental Study, Geographical Journeys, São José de Ribamar.

## LISTA DE FIGURAS

	p.
Figura 1: Mapa de Localização do Município de São José de Ribamar/MA.....	66
Figura 2: Bandeira e Escudo do Município de São José de Ribamar/MA.....	67
Figura 3: Avenida Gonçalves Dias - Centro da Cidade de São José de Ribamar.....	69
Figura 4: Trav. Bom Jesus - Paralela ao Igarapé do Vieira.....	70
Figura 5: Igarapé do Vieira - Palafitas.....	71
Figura 6: Município de São José de Ribamar/MA.....	73
Figura 7: Estátua de São José.....	74
Figura 8: Praia de Banho.....	75
Figura 9: Praia do Panaquatira.....	76
Figura 10: Pescada Amarela - Porto do Vieira em São José de Ribamar/MA.....	86
Figura 11: Mapa do Litoral Maranhense.....	87
Figura 12: Desembarque de camarão no Porto do Vieira.....	89
Figura 13: Embarcação tipo Barco - movida a motor a diesel.....	92
Figura 14: Embarcação tipo Biana - movida a motor a diesel.....	93
Figura 15: Embarcação tipo Biana - movida a vela.....	93
Figura 16: Embarcação tipo Canoa - movida a vela.....	94
Figura 17: Localização das Baías de São Marcos, São José, Tubarão e Sarnambi.....	95
Figura 18: Pescaria com linha de mão.....	95
Figura 19 Peixe-pedra.....	96
Figura 20: Pescaria com espinhel ou grozeira.....	98
Figura 21: Rede de náilon - Caçoeira.....	99
Figura 22: Rede malhadeira sendo armada em embarcação.....	100
Figura 23: Pescaria com rede malhadeira com barco à deriva.....	100
Figura 24: Pescaria com puçá.....	101
Figura 25: Curral com rede de náilon - São José de Ribamar/MA.....	102
Figura 26: Tapagem longitudinal do igarapé com rede de náilon.....	103
Figura 27: Tapagem transversal do igarapé com rede de náilon.....	103
Figura 28: Embarcações construídas no Estaleiro Polimar - Porto do Vieira em São José de Ribamar/MA.....	113

Figura 29: Três gerações de carpinteiros navais: à direita Raimundo Ferreira Fonsêca (Filimico) - pai, ao centro Joaquim de Souza Fonsêca - filho e à esquerda José Reinaldo Pereira Fonsêca - neto.....	114
Figura 30: Filho de pescador de 12 anos governando embarcação (biana) movida a motor, do lado outro filho de pescador com 13 anos e que também dirige a embarcação.....	115
Figura 31: Pesqueiros localizados entre as cidades de São José de Ribamar e Raposa/MA.....	117
Figura 32: Pescadores confeccionando rede de pescar - malhadeira.....	119
Figura 33: Merenda escolar - peixe e sururu.....	137
Figura 34: Local onde é servida a merenda escolar.....	138
Figura 35: Aula ministrada pela Professora Maira na Praça de São Benedito em frente à Escola.....	144
Figura 36: Fachada da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva.....	148
Figura 37: Trilha da 1ª Jornada Geográfica Litorânea - “piloto”.....	153
Figura 38: Desenho de um barco.....	154
Figura 39: Porto do Cajueiro.....	155
Figura 40: Porto do Vieira.....	156
Figura 41: Praia de Banho.....	157
Figura 42: Estátua de São José de Ribamar.....	158
Figura 43: Professora Maira e alunos com kit em trabalho de campo.....	160
Figura 44: Trilha da 2ª Jornada Geográfica Litorânea - “experimento”.....	162
Figura 45: Pescador consertando rede de náilon - Trav. Bom Jesus em São José de Ribamar/MA.....	175
Figura 46: Lixo na margem direita do Igarapé do Vieira - São José de Ribamar/MA.....	176
Figura 47: Embarcações no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA.....	177
Figura 48: Construção de biana em estaleiro no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA.....	178
Figura 49: Fábrica de gelo no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA.....	179
Figura 50: Aluno do 6º ano B apresentando seminário.....	184

## SUMÁRIO

	p.
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>2 TRILHAS PERCORRIDAS</b> .....	33
2.1 Métodos e Materiais.....	33
2.2 Trilhas teóricas.....	40
<b>3 SÃO JOSÉ DE RIBAMAR: um olhar geográfico</b> .....	65
3.1 O município.....	65
3.2 O lugar: São José de Ribamar.....	72
<b>4 O MAR E O PESCADOR ARTESANAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR</b> .....	78
4.1 Os pescadores artesanais.....	79
4.2 Como trabalham e vivem os pescadores ribamarenses.....	85
4.3 Os saberes dos pescadores e familiares.....	107
<b>5 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA</b> .....	122
5.1 Descrição da Metodologia de Ensino.....	123
5.2 A Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva e o ensino de Geografia.....	132
5.3 Análise e discussões das trilhas.....	146
5.3.1 O projeto piloto: a 1ª Jornada Geográfica Litorânea.....	150
5.3.2 O experimento: a 2ª Jornada Geográfica Litorânea.....	159
5.3.3 O plano de aula do experimento.....	169
5.3.4 Os olhares dos alunos.....	172
5.3.5 Os seminários.....	181
<b>6 CONCLUSÕES</b> .....	187
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	193



## 1 INTRODUÇÃO

Não nasci professor ou marcado para sê-lo, embora minha infância e adolescência tenham estado sempre cheias de “sonhos” em que rara vez me vi encarnando figura que não fosse a de professor.

Paulo Freire

O estudo da tese surgiu a partir de algumas preocupações com a prática de ensino e os conteúdos de geografia ministrados nas escolas públicas municipais de São José de Ribamar, no estado do Maranhão. A pesquisa em tela reflete nossas inquietações a respeito das práticas de ensinar e aprender, que muitas vezes resume-se à leitura e exploração dos conteúdos impressos nas páginas dos livros didáticos adotados nas escolas.

Tradicionalmente, os livros didáticos se constituem em única fonte de pesquisa e informação disponível para uma boa parte dos professores que lecionam no ensino básico desse país, ou por serem de mais fácil leitura e, conseqüentemente, requererem um menor esforço no preparo das aulas, ou porque o professor neles encontra uma espécie de “receita”, que, uma vez seguidos os conteúdos e a seqüência do sumário, repassará ao aluno as informações necessárias para a continuidade das séries seguintes.

Os livros didáticos de Geografia, adotados na rede pública municipal de ensino em São José de Ribamar, não são diferentes dos demais livros adotados na rede pública maranhense, pois, além de se constituírem como principal fonte de informação básica para o preparo das aulas, deixam a desejar quanto à abordagem das paisagens do lugar onde as aulas são ministradas, mesmo porque os livros são produzidos em outras regiões do país, com representação da paisagem totalmente diferente das locais e que não fazem parte do dia-a-dia dos educandos da rede pública municipal em questão, não permitindo, assim, a identificação

de lugares conhecidos, uma vez que os ambientes visualizados e descritos nos livros não correspondem ao espaço vivido pelos alunos.

Uma porção considerável da população do município de São José de Ribamar e, em particular, os pais dos alunos da rede pública municipal, estão envolvidos em atividades que dizem respeito à tarefa pesqueira. Considera-se que as tarefas pesqueiras envolvem a captura, produção, transporte, comercialização do pescado, comércio de produtos de equipamentos para pesca, construção naval, estabelecimentos que produzem e comercializam gelo, além de outros profissionais executores de tarefas, como, por exemplo, carregadores, carroceiros e estivadores.

O desafio da pesquisa era como abordar os conteúdos geográficos ministrados nas salas de aula em conformidade com o cotidiano dos alunos. Como, então, desenvolver uma pesquisa que atendesse a uma prática de ensino na qual a ação se constitua em objeto? Como refletir sobre o conteúdo curricular e as estratégias didáticas utilizadas nas escolas e o conhecimento cotidiano dos estudantes, trazendo seu espaço vivido e percebido para a sala de aula? Que conteúdos geográficos seriam abordados para que os educandos reconhecessem o seu lugar?

No sentido de equacionar o desafio, pensamos em realizar incursões litorâneas, em outras palavras, um estudo do meio que agrupasse a observação das paisagens e, ao mesmo tempo, registrasse em fotos, entrevistas, observações e desenhos o dia-a-dia dos litorâneos. As respostas a essas perguntas vieram com uma proposta metodológica para ensinar e aprender Geografia, na forma de “Jornada Geográfica Litorânea”. Essa metodologia possibilitou a aproximação maior entre alunos e professores, numa relação participativa e construtivista.

A pesquisa foi realizada com alunos do 6º ano do ensino fundamental da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva, situada na Rua 28 de Julho s/n, Bairro de São

Benedito, em São José de Ribamar/MA e foi desenvolvida em três etapas: na primeira, foi estabelecido um diálogo com os pais pescadores e não pescadores - a partir de agora identificados por litorâneos - pais dos alunos objeto da pesquisa a respeito de suas atividades diárias e os diálogos efetivados no ambiente familiar, no entorno da residência e no local de trabalho.

Outrora, os filhos dos litorâneos, assim como a maioria dos filhos de moradores de outras regiões brasileira e em particular a maranhense, auferiam informações e saberes e, em especial, saberes geográficos, a partir do convívio diário com as atividades de seus pais. Assim, o diálogo estabelecido entre esses saberes e os conteúdos geográficos, sistematizados nas escolas municipais onde esses educandos estudam, constituíram-se em elementos indispensáveis para a pesquisa.

Na segunda etapa, foi realizado um estudo na escola onde estudam os sujeitos da pesquisa com o intuito de identificar os conteúdos ministrados nas aulas de Geografia, qual sua relação com os saberes geográficos dos litorâneos e de que forma são abordados nas salas de aulas.

A nossa opção foi estudar os referenciais geográficos que fazem parte do rol de conteúdos da escola, em particular os relacionados aos saberes geográficos dos litorâneos com ênfase na orientação geográfica, uma vez que está presente no dia-a-dia, quer seja nas rajadas dos ventos percebidos nas folhas dos coqueiros no porto do Vieira, seja no movimento das embarcações a vela, entre outros fatores que fazem parte da paisagem litorânea, por entender que esses parâmetros são fundamentais para o diálogo de ensino e aprendizagem dos educandos da rede pública municipal no contexto em foco.

Na terceira etapa, optamos por sistematizar um método de ensino com base em estudo do meio, denominado “Jornada Geográfica Litorânea”, e para isso foram utilizados os saberes geográficos trazidos de casa pelos alunos. A intenção foi proporcionar-lhes uma

aprendizagem mais significativa a partir do estudo da paisagem, tendo como cenário a interface continente/oceano.

Na concepção de Pontuschka e Lopes (2010, p.31), “a pesquisa de campo é reveladora da vida, ou seja, por meio dela pretende-se conhecer mais sistematicamente a maneira como os homens e as mulheres de um determinado espaço e tempo organizam sua existência [...]”.

Nesse sentido, o trabalho de campo se constitui em um estudo indispensável com relação ao processo de caráter espacial, revelando detalhes do cotidiano da comunidade que muitas vezes passam despercebidos dos alunos e professores. Como, por exemplo, uma roda de conversa formada por pescadores no porto, enquanto esperam a “hora da maré”, entendida como o horário da chegada ao porto dos pescadores ou saída para a pescaria.

O ensino de Geografia deve fazer parte do cotidiano da escola, propiciando ao educando uma reflexão a respeito da utilização dos elementos geográficos, representados em mapas, cartas, plantas, entre outras representações, não apenas como símbolos cartografados que são levados para as salas, nas aulas de Geografia ou ciências afins, como figuras ilustrativas de textos.

Os marcos sistematizados nos espaços conhecidos, como, por exemplo, os deslocamentos diários do percurso casa/escola/casa, porto/pesqueiro/porto, esse último relacionado à labuta diária de pescadores, revendedores de peixe, marisqueiras, entre outros profissionais ligados às tarefas cotidianas da orla marítima, devem ser de fácil reconhecimento e que propiciem ao aluno compreender a organização espacial da sociedade e de que maneira esse espaço é representado cartograficamente.

Para Silva (2004, p. 25), “o espaço social geográfico, produto da experiência científica, não encontra seu aporte no chão e sim nas relações sociais que, para serem compreendidas e constatadas, não podem deixar de lançar mão da abstração como processo reflexivo cognitivo”. Entende-se, que, através deste estudo, a experiência da representação

espacial aplicada na pesquisa permitirá um diálogo permanente entre a escola e o cotidiano dos alunos, atores que são do mesmo processo.

O mar sempre foi fonte de inspiração e o meio de ganhar a vida para os moradores do litoral brasileiro e, em particular, o maranhense. Perceber os movimentos das ondas, observar as enchentes e as vazantes das marés, acompanhar os movimentos de ir e vir das canoas, barcos de pesca, lanchas e outras embarcações, a movimentação das pessoas na beira-mar, entre outras dinâmicas, faz parte do cotidiano dessas populações que habitam o litoral e usufruem do espaço marítimo para a prática do lazer e, principalmente, para o trabalho, pois se constitui como o principal meio para a sua sobrevivência.

Neste contexto, o educando também se faz pescador ou conhecedor do processo de pescaria. Ora com base nas conversas informais que se dão no interior de suas residências na cidade de São José de Ribamar/MA, onde, entre outros diálogos, são comentados o vaivém diário da labuta pesqueira, em condições, às vezes, adversas, isso porque esse processo acontece sob o sol forte ou sob chuva intensa, às vezes com ventos fortes, às vezes com calma, ora com base em suas próprias experiências, uma vez que alguns alunos, por necessidade de sobrevivência, trocam os bancos escolares pelos bancos das embarcações de pesca.

Faz-se necessário o estudo da afinidade entre alunos, professores e pais, atores que são da mesma relação e que compartilham diariamente do exercício da sobrevivência, não podendo, portanto, ser estudados de forma isolada, isso porque tanto a escola, que é por excelência o espaço da aprendizagem e construção do conhecimento formal, quanto à família, a responsável pela afetividade e logística, entre outros apoios, são responsáveis também pela consolidação do conhecimento informal, da valorização das tradições e da história do lugar.

Tanto a escolha do município de São José de Ribamar/MA como lócus do estudo, quanto a escola, justifica-se pela proximidade com a capital do estado, facilidade de

deslocamento, bom relacionamento com a diretoria da escola e com a secretária municipal de educação e por ser a cidade de nascimento do pesquisador, onde viveu até o término do ensino médio.

A opção pelo ensino público municipal teve como referencial a sua abrangência social e por se constituir no sistema que atinge maior contingente de educandos na faixa etária entre 10 e 13 anos e, em particular, os de baixa renda, entre eles os filhos dos praiheiros que estudam na rede pública de ensino, e que, no município em questão, constitui-se maioria, conforme estudo realizado por Fonsêca em 2004.

Em pesquisa de campo realizada por Fonsêca (2004), em duas das três escolas investigadas durante a elaboração da dissertação de mestrado, foi constatado que, na Escola Municipal Dr. José Silva, a média dos pais que se declarava pescador era de 27% no ano de 2003; em 2009, esse percentual subiu para 31,95%.

Na Escola Municipal Prof<sup>a</sup> Leda Tájara, em 2003, a média era de 36,5%, e, no ano de 2009, foi de 26%. Se forem levados em consideração os percentuais dos alunos que adentram à escola no 6º ano, esses números ficam assim: na Escola Municipal Dr. José Silva, em 2003, dos alunos matriculados, cerca de 27% eram filhos de pescadores; em 2009, o percentual subiu para 32%.

Na Escola Municipal Prof<sup>a</sup> Leda Tárjara, em 2003, o índice foi de 25% e, em 2009, esse percentual subiu para 32%. Estes dados apontam para uma reflexão a respeito do discurso de alguns moradores do lugar de que os pescadores artesanais do Maranhão, e, em particular, em São José de Ribamar/MA, estão desaparecendo.

As informações levantadas a partir de pesquisas anteriores serviram de incentivo para um estudo mais detalhado do processo ensino e aprendizagem dos conhecimentos populares dos litorâneos, no sentido de que, ao longo do tempo, não sejam perdidas as tradições que envolvem atividades pesqueiras, na tentativa de garantir assim às gerações futuras um

conjunto de conhecimentos valiosos e importantes acerca dos saberes marítimos e geográficos da comunidade.

Nesse contexto, surge a necessidade da realização da pesquisa que tem como enfoque subsidiar a rede pública municipal de ensino básico a partir da elaboração e aplicação de método que tenha por referência o estudo da paisagem litorânea ribamarense, como, por exemplo, orientações pelo sol, deslocamento das canoas movidas a vela em ziguezague, em função dos ventos, a dinâmica das marés, dos pescadores, leitura dos portos, baías, mangues, praias, ruas, igarapés, entre outras paisagens.

A (re)leitura da paisagem local tem como perspectiva proporcionar ao educando variadas tarefas a serem desenvolvidas dentro e fora do espaço escolar, em local adequado para aulas teóricas e práticas.

É inegável que grande parte dos saberes sobre o cenário das paisagens citadas, e que às vezes são transmitidas no interior das casas dos litorâneos, em função da experiência, da labuta diária, das intempéries da natureza, da jornada de trabalho, do manejo com os equipamentos de pesca, entre outros saberes, se não forem transmitidos ao longo dos anos, e se esses conhecimentos deixarem de ter continuidade, perde-se uma parte significativa do saber tradicional maranhense.

É preciso despertar no educando, filho do trabalhador da interface continente/oceano, a autoestima e a necessidade de manter preservada a cultura local, que é ímpar e faz parte da história de vida de uma porção considerável da população ribamarense.

O principal problema da pesquisa resume-se em: Como os saberes do cotidiano dos litorâneos como a orientação geográfica, dinâmica das marés, dos ventos, as tarefas diárias dos litorâneos, a pesca, a confecção das embarcações, a observação da paisagem do espaço vivido e os saberes tradicionais, entre outros, podem ser abordados nas escolas municipais de São José de Ribamar/MA a fim de não serem esquecidos ao longo dos anos?

A partir desse problema e com base no objeto de estudo que se constitui em entender como os saberes geográficos dos litorâneos são repassados aos seus filhos e como esse conhecimento, que trata do dia-a-dia da comunidade, está sendo abordado nas aulas de Geografia quando da elaboração do currículo geográfico no ensino fundamental do município.

Entender a importância do itinerário porto/pesqueiro/porto, das direções percorridas pelos barcos ou canoas, a vela ou com uso de motores, o tempo necessário para ir e vir dos pescadores, os movimentos de enchentes e vazantes das marés e por fim o peixe, resultado desse trabalho diário, se constitui em um saber ímpar no processo de aprendizagem da ciência geográfica do lugar.

Daí ser relevante a pesquisa ao se estudar, analisar e indagar de que forma estão sendo ministrados os conteúdos geográficos que dizem respeito à orientação, dinâmica das marés e dos ventos, sua relação com atividades econômicas da população no que concerne à produção, consumo e comercialização do pescado nas aulas de Geografia. Qual a conexão didática entre o saber cotidiano familiar que diz respeito à identidade cultural dos litorâneos e os conteúdos geográficos ministrados nas escolas? Como se dá o aprendizado dos saberes geográficos no cotidiano dos educandos que não são filhos de pescadores?

Outras questões também podem ser levantadas a partir desse contexto:

Os saberes geográficos dos alunos da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva podem ser estudados no seio familiar a partir da realidade concreta de seus afazeres diários?

Um diálogo permanente entre a escola, a casa e o cotidiano dos educandos vai permitir maior valorização da cultura pesqueira, uma vez que são sujeitos do mesmo processo?

É viável propor um método de ensino de Geografia para a rede municipal que valorize a cultura e a tradição dos pescadores?



Assim, as questões acima parecem passíveis de resolução a partir da hipótese identificada abaixo através da pesquisa desenvolvida.

Se fizerem parte dos conteúdos elencados na estrutura curricular das escolas municipais, então os saberes geográficos dos litorâneos têm maiores chances de continuar a existir ao longo do tempo, sendo, assim, mais valorizados pela comunidade.

Dentre as mais diversas formas de elaboração de hipóteses optou-se pela correlação entre as variáveis “se” e “então” que, na visão de Marconi e Lakatos (2008, p. 130), se constitui como as mais comuns entre as formulações.

Embora não haja regras fixas que limitem a elaboração de hipótese, Marconi e Lakatos (2008, p. 134) destacam oito fontes fundamentais. Entre elas os autores destacam: “O conhecimento familiar ou as instituições derivadas do senso comum, perante situações vivenciadas, podem levar às correlações entre fenômenos notados e ao desejo de verificar a real correspondência existente entre eles”. A elaboração e formulação da hipótese deste trabalho de pesquisa têm por base a importância do tripé família, escola e comunidade como eixos norteadores do conhecimento apreendido no cotidiano.

Ao se propor um método de ensino a partir da leitura de paisagens de lugares conhecidos pelos alunos como, por exemplo, a praia, o mangue, o igarapé, o porto, entre outros lugares, em “Jornadas Geográficas Litorâneas”, além de se reconhecer a importância dos educandos como agentes transformadores da sociedade, estar-se-á contribuindo com a melhoria do ensino local e despertando o interesse pela manutenção e preservação dos saberes culturais da comunidade litorânea ribamarense.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é propor um método de ensino e aprendizagem em Geografia a partir do estudo do meio, com ênfase na valorização dos

saberes tradicionais dos litorâneos que levem em consideração os conhecimentos que fazem parte do cotidiano dos pais dos alunos de São José de Ribamar/MA.

As trilhas propostas podem ser desdobradas a partir dos seguintes objetivos específicos:

1 - discutir os saberes geográficos e os diálogos possíveis da comunidade litorânea de São José de Ribamar, para compreender como ocorre o processo de construção desses diálogos;

2 - refletir sobre o conteúdo curricular e as estratégias didáticas utilizadas nas escolas e o conhecimento cotidiano dos estudantes, trazendo seu espaço vivido e percebido para a sala de aula;

3 - organizar e produzir material cartográfico do município, zona urbana e do entorno da escola como forma de contribuir com a aprendizagem dos discentes;

4 - levantamento de dados quantitativos sobre o percentual de filhos de pescadores matriculados nas escolas municipais da zona urbana, no período de 2000 a 2010;

5 - idealizar e executar jornada geográfica litorânea, introduzindo noções de cartografia escolar e uso de fotografias como linguagem;

6 - aplicação da metodologia proposta na escola de ensino fundamental com alunos do 6º ano.

Os dados, as contribuições, as orientações e considerações a respeito da temática estão refletidos nos capítulos a seguir:

No 1º capítulo, faz-se uma abordagem geral do trabalho com destaque para as preocupações que nos levaram ao estudo, assim como os pressupostos das questões levantadas a partir do contexto do cotidiano dos educandos e que culminou com a formulação dos objetivos da pesquisa.

O capítulo seguinte discorre sobre as trilhas percorridas durante a execução da pesquisa, aborda-se a questão do método, a metodologia, os materiais utilizados e produzidos durante a efetivação da investigação e as trilhas teóricas as quais serviram de sustentação para as discussões sobre os saberes tradicionais dos litorâneos, o currículo escolar e o estudo do meio como metodologia para aprender e ensinar Geografia.

No 3º capítulo, o enfoque está relacionado com o olhar geográfico sobre o município de São José de Ribamar nos aspectos físicos e socioeconômicos. Destaca-se o lugar como referência para entender o local do trabalho dos litorâneos, aborda-se os índices de pais pescadores no município, no período entre 2000 e 2010, assim como a pesca no município, com destaque para os tipos de embarcações, os portos locais que servem de embarque e desembarque de pescado, mercadorias e pessoas.

O 4º capítulo apresenta o cenário da pesca artesanal ribamarense com ênfase nos saberes tradicionais relacionados à arte e às técnicas de construção naval, além da elaboração e uso de instrumentos de pesca, assim como o local e a modalidade de captura de peixes.

No penúltimo capítulo, o enfoque está relacionado à abordagem da proposta metodológica das “Jornadas Geográficas Litorâneas”, com destaque para a escola lócus da pesquisa, os trabalhos de campo, os seminários realizados no decorrer da pesquisa como recurso didático para ensinar e aprender Geografia e Cartografia. Discute-se também as trilhas percorridas como espaços de diálogo entre pais, alunos e professores, no sentido da valorização da identidade cultural dos litorâneos.

Por último as conclusões, onde se faz uma abordagem a respeito da pesquisa, destacando-se os resultados encontrados durante a execução das “Jornadas Geográficas Litorâneas”, e a avaliação final da proposta metodológica após a realização do experimento,

além da proposição de outras trilhas geográficas possíveis na zona urbana da cidade de São José de Ribamar/MA.

## 2 TRILHAS PERCORRIDAS

Quanto mais certo de que estou certo me sinto convencido, tanto mais corro o risco de dogmatizar minha postura, de *congelar-me* nela, de fechar-me sectariamente no ciclo de minha verdade.

Paulo Freire

### 2.1 Métodos e Materiais

Após o delineamento dos objetivos, fomos à busca de caminhos que pudessem atender a nossa expectativa quanto à estrutura do trabalho e que, ao mesmo tempo, valorizasse os conhecimentos dos litorâneos sem perder de vista a interpretação do objeto examinado, adotando uma postura emocional sem afetar, contudo, o trabalho científico.

A sistematização de um trabalho científico passa, evidentemente, pelo uso de um ou mais métodos, uma vez que em pesquisa o uso de apenas um nem sempre é suficiente para transmitir o conhecimento pretendido. Sem contar que a construção desse conhecimento é permeada pela visão científica e filosófica de quem o elabora.

Assim, o conhecimento científico tem por base fundamental a inserção do pesquisador como parte integrante deste processo, em determinada época e local em que o conhecimento foi produzido.

Por tratar-se de uma pesquisa em que a participação dos atores envolvidos é o instrumento fundamental, optou-se por uma pesquisa qualitativa que, na visão de Marques (2004, p. 112), trata-se de “uma abordagem largamente utilizada no universo das ciências sociais, da educação e, por conseguinte do turismo, quando a opção é apreender representações sociais, que a grosso modo podem ser entendidas como visão de mundo”.

É com a visão de que a subjetividade faz parte da realidade social que se busca compreender a realidade cultural dos litorâneos e seus filhos em idade escolar, especificamente aqueles matriculados no 6º ano da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva.

O que não significa que não se recorra ao uso da quantificação na pesquisa, mesmo porque, no corpo da tese, há interpretação de determinados dados estatísticos indispensáveis para a análise de alguns resultados coletados em campo durante a pesquisa.

Como o objetivo principal da pesquisa é propor uma metodologia para ensinar e aprender Geografia, é apropriado, do ponto de vista experimental, explicar a pertinência da teoria.

Para a efetivação da proposta como metodologia para o 6º ano do ensino fundamental, optamos por responder à seguinte questão: O trabalho de campo como estudo do meio para ensinar e aprender Geografia é relevante para o currículo das escolas municipais?

A fim de responder a essa pergunta de forma simples, conforme descrito na metodologia, foram realizados dois trabalhos de campo, um designado de “piloto” e o outro chamado de “experimento”, os quais foram instituídos de 1ª “Jornada Geográfica Litorânea” e 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”, respectivamente.

A opção por uma pesquisa que tenha no cotidiano da comunidade escolar seu foco principal não descredencia o envolvimento do pesquisador com as comunidades do entorno da escola, ao contrário o envolvimento é bem maior principalmente quando a comunidade é constituída de litorâneos, os quais fazem parte também da comunidade escolar ou por residirem em bairros próximos e terem seus filhos estudando na escola, ou porque estão envolvidos em tarefas que dizem respeito à dinâmica da pesca artesanal, um dos enfoques da pesquisa.

Com esta perspectiva, estudam-se os saberes geográficos dos filhos dos litorâneos de São José de Ribamar/MA e sua relação com os conteúdos geográficos ministrados em sala de aula a partir de uma abordagem fenomenológica, por compreender ser esse o método apropriado para o estudo do objeto proposto, uma vez que o foco da pesquisa é a experiência de vida da comunidade litorânea.

Na aplicação do método fenomenológico à pesquisa, o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como por exemplo, ter vivenciado uma dada situação. Os diversos aspectos da experiência, comum a todos os participantes, constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida (MOREIRA, 2004, p.114).

Dentre os aspectos comuns dos participantes da pesquisa a serem levantados, destacam-se os depoimentos dos pescadores sobre os saberes de sua vivência e fenômenos particulares das experiências vividas, assim como os depoimentos dos alunos que vivem a realidade diária com seus pais em casa e no ambiente litorâneo.

As estratégias metodológicas de coleta de dados, sob o prisma do método fenomenológico, são, segundo Moreira (2004, p.118):

a - Entrevista: os participantes descrevem verbalmente suas experiências a respeito de um fenômeno;

b - Descrição escrita de experiências pelo próprio participante;

c - Relatos autobiográficos em forma escrita ou oral;

d - Observação participante: aqui, o pesquisador parte das observações do comportamento verbal e não-verbal dos participantes, de seu meio ambiente, das anotações que ele mesmo fez quando em campo, de áudio e videoteipes disponíveis, etc.

Dessa forma, o método permite buscar a realidade da experiência do “fenômeno” vivido através de relatos do próprio sujeito que vivencia a situação no dia-a-dia. Na concepção de Martins, Boemer e Ferraz (1990, p. 141), o “fenômeno é, então, tudo o que se mostra, se manifesta, se desvela ao sujeito que o interroga”. Para os autores em questão, é com a descrição rigorosa do fenômeno que se chega à essência.

Na educação, o pesquisador desvela e registra o fenômeno com o que é percebido do vivido, o processo é realizado a partir de “uma descrição com palavras do cotidiano e não através de explanação, ou forma de falar próprio da ciência, que revela uma consciência sofisticada. Essa descrição com palavras do cotidiano, e que revela uma consciência ingênua, é condição para captar o fenômeno” (MASINI, 1993, p. 76).

Nesse sentido, o pesquisador,

interessado na experiência do aluno, vai registrar o que ele diz, como diz, a entonação de sua voz, seus gestos, sua expressão, enfim, tudo que a criança mostrar, em diferentes situações, junto a ele (pesquisador) ou a outras pessoas, descrevendo também o outro nessa relação com a criança. (MASINI, 1993, p. 76).

Dessa forma, a fenomenologia permite outras interpretações, o que possibilita ao pesquisador analisar o fenômeno por outro ângulo, aumentando assim, o leque de possibilidades na compreensão sobre o sujeito estudado.

Diante do exposto, optou-se por uma abordagem participante, também chamada por alguns autores de “investigação participativa” que, segundo Gajardo (1987, p. 39), “surge, conceitual e metodologicamente, no início da década de oitenta, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracteriza pela presença de regimes autoritários [...]”. O método surge como uma alternativa aos chamados “métodos tradicionais”



de pesquisa, quando, em geral, os resultados voltam para as academias, tornando-se exclusividade da “comunidade científica”, uma vez que a população pesquisada é considerada passiva.

Outra teoria que também é aceita sobre a opção pela pesquisa participante é o fato de que algumas comunidades não aceitam mais servir de campo experimental para testes e não perceberem a utilidade, nem receberem os benefícios dos conhecimentos deles advindos. Esse pensamento é reforçado por Demo (1995, p. 250) quando afirma que a “sociedade concreta é a cotidiana, do homem comum. Este organiza sua vida não através das ciências sociais, que seriam pouco úteis, além de pouco inteligíveis, mas pelo senso comum, pelo conhecimento imediatista que é patrimônio cultural da maioria”.

Na concepção de Marques (2004, p. 125), a pesquisa participante é “um tipo de pesquisa qualitativa, nas investigações sociológicas e educacionais, com plena participação do pesquisador e da comunidade pesquisada (objeto da pesquisa), inclusive no que concerne à análise e ao encaminhamento de soluções para seus problemas fundamentais”.

Nesse sentido, o método visa a incorporar as atividades populares de trabalho aos setores de comunicação e conhecimento, implementando o processo de aprendizagem coletiva com o uso de práticas grupais, onde, segundo Oliveira e Oliveira (2001, p. 27), a finalidade “é favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúdica e autônoma, seu papel de protagonista e ator social”.

Desse modo, a pesquisa participativa tem como finalidade estrutural, entre outras, a transformação do trabalho educacional e, conseqüentemente, a melhoria de vida dos envolvidos no projeto.

Nas discussões a respeito da pesquisa participante, segundo Brandão (2001), se destacam os estudos de Freire (2001), com o trabalho “Criando Métodos de Investigação Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da prática” e Borda (2001), com os “Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”, além das obras organizadas pelo próprio Brandão (1987 e 2001), intituladas “Repensando a Pesquisa Participante” e “Pesquisa Participante”, respectivamente.

Conhecer a realidade dos litorâneos e de seus filhos é participar de seu cotidiano, é entender sua cultura, é estar junto, é conhecer as necessidades básicas da comunidade, é se envolver com o grupo objeto do estudo, é um contexto em que pesquisador e pesquisados são sujeitos do mesmo trabalho, da mesma ação, ainda que com tarefas diferentes na rotina do trabalho.

Como instrumentos de coleta de dados, durante a pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com todos os pais dos alunos do 6º ano, cujo procedimento foi a partir do registro oral que, na visão de Haguette (1987, p. 83), “é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade”.

Para Angrosino (2009, p. 66), “é um campo de estudo dedicado à reconstrução do passado pelas experiências daqueles que o vivenciaram”. Esse processo tem como objetivo o registro das histórias vividas no cotidiano da comunidade, permite que se expressem a respeito de fatos importantes de suas experiências vividas, assim como possibilita um contato mais próximo com a realidade dos litorâneos, diminuindo a distância entre o entrevistador e o entrevistado.

Isto não significa que a pesquisa, em função da sua subjetividade, não tenha rigor científico. Segundo Freire (2001, p. 35), “a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá na relação dialética entre objetividade e subjetividade”. Na mesma linha de raciocínio, (BOTERF, 1987, p. 60) afirma que:

a subjetividade dos pesquisados poderia ser um dado objetivo a ser estudado. Além disso, essa pesquisa do ponto de vista subjetivo dos pesquisados deve se combinar e articular com a análise das situações vividas, mas desta vez a partir de um quadro teórico de análise, juntamente com instrumentos estruturados.

Isso foi possível porque o diagnóstico da área do objeto investigado envolveu o estudo dos aspectos sociais, econômicos, educacionais e tecnológicos.

Outro instrumento utilizado para a coleta de dados foi o estudo do meio denominado de “Jornada Geográfica Litorânea”. Como recurso didático, o exame minucioso do meio possibilita maior aproximação entre a teoria e a prática, pois o contato com o real conduz a uma reflexão que inclui o meio físico como palco e o social como ator do processo, podendo, até mesmo, influenciar na formação social e profissional do educando.

Os materiais utilizados durante as etapas da pesquisa foram: Bússola Direcional Compass de fabricação americana, Câmera digital Tron finecam FL150 12.0 Megapixels de fabricação chinesa, Câmera digital Vivitar vivicam 8300s 8.1 Megapixels de fabricação chinesa, câmera de filmagem, Software CorelDRAW X5, Mapas, pranchetas de mão para desenho, lápis, papel no formato A4, datashow, notebook, DVD, tábua de marés, embarcação a motor tipo biana com 6m de comprimento, 2m de largura e 1,5m de profundidade.

Os materiais produzidos a partir da pesquisa foram: mapa da zona urbana com destaque para a localização das escolas municipais. O mapa do município enfocando a malha viária, a hidrografia, a disposição dos povoados e bairros, o contorno limítrofe e a posição geográfica dentro do estado.

O mapa itinerário das Jornadas, com destaque para o arruamento, edificações, localização dos mangues, praias, portos, estaleiros, monumentos e o igarapé do Vieira. Um mapa do tipo quebra-cabeça com a localização e situação dos municípios da ilha, com destaque para as áreas limítrofes. Todo esse material didático foi doado para a Secretaria de Educação do Município.

Outras atividades também foram realizadas durante a pesquisa e que contribuíram para aproximar a comunidade docente do pesquisador, entre elas destaca-se: oficinas de construção de bússola artesanal, leitura de documentos cartográficos, construção de globo artesanal e mapeamento de áreas com uso do Google Earth e do programa Corel-DRAW X5.

As oficinas foram ministradas como parte do programa de formação continuada, desenvolvida pela coordenação pedagógica da Secretaria de Educação, junto aos professores da rede pública municipal.

## 2.2 Trilhas teóricas

A fundamentação teórica se desenvolveu a partir de três concepções: a primeira tem como referência a discussão sobre os conhecimentos da comunidade litorânea, de que forma ocorre a socialização do conhecimento no interior da família e da comunidade, qual sua relação com a natureza; a segunda discute as relações sociais a partir da cultura litorânea e dos saberes geográficos dos educandos, filhos de pescadores e de outros profissionais, na escola e comunidade; a terceira discute a metodologia de ensino e aprendizagem em Geografia a partir

da leitura de percepção de paisagens como forma didática do conhecimento escolar, com base no estudo do meio realizado através das “Jornadas Geográficas Litorâneas”.

A Geografia do litoral maranhense, que se constitui como o segundo maior litoral brasileiro, é caracterizada por uma diversidade de ecossistemas e *habitat*, onde se destacam vastas extensões de mangues, grande amplitude de marés, presença de dunas, apicuns<sup>1</sup>, costas de rias<sup>2</sup>, ilhas, baías, igarapés, golfos, praias arenosas, com destaque para os Lençóis Maranhenses, na porção leste do litoral.

Com essas características e com a necessidade de comunicação entre os lugares, a navegação constituiu-se como o principal meio de transporte no litoral brasileiro e, em particular, maranhense.

A arte de navegar com embarcações movidas a vela vem desde os tempos mais remotos da civilização, quando o homem, por necessidade de deslocamento para conhecer outros lugares, passou a produzir seus próprios meios de transporte, entre eles a canoa - espécie de embarcação construída de madeira com tábuas pregadas em uma estrutura em forma de “V” ou “U”, medindo entre 4 e 10 metros de comprimento, com 2 e 3,5 metros de largura e de 1 a 2 metros de profundidade, muito utilizada na costa maranhense.

Grande parte das embarcações que navega no litoral maranhense, é construída de madeira e usa vela o que torna mais difícil a navegação, uma vez que esse tipo de embarcação tem o vento como força motriz. Esse meio de propulsão natural sopra em rajadas com direções e intensidade variadas, o que torna a arte de navegar mais difícil, requerendo prática

---

<sup>1</sup> Termo regional do Brasil usado para os terrenos de brejo, na zona costeira. Corresponde, algumas vezes, às zonas marginais de lagunas costeiras parcialmente colmatadas, que sofrem inundações produzidas pelas marés. (GUERRA, Antonio Teixeira e GUERRA, Antonio José Teixeira. 2010, p. 51)

<sup>2</sup> Abertura afunilada do litoral, formada pelo afogamento dos vales fluviais, às vezes ramificados. A montante é constituída por vales fluviais, terminando, às vezes, por uma baía que representa o prolongamento natural do sistema hidrográfico. Desenvolve-se em terrenos resistentes, entalhada pela regressão fluvial e invadida pelo mar. Um exemplo clássico é a ria do Vigo (ESP). No Brasil, são encontradas várias rias no Maranhão, desde as baías de São Marcos e Tutóia até parte do estado do Pará. (OLIVEIRA, 1993, p. 495)

e perícia de quem está no comando, assim como de toda a tripulação e dos passageiros que nela viajam.

A necessidade de encontrar lugares produtivos para pescar leva os pescadores artesanais de São José de Ribamar/MA à procura de peixes nas baías, estuários, igarapés, enseadas, lagunas, mangues, entre outros lugares, os quais são considerados de alta produtividade, em função de serem ambientes relativamente rasos, os quais favorecem a captura de espécies de médio e pequeno porte, o que se constitui como uma característica da pesca artesanal dos pescadores que percorrem as baías de São José, Sarnambi e Tubarão diariamente, na luta pela sobrevivência.

Os pescadores que usam o porto do Vieira como ancoradouro para o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, na sua maioria, são artesanais e realizam pesca diária ou num período variável entre um e três dias, isso porque as embarcações não dispõem de equipamentos e nem espaço para acomodação de utensílios e rancho (nome dado aos alimentos que serão consumidos durante a pescaria) para um período mais longo.

Entende-se por pescadores artesanais populações tradicionais que residem no litoral, rios e lagos brasileiros e vivem da pequena pesca, constroem seus próprios equipamentos para captura do pescado e que, juntamente com seus familiares, produzem o suficiente para seu sustento, comercializando parte dessa produção ou trocando por produtos para complementação alimentar.

A pesca artesanal é praticada pelos praieiros que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, são:

moradores da faixa litorânea da região amazônica, compreendida entre o Piauí e o Amapá. Os praieiros são chamados, genericamente, pescadores ou pescadores artesanais, mas apresentam características socioculturais que os diferenciam das outras comunidades litorâneas, como os caiçaras e jangadeiros (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2001, p. 49).

Esses moradores das praias e portos do Maranhão não exercem suas atividades de modo diferente das praticadas pela maioria das populações do litoral brasileiro.

Expressões usadas pelos litorâneos que devem fazer parte dos conteúdos ministrados nas aulas de Geografia do município relacionadas à sua labuta diária são: enchentes, vazantes, braças, maré de quebramento, maré de lançamento, direção dos ventos, bôrdos (movimento em ziguezague realizado por canoas movidas a vela), pesqueiros, redes para pesca, tais como: tainheira, malhadeira, corvineira, pescadeira, tarrafa, puçá, linha para pesca, espinhel ou grozeira, anzol, isca e peixe.

Segundo Freire (1980, p. 42), “[...] as expressões típicas do povo: formas de falar particulares, palavras ligadas à experiência do grupo, especialmente as experiências profissionais”, constituem em momentos enriquecedores no diálogo escolar geográfico, “[...] não somente pelas relações que se estabelecem, como pelo conteúdo, frequentemente insuspeitável, da linguagem popular”, as quais são expressões usadas no dia-a-dia por uma parcela significativa da comunidade ribamarense.

Dentre os estudos nacionais e regionais realizados no Brasil sobre a prática pesqueira, destacam-se o trabalho de Nogueira (2001), no qual a autora estuda a percepção e a representação espacial dos lugares e busca compreender a relação homem-lugar a partir dos comandantes das lanchas que fazem rotas entre alguns povoados na margem do rio Amazonas, para a cidade de Manaus.

No Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se o trabalho de Cardoso (2001), que estudou populações que habitam do litoral gaúcho até o litoral do estado do Amapá.

Em Santa Catarina, Severo (2008) estudou uma comunidade de pescadores em uma praia. Assim como esses trabalhos, há também teses, dissertações, artigos e livros publicados. Entre eles ressaltam-se os lançados pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações

Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP-SP) e pelo Museu Emílio Goeldi em Belém do Pará, este mais ligado aos estudos da flora e fauna amazônicas.

No Estado do Maranhão, Stride (1992) realizou estudo financiado pelo governo britânico, através de um programa de cooperação técnica com a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em que o pesquisador elenca as principais características da pesca artesanal e elabora um plano de ações com vista ao desenvolvimento da pesca no estado.

Focalizando a área de estudo selecionada para a pesquisa, encontram-se alguns trabalhos, na maioria monográficos, sobre temas diversos, entre eles: “evolução socioeconômica do município de São José de Ribamar”, e alguns relacionados com o setor educacional, como o trabalho de mestrado de Fonsêca (2004), intitulado: “Orientação geográfica: uma proposta metodológica para o ensino de geografia na 5ª série”. Nessa proposta, o autor apresenta o ensino dos conteúdos de orientação geográfica a partir de exercícios de orientação, com enfoque para os rumos magnéticos desenhados nos pátios internos das escolas municipais.

No entanto, nenhum trabalho, quer seja em nível nacional, regional ou local trata dos saberes e da labuta diária dos pescadores e litorâneos de São José de Ribamar/MA e a conexão com o ensino de Geografia das escolas do ciclo básico do município.

Considerar o sistema educacional como um movimento social não se constitui em nenhum absurdo, uma vez que não se pode negar sua existência e nem tão pouco o caráter social e socializador da escola, o que, para Coll e Solé (2004, p. 18), “[...] é algo tão inerente à nossa sociedade e à nossa maneira de viver que, às vezes, não nos perguntamos por que há escolas ou damos a essa pergunta respostas um pouco simples”.

É evidente que uma das formas que se tem de entrar em contato com a cultura é no seio familiar, seguido da comunidade onde se mora e da escola que frequenta. Lógico que



essa ordem pode ser modificada, isso porque o processo de aprendizagem não acontece sistematizado dentro da comunidade, ao contrário do que acontece na escola.

Para Lopes (1999, p. 66), a cultura é entendida como um “conjunto de saberes possuído coletivamente por um grupo social”. Apesar de vários conceitos sobre cultura, esse particularmente parece mais próximo da comunidade que faz parte desta pesquisa, pois trata da cultura como fruto de esforço coletivo, como um bem, produto direto de uma atividade social. Nesse caso, os litorâneos de São José de Ribamar se enquadram perfeitamente.

Estudar o cotidiano dos alunos, no seio familiar, é conhecer a realidade concreta de seus afazeres diários, que envolvem, antes de tudo, conhecimentos do lugar entendido como o ambiente onde acontecem as relações de socialização dos saberes adquiridos, diariamente, nas atividades da pesca e que se constitui como fonte principal de renda familiar da comunidade a ser estudada.

Para Callai e Zarth (1997, p. 37), “as experiências no dia a dia das crianças também são recursos possíveis e interessantes de se aproveitar em sala de aula. Elas observam caminhos, construções, reformas, têm acesso às conversas diárias da família, assistem TV, ouvem rádio [...]”. Nesse sentido, o professor deverá destinar um tempo, durante as aulas, para ouvir os depoimentos de seus alunos, no sentido de valorizar a vivência diária dos educandos e, com isso, estabelecer a socialização do conhecimento.

O estudo do cotidiano termina por envolver práticas que “[...] possibilitam a compreensão das relações sociais expressas no cotidiano escolar, num enfoque dialético homem-sociedade, nos diversos momentos dessa relação”. (ANDRÉ, 2001, p.40)

As relações sociais acontecem, em primeiro lugar, dentro do convívio familiar, e é nesse espaço que também se processa parte da formação intelectual do educando, tais como: comportamentos, hábitos, valores, iniciativas e percepção.

A educação é vista como uma prática transformadora, de vital importância na formação social de um povo, chegando mesmo a determinar as atividades econômicas, sociais e políticas. Na visão de Gamboa (2001, p.104), a escola “[...] é o espaço da reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais”. Essas contradições manifestam-se, acima de tudo, na luta por uma escola democrática para todos, exigindo do docente uma melhor compreensão das práticas pedagógicas e das ações educacionais implementadas no dia-a-dia, na sala de aula, haja vista que as ações docentes fazem parte do papel socializador da escola.

Em leituras realizadas sobre a temática, muitas interrogações surgiram, entre elas: Quais referenciais teóricos seriam relevantes para entender a importância dos saberes dos pescadores artesanais e dos litorâneos em geral? Como chegam os saberes dos litorâneos à escola? Como são ministrados os conteúdos escolares pelos professores de geografia aos filhos dos litorâneos?

Enveredou-se, portanto, por um viés fenomenológico na perspectiva de que, através deste, seja possível responder às indagações, assim como realizar um estudo dos fenômenos pesquisados a partir do estudo do “mundo vivido”, onde seja possível valorizar as experiências concretas vivenciadas entre o homem e o mundo.

A palavra “fenomenologia” surgiu, segundo Silva (1986, p. 53), em um texto escrito por Lambert (1764) sobre a “*Teoria da Aparência*, portanto, no contexto da Ilustração”. A partir daí, segundo Silva (1986), a expressão citada por vários autores, entre eles: Kant, que veio influenciar mais tarde a Geografia com o fenômeno da representação do espaço; Hegel com sua *Fenomenologia do Espírito*, em 1807, onde, baseado na dialética, dá maior importância à Ideia; Von Hartmam, em 1869, com o estudo da consciência moral e, por último, Marx com a Teoria do Conhecimento. A escola francesa teve como destaque os estudos de Marcel (1889), Sartre (1905), Merleau-Ponty (1908) e Ricoeur (1913).

Na concepção merleupontiana, a fenomenologia, segundo Silva (1986, p. 54), “não é apenas um estudo de essências, mas recoloca as essências na existência e procura compreender o homem e o mundo a partir de sua *faticidade*”. É essa essência e a compreensão entre o ambiente e o corpo que vão mais tarde repercutir nos estudos da Geografia.

Uma das contribuições da fenomenologia para a Geografia acontece na apreensão do significado do lugar pelo ser humano, como resultado da construção de experiência vivida e sentida ao longo do tempo e da percepção que esse ser humano tem do ambiente, não somente de seu trabalho diário, mas de sua habitação, enquanto espaço de convívio familiar na comunidade onde está situado.

A fenomenologia como teoria do sujeito apreende a forma aparente e real leva a entender a vivência, ou seja, aquilo que ocorre imediatamente. Como contribuição, a fenomenologia retoma a subjetividade na descrição do fenômeno. Não se quer enveredar pelo estudo aprofundado da teoria fenomenológica, isso já foi realizado por vários autores, o interesse pela abordagem, através dessa concepção, é entender como a Geografia busca a unidade do ser humano.

São com os elementos percebidos do “mundo vivido” pelos litorâneos de São José de Ribamar que o estudo acontece, no sentido de entender seus saberes geográficos, assim como de seus filhos. Ao ler Merleau-Ponty (1999, p. 3), vislumbra-se em seu texto uma reflexão a respeito do mundo. Segundo o autor: “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada”.

Nessa concepção fica claro que o grande objetivo de Merleau-Ponty é desvendar o “mundo vivido”, visão do mundo de quem faz do mar seu meio de sobrevivência e de onde retira diariamente o sustento, sabendo lidar com os casos do mundo que não foram aprendidos

na escola como, por exemplo, a dinâmica das marés, dos manguezais, das praias, das enseadas, dos igarapés, experiências do “mundo vivido” que são identificadas por remansos ou ondas agitadas, onde são localizados os arrecifes espalhados em toda a extensão da costa maranhense, especialmente do litoral de São José de Ribamar/MA.

Para Merleau-Ponty (1999, p.18), “a aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade. A racionalidade é exatamente proporcional às experiências nas quais se revela”.

Nesse sentido, o subjetivismo na percepção dos pescadores e dos litorâneos, em particular, aliados às suas experiências e ao objetivismo de seus filhos, se constituirá no eixo norteador de uma discussão geográfica que nos impulsiona a tentar entender de que forma o litorâneo, enquanto sujeito que percebe o mundo a partir de sua experiência com o mar, contribui com o aprendizado de seus filhos no cotidiano da comunidade litorânea, e porque não dizer, também, da comunidade escolar ribamareense.

Nogueira (2001, p.22) afirma que “a perspectiva fenomenológica da Geografia deixa de priorizar a descrição do mundo físico e humano, para descrever o mundo vivido, em que estes elementos são percebidos e interpretados pelos diversos sujeitos que os experienciam”. O “mundo vivido” dos pescadores artesanais e litorâneos de São José de Ribamar é, por exemplo, os arrecifes onde pescam, as embarcações que servem de moradia e abrigo do sol e das chuvas, as baías e os igarapés, lugares em que passam boa parte de suas vidas, os portos que servem de ancoradouro quando, no final da pescaria, retornam para suas casas.

Para Holtzer (1999, p.69), “estas idéias apontam para um dado: o das semelhanças entre o que os fenomenólogos chamam de ‘mundo’ e o que os geógrafos humanistas

denominam de ‘lugar’; o do ‘lugar’ como um dos constituintes básicos da Geografia, como uma de suas essências”.

Para Tuan (1983, p. 14), “o lugar é uma classe especial de objeto. É uma concepção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar”.

A presente análise geográfica sobre o lugar tem como foco as experiências agradáveis, ou não, das pessoas que vivem, diariamente, emoções, sabores, odores que se organizam, se conhecem, são familiares e descrevem histórias semelhantes que deixam marcas. Nessa linha de raciocínio, concorda-se com Callai, Cavalcanti e Castelar (2007, p. 94) quando afirmam que “lugar é o território apropriado, que demonstra em si, através de rugosidades, a história das vidas que ali foram e estão sendo vividas”.

Na visão de Tuan (1983, p. 83), o lugar é o espaço inteiramente familiar e descreve que: “a experiência cinestésica e perceptiva assim como a habilidade para elaborar conceitos são requisitos para as mudanças, quando o espaço é grande” e conclui que as crianças têm dificuldade na integração com um grande lugar familiar, apenas reconhecendo referências específicas como, por exemplo, casas comerciais, praças, entre outras.

Na busca pela compreensão da relação homem-lugar e procurando entender a história de vida dos litorâneos, de suas famílias, dos lugares onde trabalham suas relações de convivência e seus saberes geográficos, surgiu a necessidade de um diálogo com o debate construtivista no sentido de uma construção metodológica no processo ensino/aprendizagem de seus filhos, alunos da rede pública municipal.

Nesse sentido, a opção pela concepção construtivista deu-se pelo entendimento de ser esta a que mais se aproxima da proposta metodológica que se deseja implementar no processo

ensino-aprendizagem, com base nos saberes geográficos dos filhos dos litorâneos, na rede escolar municipal de São José de Ribamar/MA.

Os saberes são identificados como científicos ou escolares e os cotidianos, conforme Freire (1999), Miras (2004), Mauri (2004), Cavalcanti (2005) e Saviani (2006), sendo a escola o lugar onde esses conhecimentos são sistematizados e discutidos, predominantemente o primeiro, onde são disseminados e contribuem para a vida social dos educandos.

Já os saberes do cotidiano não devem ser desprezados pelos educadores, isso porque o conhecimento adquirido em uma determinada temática possibilitará estabelecer relações substantivas que servem de base para o conhecimento de novos conteúdos, “em última instância, produto de uma atividade mental construtivista realizada pelo aluno, atividade mediante a qual constrói e incorpora à sua estrutura mental, os significados e representações relativas ao novo conteúdo” (MIRAS, 2004, p.60).

Nessa linha de raciocínio, Freire (2002, p.33) aponta para a necessidade do respeito aos “saberes socialmente construídos na prática comunitária” e comenta que “[...] há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”. Por que não aproveitar os saberes dos filhos dos pescadores e litorâneos para discutir, por exemplo, a pesca predatória de espécies que fazem parte do cardápio familiar? Por que não discutir os problemas ambientais dos manguezais, das praias, dos igarapés, entre outras discussões, tendo como fio condutor o processo ensino/aprendizagem a partir da Geografia?

Lugares que são diferentes, com culturas diversas, podem ser pontos de apoio para o trabalho escolar. Com base na cultura da pesca, entendida como atividade diária desenvolvida pela maioria dos pais dos educandos da rede escolar municipal de São José de Ribamar, é que

esta pesquisa busca estudar o processo ensino/aprendizagem a partir da concepção construtivista, cujo processo

[...] parte do fato óbvio de que a escola torna acessíveis aos seus alunos aspectos da cultura que são fundamentais para seu desenvolvimento pessoal, e não só no âmbito cognitivo; a educação é motor para o desenvolvimento, considerado globalmente, e isso também supõe incluir as capacidades de equilíbrio pessoal, de inserção social, de relação interpessoal e motoras (COLL; SOLÉ, 2004, p. 19).

O construtivismo, segundo Lestegás (2004, p. 105), “é uma teoria que propõe ações didáticas que respeitam a personalidade do aluno e igualmente são rigorosas com as exigências da ciência normativa”. Nesse sentido, o aprender faz parte de um processo de construção diária, não a partir do vazio, mas das experiências e conhecimentos que são adquiridos e incorporados ao longo dos anos, no dia-a-dia de professores e alunos.

Para Becker (1992 p. 89), o “construtivismo é, portanto, uma ideia; melhor, uma teoria, um modo de ser do conhecimento ou um movimento do pensamento que emerge do avanço das ciências e da Filosofia dos últimos séculos. Uma teoria que nos permite interpretar o mundo em que vivemos”. A concepção construtivista leva o professor a uma análise quanto ao referencial teórico que é utilizado no decorrer do planejamento de suas atividades, influenciando nas suas decisões com relação aos conteúdos que serão ministrados no decorrer do período letivo.

Para Cavalcanti (2005, p. 80), as ações didáticas socioconstrutivistas proporcionam “atividade mental e física dos alunos e considera a vivência dos alunos como dimensão do conhecimento”. É importante que o professor perceba que os alunos trazem experiências de seu cotidiano e que identifique o que pensam, desejam e querem conhecer. Essas concepções seguem os estudos dos construtivistas como Vigotsky, quando trata da Zona de

Desenvolvimento Proximal e de Piaget, quando afirma que, entre outras aprendizagens, a criança aprende por transmissão familiar.

Os processos de transmissão familiar podem ser estudados a partir de vários procedimentos, entre eles destacam-se os conhecimentos adquiridos durante suas idas e vindas diárias no trajeto casa/escola/casa, ou em jornadas geográficas, quando os mesmos se defrontam com situações diárias e que fazem parte dos conteúdos escolares, como, por exemplo, as paisagens urbanas e litorâneas observadas durante o percurso.

A concepção construtivista considera indispensável o conhecimento prévio dos alunos, pois acredita que a aprendizagem de novos saberes tem como referência as experiências que o aluno adquiriu anteriormente e que levará em conta ao fazer a leitura de um novo conteúdo.

O processo de outra aprendizagem que se constitui “de um novo conteúdo é, em última instância, produto de uma atividade mental construtivista realizada pelo aluno, atividade mediante a qual constrói e incorpora à sua estrutura mental os significados e representações relativos ao novo conteúdo” (MIRAS, 2004, p. 60).

Nesse sentido, a incorporação de novos conhecimentos não acontece aleatoriamente, é fruto do acúmulo de conteúdos concretos adquiridos ao longo de suas vidas e que são indispensáveis na assimilação de novos conteúdos.

Para Freire (1980, p. 51), “todo aprendizado deve estar intimamente associado à tomada de consciência de uma situação real e vivida pelo aluno”. A situação real e vivida pelos alunos, filhos dos litorâneos do município de São José de Ribamar, não é outra senão o discurso das atividades pesqueiras realizadas pelos seus pais no dia-a-dia e que é ouvido no interior de sua casa, no contato diário com seus colegas da escola ou da rua onde moram, ou ainda em lugares frequentados, em momentos de lazer, nos finais de semana.



Na concepção de Freire (1980, p.43), as palavras geradoras devem nascer da realidade de um fato, “e não de uma seleção que efetuamos no nosso gabinete de trabalho, por mais perfeita que seja do ponto de vista técnico”.

Com base na proposta freiriana, através das palavras geradoras para a alfabetização de jovens e adultos, é que nasceu a inspiração para propor um método de ensino de Geografia que consiste em adaptar os conteúdos geográficos escolares de orientação, dinâmica das marés, dos ventos, movimento aparente do sol e os ciclos da lua, a partir da leitura das paisagens, tendo como foco o estudo do meio em uma jornada geográfica litorânea.

Não se quer com isso recriar a metodologia de alfabetização, como na proposta freiriana, mas, a partir dessa revisitação, criar condições no sentido de que as expressões usadas nas discussões dos conteúdos geográficos nas salas de aula do ensino básico tenham como fio condutor as expressões resultantes das relações socioculturais vivenciadas pela comunidade litorânea.

Holtzer (1997) comenta que a “paisagem”, juntamente com o lugar e a região, “permitem à geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia” e afirma que:

esta palavra incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe (HOLTZER, 1997, p. 81).

Nesse sentido, a paisagem se incorpora ao lugar, através do entendimento de “mundo vivido”, a partir das características físicas e naturais do que é revelado pelos sentidos e pelo

que se percebe do mundo, entendido na percepção fenomenológica como espaço vivido pelo homem e sua interação com a natureza.

A leitura das paisagens se constitui em um procedimento de ensino que, estimulado pelo professor, proporcionará ao educando uma motivação a mais diante do tema a ser abordado, isso porque a observação de lugares e objetos aguça a curiosidade e desperta o seu interesse pelo conteúdo a ser ministrado. Na visão de Cavalvanti (2005, p. 81), “a paisagem problematizada através de uma observação direta do lugar de vivência do aluno ou de uma observação indireta de uma paisagem representada pode fornecer elementos importantes para a construção de conhecimentos referentes ao espaço nela expresso”.

Vale ressaltar que a observação das paisagens pode ser direta, quando realizada no local, e indireta quando é possível sua observação via produtos representativos, como, por exemplo, mapas, cartas, fotografias e filmes. Em qualquer uma das observações, é importante o envolvimento do aluno com o acompanhamento do professor, no sentido de que a observação seja problematizada com a realidade observada e para que não haja desinteresse do tema estudado, comprometendo, assim, o processo ensino/aprendizagem.

O estudo da paisagem, como eixo norteador na proposta metodológica para a comunidade escolar do ensino fundamental do município de São José de Ribamar, tem como referência a observação da paisagem geográfica percebida diretamente que, para Oliveira (2000, p.12), consiste nos “[...] elementos naturais como o solo, o relevo, a água, a vegetação, os animais, e o próprio homem, e os elementos construídos, a exemplo das cidades, dos campos de cultivo, das estradas e das indústrias”.

A ideia da observação da paisagem local é reforçada com a importância de se eleger, em uma escala de análise, o espaço vivido do aluno em contradição com outros espaços, “dessa forma, o olhar geográfico do aluno pode ser estimulado ao comparar diferentes lugares e escalas de análise, possibilitando superar a falsa dicotomia existente entre o local e o global,

superando o senso comum na ordenação concêntrica dos conteúdos geográficos, [...]” (CALLAI; CAVALCANTI; CASTELAR, 2007, p. 106).

Não se pode negar que, ao longo da história geográfica, o estudo da paisagem sempre esteve presente nos objetivos da Geografia, como foi o caso das grandes navegações quando as descrições das paisagens enriqueciam os relatos dos viajantes. Aliás, deve-se muito aos textos (relatórios de campo) elaborados por viajantes, entre outros exploradores, bases da construção e do desenvolvimento da ciência geográfica atual.

Mesmo sendo um dos mais antigos conceitos da Geografia, os geógrafos abandonaram essa temática por algumas dezenas de anos, e somente no início do século XX, segundo Melo (2001), é que,

a paisagem foi um dos primeiros temas a ser abordados numa perspectiva cultural pelos geógrafos alemães, sendo posteriormente incorporada pela geografia cultural, nos anos 20, por meio do geógrafo americano Carl Ortwin Sauer, da Escola de Berkeley: (MELO, 2001, p. 29).

Nessa perspectiva, o enfoque humanista servirá para análise e interpretação do ambiente que envolve o homem, que influencia seu comportamento. Mesmo porque os fenômenos observados no cotidiano da comunidade litorânea fazem parte de um fenômeno maior que é o município de São José de Ribamar e toda sua dinâmica espacial, social, cultural e econômica.

Como forma de estudar o ambiente escolar dos filhos dos litorâneos ribamarenses, encontramos em Oliveira (2000) um caminho que poderá ser útil enquanto objeto de estudo. A referida autora define paisagem “a partir da consideração de um espaço subjetivo, sentido e vivido, um espaço de cada ser humano, um espaço individualizado”. (OLIVEIRA, 2000, p. 19).

Para a autora, esse caminho é o preferido pelos geógrafos, pois se trata da análise da paisagem cotidiana a partir das condutas individual e coletiva da comunidade. Na concepção de Santos (1997, p. 65), paisagem é “um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea”.

Destacar a importância do trabalho de campo no estudo da paisagem na Geografia parece óbvio, principalmente quando o trabalho se constitui em um instrumento de pesquisa dos mais importantes para a produção do conhecimento científico. Pontuschka e Lopes (2010, p. 15) destacam que o estudo do meio enquanto prática pedagógica fazem parte “[...] de uma ‘tradição escolar’ que, inspirada em educadores tais como Francisco Ferrer (1859-1909) e Célestin Freinet (1896-1966), tem por objetivo proporcionar aos estudantes uma aprendizagem ‘mais perto da vida’”. Na concepção de (TOMITA, 1999, p. 14):

é uma atividade que contribui para estreitar a relação dos alunos entre si e com os professores, conduzindo-os a praticar atitudes necessárias que, além de assimilar e compreender melhor os conteúdos específicos pode influir na modificação de atitude e formação da personalidade que mais tarde poderá servir para a vida social e profissional.

Nesse sentido, a atividade de campo contribui para aguçar os estímulos sensoriais e a percepção dos alunos, ampliando e desenvolvendo suas habilidades espaciais, o que, com certeza, contribuirá para o registro mental dos lugares percorridos, acumulando informações que irão influenciar suas experiências espaciais futuras.

Com uma postura mais epistemológica, Serpa (2006, p. 20) destaca que tanto a dialética, quanto a fenomenologia não são excluídas do trabalho de campo e afirma que

enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos [...] (SERPA, 2006, p. 20).

Assim, justifica-se, mais uma vez, as entrevistas dos sujeitos envolvidos na pesquisa e a opção por história oral como procedimento metodológico de análise, uma vez que o método fenomenológico abarca o significado das vivências e experiências do mundo.

O trabalho de campo não se constitui em apenas uma saída da sala de aula como forma pedagógica de romper com a rotina das aulas, ou em passeios, como se pode pensar. Na verdade, o trabalho de campo se constitui como recurso didático.

Autores como Pontuschka (1990, 1996, 2007 e 2010), Sansolo (2009), Alves (1997), Lourenço (1997), Tomita (1999), Rodrigues e Otaviano (2001), Silva (2002), Hissa e Oliveira (2004), Tricart (2006), Serpa (2006), Alentejano e Rocha-Leão (2006), Lacoste (2006), Kaiser (2006), Cardoso (2009), entre outros que tratam da temática, já se pronunciaram sobre a importância do estudo do meio. São obras conhecidas também no contexto universitário como trabalho de campo.

Destacam-se nessa proposta as concepções dos autores elencados acima a respeito da temática e que estão contribuindo com o diálogo que ora se estabelece com o estudo. No entendimento de Pontuschka e Lopes (2010, p. 9), o estudo do meio se constitui em uma prática pedagógica que se “concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos”. Essa compreensão pedagógica que dialoga com a comunidade escolar e do seu entorno traz à tona a importância do diálogo com a realidade local, numa perspectiva de integração com a sociedade, mesmo reconhecendo a complexidade do diálogo na produção de novos conhecimentos.

Sansolo (2009, p.141) ressalta as principais necessidades do desenvolvimento do trabalho de campo e aponta que, para se obter “resultados satisfatórios é necessário não somente uma reflexão teórica acerca de sua importância para a pesquisa, mas também um planejamento minucioso, que leve em consideração um itinerário, que possibilite a observação de contrastes na paisagem”.

Lourenço (1997, p.3) enfatiza que “nada mais natural que os interesses e as preocupações do grupo sejam fixados na e pela paisagem, pois o que mais chama atenção nela é a diversidade de coisas”. Serpa (2006, p. 16) adverte para o fato de que é necessário “reconhecer as limitações de uma leitura funcional das paisagens como procedimento metodológico do trabalho de campo em Geografia, já que nem sempre a realidade visível esclarece completamente o que de fato acontece no espaço”.

Kaiser (2006, p. 97) lembra que “o espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social”. É importante destacar que são as relações entre o homem e o espaço que se constituem como base de estudo do geógrafo.

Nesse sentido, tem-se consciência de que o itinerário proposto com a “Jornada Geográfica Litorânea” e o cenário que se deslumbra ao longo do percurso vão permitir não somente a leitura da diversidade da paisagem, mas, sobretudo, o contraste existente e percebido durante a caminhada, assim como a heterogeneidade do cenário possibilitará aos alunos o reconhecimento dos espaços como algo intrínseco à sua cultura e aos seus afazeres diários.

Para Alves (1997, p. 88), a pesquisa em campo “representa uma oportunidade de compreender melhor determinadas manifestações da realidade, as quais, na maioria das vezes, somente com trabalho de gabinete não conseguiríamos”. Esse momento se constitui em uma oportunidade que professores e alunos dispõem para uma conversa mais aproximada.

Rodrigues e Otaviano (2001, p. 37) nos remetem ao aproveitamento desse momento único e nos propõem que “o professor pode aproveitar para ser mais observador, mais ouvinte do comportamento dos seus alunos, um verdadeiro orientador e companheiro [...] acabando então, com qualquer indício de comando na dinâmica de grupo”.

Sendo o estudo do meio uma prática imprescindível para as aulas de Geografia, Tomita (1999, p. 15) descreve que “não se deve encarar essa atividade como um fim, mas como um meio que tenha o seu prosseguimento ao retornar à sala de aula”. Em defesa desse aprendizado, Hissa e Oliveira (2004, p.40) admitem que “devem ser compreendidos como um importante instrumento de transformação”. Assim sendo, a mudança de postura do professor, frente às metodologias utilizadas cotidianamente, devem ser revistas e discutidas no âmbito da escola, além da própria postura do docente em função das técnicas pedagógicas incorporadas a partir dessa transformação.

A realização das “Jornadas Geográficas Litorâneas” nas trilhas pré-estabelecidas como estudo do meio, a partir da leitura da paisagem, se constitui em uma opção a mais como instrumento de ensino e aprendizagem em Geografia, como possibilidade de se compreender a dinâmica do espaço geográfico. O ponto de partida para a execução do trabalho deverá ter como base de estudo os lugares conhecidos dos alunos, uma vez que a realidade que os envolve é peculiar e o espaço se constitui em um ambiente conhecido, pois é o lugar onde passam a maior parte de seu tempo.

Nesse sentido, Castellar (2010, p. 44) chama a atenção para o fato de que a leitura dos conceitos dos lugares de vivência da comunidade pesquisada esteja relacionada, “entre outros conceitos, aos que estruturam o conhecimento geográfico, como, por exemplo, lugar, cultura, cidade, território, espaço e tempo, mas, também, os conceitos cartográficos (escala, legenda, alfabeto cartográfico, direção e orientação)”.

Para Lourenço (1997, p. 2), “o trabalho de campo como alternativa concreta de se viabilizar teoricamente o propósito de ultrapassar a reflexão intra-sala de aula, como forma de executar/ ‘praticizar’ a ‘leitura’ do real, sendo assim, um momento ímpar do exercício da práxis teórica”. Nessa linha de raciocínio, o conhecimento é construído a partir da relação entre a teoria e a prática. A prática a que nos referimos é o cotidiano, é a vivência do grupo envolvido na pesquisa. O envolvimento do aluno em atividades escolares é bem maior quando o conteúdo ministrado em sala de aula está baseado na sua realidade diária.

Para Rodrigues e Otaviano (2001, p. 35), “a visão de mundo do aluno é incorporado ao processo de aprendizagem, que está associado a uma leitura crítica da realidade e ao estabelecimento da relação de unidade entre a teoria e prática”. Essa relação entre teoria e prática no estudo do meio, segundo Tricart (2006, p. 107), se constitui em “um elemento indispensável da percepção objetiva dos dados de base do raciocínio científico; quando ela está ausente, elaboram-se teorias que só têm relações longínquas com a realidade perceptível e que, por esse motivo, não têm qualquer utilidade social [...]”.

Portanto, o estudo do meio, entendido por Cardoso (2009, p.717) como “um conjunto de elementos, fenômenos, acontecimentos, fatores e/ ou processos diversos, que ocorrem no meio vivido, é onde a vida e a ação das pessoas têm lugar e adquirem significado”.

Nesse sentido, o meio vivido exerce papel significante enquanto observação de tarefas realizadas no cotidiano, revelando, entre outras ações, as transformações sociais ocorridas no espaço e que possibilita aos educandos uma leitura dos significados existentes na comunidade local.

Sobre o estudo do meio como método de ensino para o estudo da paisagem, Tomita (1999, p.14) sugere que o aluno seja levado “diretamente ao campo, tomando como ponto de partida o conhecimento prévio, alimentado pela teoria e reforçado com a observação direta da realidade”.



Posicionamento que se coaduna com o de Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 57), quando defendem que o “trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos”, pois é no contato direto com o campo e através da leitura dos elementos da paisagem litorânea que se constitui a mediação entre os conceitos que são vistos na sala de aula e o que é presenciado *in loco*. Desta forma, o aluno entenderá as contradições entre os processos teóricos e os práticos, compreendendo, assim, a dinâmica que ocorre no espaço vivido.

Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.57) observam e chamam a atenção para o fato de que “fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos”. A ideia da produção do conhecimento passa, necessariamente, pela seleção e organização dos conteúdos teóricos, os quais implicam em planejamento e procedimentos coerentes, para que sejam atingidos os objetivos dos trabalhos desenvolvidos no campo.

Para Kaiser (2006, p. 97), “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma”. Como meio, pode quebrar barreiras, ultrapassando a compartimentalização das disciplinas, fato há tempos questionado no sistema educacional, rumo a um processo multidisciplinar, o qual é perfeitamente possível e respeita as características próprias das disciplinas. Quanto ao objetivo a ser atingido, vai depender de uma série de fatores como, por exemplo, a faixa etária, o tempo do percurso e o caráter da pesquisa. De forma geral, o trabalho de campo terá sempre um caráter de aprendizagem e de formação, tanto do aluno, quanto do professor.

Na concepção de Serpa (2006, p. 10), “o trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade,

bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado”. Não se pode esquecer que os arranjos específicos dos lugares dependem, entre outros fatores, do aprendizado diário, das experiências vividas de sua população e do convívio entre o educando e a escola, na perspectiva de prepará-lo melhor para a difícil tarefa que é a articulação entre os problemas enfrentados no cotidiano e os correspondentes em níveis local, regional e global.

Em relação às questões ligadas à leitura e interpretação de paisagens, a partir das representações cartográficas, como forma didática de análise prévia de lugares a serem estudados no trabalho de campo, Almeida (2001, p. 18) chama a atenção quanto à prática didática com relação à leitura de mapas e diz que “ler e escrever, em Geografia, exige domínio da linguagem cartográfica”. Nesse sentido, é necessário que o professor, juntamente com os alunos, ao realizar essa tarefa, tenha conhecimentos das teorias de leitura e representação espacial.

A leitura da paisagem como forma para estudar o espaço geográfico constitui-se em mais um recurso didático que alunos e professores dispõem para construir e (re)construir estruturas de representação e percepção das imagens da paisagem local, além da oportunidade de poder confrontar as paisagens regionais e globais, o que possibilita a percepção do vínculo afetivo e de identidade com o lugar em que vivem.

Quando se estuda a paisagem local, deve-se procurar estabelecer relações com outras paisagens e lugares distantes no tempo ou no espaço, para que elementos de comparação possam ser utilizados na busca de semelhanças e diferenças, permanências e transformações, explicações para os fenômenos que aí se encontram presentes. Inicia-se, assim, um processo de compreensão mais ampla das noções de posição, sítio, fronteira e extensão que caracterizam a paisagem local e as paisagens de forma geral (BRASIL, PCN's 1998, p.12).

Pontuschka (2007) chama a atenção para essa leitura revela que: “É preciso saber ‘ver’, saber ‘dialogar’ com a paisagem, detectar os problemas existentes na vida de seus moradores, estabelecer relações entre os fatos verificados e o cotidiano do aluno”. Essa forma de abordagem pode oferecer, sem dúvida, contribuições importantes para o estudo do cotidiano do lugar, tendo como enfoque principal a leitura da paisagem.

A partir da ideia do lugar, o professor pode trabalhar o cotidiano do aluno, tendo como referência os objetivos para o primeiro ciclo do ensino fundamental que, segundo Brasil, PCN’s (1998), apontam para:

Reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inseridos, as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;  
Reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam (BRASIL, PCN’s 1998, p. 13).

São vários os eixos temáticos que o professor pode trabalhar, tendo como enfoque o estudo da paisagem, no entanto destaca-se o bloco temático sugerido por Brasil, PCN’s (1998), intitulado “Tudo é natureza”, onde a temática a ser estudada “é a presença da natureza em tudo que está visível ou não na paisagem local”. Ainda para Brasil, PCN’s (1998), “a visão global de natureza expressa na paisagem local pode ser realizada através dos hábitos de consumo, pesquisando os produtos que participam da vida cotidiana, como são feitos e qual a origem dos recursos naturais que estão envolvidos em sua produção”. (BRASIL, PCN’s 1998, p. 14).

Nesse sentido, o hábito de pescar e de consumir o pescado, produto retirado da natureza através de artefatos construídos pelos próprios pescadores de São José de Ribamar, configuram-se como apropriação e transformação dos recursos naturais encontrados na

paisagem local. Estes artefatos são reconhecidos pelos alunos como parte da tradição da comunidade, presentes no cotidiano das atividades laborais dos litorâneos.

Assim, o propósito traçado para esta tese, num plano de investigação, interessa contextualizar os conteúdos geográficos ministrados nas salas de aula da rede pública municipal, que dizem respeito à orientação, movimento de marés, direção dos ventos, cultura e saberes dos litorâneos. É essa experiência dos pescadores de São José de Ribamar que estimulou o estudo dos saberes aqui identificado.

### 3 SÃO JOSÉ DE RIBAMAR: um olhar geográfico

O estudo de qualquer parte da realidade não deve se restringir aos seus limites, mas estar inserido no interior de um contexto maior que é social, político, econômico e espacial.

Nídia Nacib Pontuschka

#### 3.1 O município

O município de São José de Ribamar/MA está situado no Golfão Maranhense, na porção oriental da Ilha do Maranhão, e faz parte da Microrregião denominada Aglomeração Urbana de São Luís, com sede localizada geograficamente a 44°03'15" ao oeste de Greenwich e a 2°33'43" ao sul do Equador.

Com população de 163.045 habitantes, distribuídos entre (51,74%) do sexo feminino e (48,26%) do sexo masculino e com área de 388,369 km<sup>2</sup>, o município apresenta uma densidade de 420,21 hab/km<sup>2</sup> com média de 3,83 moradores por domicílio. É classificado como o centésimo vigésimo primeiro município dentre os 217 municípios maranhenses em extensão territorial e o terceiro maior em número de habitantes do Estado (IBGE/2010).

O município apresenta uma concentração maior de habitantes na zona rural. Segundo o IBGE (2010), cerca de 76,87%, moram na zona rural, enquanto 23,13% residem na zona urbana, fenômeno um pouco diferente do que acontece com boa parte dos municípios brasileiros, principalmente os que ficam situados nas regiões metropolitanas das capitais dos Estados onde a população urbana, em geral, é maior que a residente na zona rural; se comparado com outros municípios da Ilha, é o que apresenta maior índice de população rural (São Luís 5,6%, Paço do Lumiar 25,00% e Raposa 36,70%).



O município é banhado pela baía de São José ao leste, pelo rio Antonio Esteves na porção setentrional, o rio Geniparana no lado sul do município e o rio Paciência na porção central do território ribamarense.

A base econômica municipal está centrada no setor primário, destacando-se as atividades de agropecuária de subsistência e a pesca artesanal, presentes desde sua fundação. A tendência para esse ramo de atividade ainda resiste ao tempo, fato que ficou comprovado mediante pesquisa realizada para elaboração da Dissertação de Mestrado, vide Fonsêca (2004), com as famílias dos sujeitos investigados. No decorrer da pesquisa, constatou-se que a maioria dos pais dos alunos da rede pública municipal tem na atividade pesqueira sua principal fonte de renda.

A identidade da população ribamarense com as atividades relacionadas ao mar é muito intensa e remete à emancipação do município, fazendo-se notar nos símbolos de identificação municipal - bandeira e escudo - (Figura 2), nas quais a presença do mar, das embarcações e dos peixes é visível.



Figura 2 - Bandeira e Escudo do Município de São José de Ribamar/MA  
Fonte: MIRANDA, Antônio José Ferreira, 2009

O município também desenvolve atividades nos setores secundário e terciário segundo dados do IBGE (2010), estão instaladas no município 1.682 empresas as quais empregam cerca de 14.987 trabalhadores, com rendimentos médios de 1,85 salário mínimo.

Segundo ainda o IBGE (2010), o indicador de pobreza do município é de 53,28%, ou seja, 86.870 dos habitantes do município são pobres. Os índices do Estado variam entre 41,73% e 64,83%, se comparados com os outros municípios localizados na Ilha (São Luís 54,83%, Paço do Lumiar 42,45% e Raposa 59,17%). O indicador de pobreza de São José de Ribamar somente fica abaixo dos números da Raposa e da Capital do Estado.

Se levarmos em consideração a renda dos trabalhadores residentes no município, cerca de 79,10% da população ribamarense sobrevivem com até um salário mínimo, destes 34,42% recebem menos de meio salário mínimo, retrato da omissão de políticas públicas adequadas nas últimas décadas e da ausência do poder público em programas e projetos que beneficiem as populações menos favorecidas. Apesar dos programas sociais de redistribuição de renda desenvolvidos pelo Governo Federal, mesmo assim não foi suficiente para alterar o quadro de rendimentos dos trabalhadores do município.

A população que frequenta a escola na faixa etária entre 7 e 14 anos é de aproximadamente 15,01%, enquanto a taxa de alfabetização do município é de 83,83%. Se comparado aos mesmos municípios da Ilha, somente é maior que os índices de Raposa (74,47%), criado recentemente, perdendo para os municípios de Paço do Lumiar (84,42%) e São Luís (86,40%).

Os indicativos municipais contrastam com análise realizada pela revista VEJA, edição nº 2180 de 1º de Setembro de 2010, em artigo intitulado “Cidades: onde o Brasil mais cresce”. A matéria descreve um panorama econômico dos 226 municípios médios brasileiros e analisa seu soerguimento econômico. A matéria aponta que, no período entre 2002 a 2007, a taxa de crescimento desses municípios foi igual ou superior a 4%, média do índice de crescimento econômico nacional.

Segundo a revista, o município de São José de Ribamar teve nesse período um crescimento de 8% na média anual da evolução do Produto Interno Bruto (PIB). O cálculo foi



realizado com base em produtos alimentícios. Para Brasil (2010), “[...] das cidades em que a carne alimenta o crescimento, 75% avançaram acima da média nacional. São municípios que produzem carne bovina, frango, porco e peixe”. Os outros municípios foram Bragança (PA) com 5,5%, Vitória de Santo Antão (PE) com 5,3% e Toledo (PR) com 4,3% (BRASIL, 2010, p. 131).

Mesmo com os índices econômicos apontados pela revista, o cenário com relação à distribuição de rendimentos dos trabalhadores não foi suficiente para alterar os índices de pobreza, receitas e alfabetização, entre outros.

Quanto à infraestrutura viária urbana, o município apresenta algumas ruas e avenidas pavimentadas com revestimento asfáltico: a foto em tela (Figura 3) apresenta uma vista superior oblíqua da Avenida Gonçalves Dias, a principal da cidade, conhecida também como Rua Grande, via que abriga a maior quantidade de lojas comerciais, assim como a rede bancária. É a principal avenida de circulação de veículos e importante via de acesso a São Luís, capital do estado do Maranhão.



Figura 3 - Av. Gonçalves Dias - Centro da Cidade de São José de Ribamar  
Fonte: Arquivo do autor, 2011

A foto abaixo (Figura 4) retrata uma das vias com pavimentação em concreto na região oriental da zona urbana. Essa via serviu de rota para a realização das “Jornadas Geográficas Litorâneas”.



Figura 4 - Trav. Bom Jesus - Paralela ao Igarapé do Vieira  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Trata-se de uma rua estreita com casas residenciais de baixo padrão de construção, situadas à margem direita do Igarapé do Vieira. Os fundos dos quintais das residências do lado esquerdo da fotografia fazem limites com o mangue e onde alguns moradores que também são pescadores ancoram suas embarcações de pesca.

Na periferia da cidade, há um grande número de ruas sem pavimentação e algumas “ruas” construídas em madeira. A fotografia (Figura 5) exhibe uma “rua” construída de tábuas pelos próprios moradores, em um apicum na margem direita do Igarapé do Vieira. Essa paisagem é comum na periferia da cidade de São José de Ribamar, uma vez que a cidade é banhada pelo mar e as condições socioeconômicas de parte da população não permitem que

vivam em lugares onde a infraestrutura urbana seja adequada para a construção de uma moradia digna.



Figura 5 - Palafitas - Igarapé do Vieira  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Na zona rural, o predomínio é de ruas e avenidas sem pavimentação ou qualquer outra forma de revestimento, principalmente nas estradas que fazem a ligação entre os povoados e destes com a sede do município, com algumas exceções.

Outro sistema urbano que também chama a atenção é o transporte. Segundo dados do senso do IBGE (2010), o município conta com uma frota de 12.612 veículos; destes, cerca de 220 são constituídos por ônibus e micro-ônibus, responsáveis pelo transporte de passageiros entre a sede do município e a capital do estado.

Processo semelhante ocorre entre os municípios, principalmente, os localizados na ilha, (São Luís, Paço do Lumiar e Raposa) e entre alguns bairros e povoados, especialmente os localizados nas áreas de praias do município em questão.

O sistema de abastecimento de água é realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA) através de poços artesianos localizados em diversos bairros e povoados

do município, entretanto a cidade não dispõe de um sistema de coleta de esgoto sanitário, o que pode comprometer o abastecimento de água potável, tendo em vista a contaminação do lençol freático por fossas sépticas. Embora boa parte do limite municipal se faça com a capital do Estado, esse fator ainda não é suficiente para mudar o quadro em que se encontram as redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, pois a zona urbana da cidade não dispõe de rede de coleta de esgoto sanitário.

A exemplo de alguns municípios maranhenses, São José de Ribamar/MA não dispõe de aterro sanitário e o lixo é coletado por uma empresa privada é depositado no aterro sanitário de São Luís, capital do estado, que, diga-se de passagem, já está com sua capacidade excedida ou é lançado em terrenos baldios, principalmente os localizados ao longo das rodovias, estradas e caminhos do município.

### 3.2 O lugar: São José de Ribamar

Comentar a respeito de um lugar é tarefa complexa que exige discernimento e cuidado para não sobrepor as impressões do autor, desviando assim a atenção de como realmente o lugar se apresenta. Para Merleau-Ponty (1999, p. 5), “o real deve ser descrito, não construído ou constituído”. Assim, descreve-se São José de Ribamar com o cuidado de não desenvolver comentários dúbios que venham a comprometer a descrição do real.

O município de São José de Ribamar/MA (Figura 6) teve como primeiros habitantes os índios Gamela, quando da chegada dos franceses, por volta de 1612. Segundo Miranda (2009, p. 4), com os europeus vieram os religiosos missionários os quais “encontraram os índios transportando as imagens de um lado a outro e depositando-as sempre numa rocha mais elevada”.





Depois, diziam: “in riba, in riba”. Com o tempo, descobriu-se que a expressão significava “acima”. Assim, o nome “Ribamar” significa “acima do mar”. Sua vida política efetivou-se em 1757 quando o então governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza elevou o lugarejo à categoria de “Lugar”. Por volta de 1913, foi elevada à categoria de vila e a partir de 1938, foi transformada em distrito do município de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Em 1948, foi restaurada como município e elevada definitivamente à categoria de município em 24 de setembro de 1952 pelo governador Eugênio de Barros com o nome de São José de Ribamar (IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959 p. 299).

A cidade se constitui em um polo de turismo do Estado com destaque para o complexo formado por uma basílica, uma estátua de São José com 17,5 metros de altura (Figura 7), que se destaca para os viajantes que chegam pelo mar e adentram na baía do mesmo nome, uma gruta, réplica da gruta de Nossa Senhora de Lourdes existente na França, e uma concha acústica no formato de uma Bíblia aberta onde são celebradas as missas campais por ocasião do festejo religioso de São José, padroeiro do estado do Maranhão. O festejo ocorre no mês de setembro, porém a data é variável e acontece de acordo com o movimento da lua.



Figura 7 - Estátua de São José  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Outras atrações turísticas da cidade são: o “lava-pratos”, carnaval fora de época que acontece no primeiro final de semana após a quarta-feira de cinzas. Para alguns folcloristas constitui-se no primeiro grito de carnaval fora de época do país. O “lava-bois” que é uma festa popular que reúne brincadeiras de bumba-meu-boi da Ilha e ocorre no primeiro sábado após o dia de São João.

Além das atrações turísticas já citadas, a cidade também é conhecida como “cidade balneária”, denominação criada no século próximo passado quando famílias abastadas economicamente se deslocavam da capital do estado no período das férias escolares de seus filhos para a cidade de São José, com o propósito de descansar e, conseqüentemente, tirar proveito de suas praias, nas horas de lazer. Destaque para a Praia de Banho (Figura 8), situada na zona urbana, próxima ao complexo religioso; Araçagi, na porção setentrional do município; Boa Viagem, na porção sudeste e Panaquatira, na porção nordeste do município.

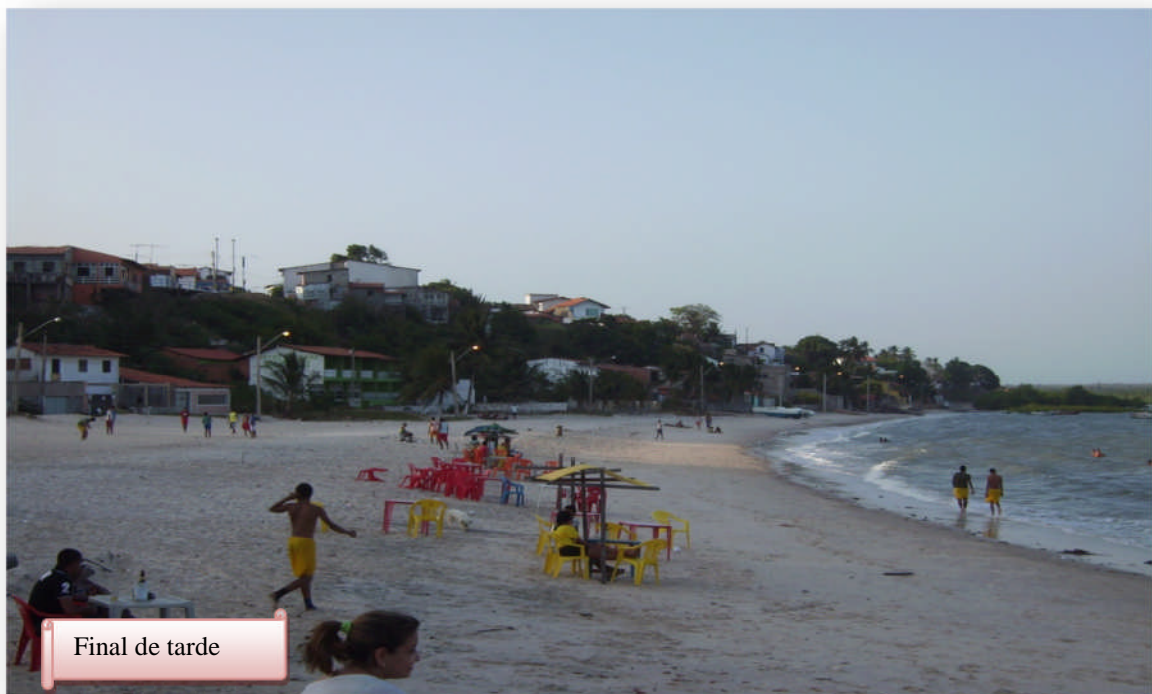


Figura 8 - Praia de Banho  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

A praia de Panaquatira é muito frequentada por banhistas nos finais de semana que a usam para o lazer e por pescadores artesanais que frequentemente desenvolvem suas atividades profissionais como, por exemplo, a pesca com redes de enseada e malhadeira, a pesca com espinhel, linha de mão, entre outros equipamentos, por se tratar de uma área piscosa e de grande relevância para a manutenção das práticas tradicionais dos pescadores ribamarenses.

A praia do Panaquatira (Figura 9) apresenta algumas particularidades, entre elas destaca-se a presença de um grande estirâncio com pouca declividade, chegando a alguns trechos a medir 1,5 km de comprimento. Já há alguns séculos, esses locais eram percorridos por exploradores e estudiosos que procuravam descobrir os encantos das areias após os refluxos. Para Corbin (1989, p. 129), “o estirâncio convida a experimentar alternadamente a subida e a retirada das águas; essa zona disponível suscita o sonho binário da submersão e da dessecação. O mar é então essencialmente percebido como um espelho em cuja superfície se pode ler o casamento da água e do ar”.



Figura 9 - Praia do Panaquatira  
Fonte: Arquivo do autor, 2012



É nesse local onde se percebe com maior nitidez as alternâncias das marés (fluxo e refluxo) e também é onde ocorre o contato entre o visitante e o nativo (pescador). Esse encontro social irá possibilitar trocas de experiências, sobretudo as relativas à fauna e flora marinha, observadas durante a maré baixa.

Não se pode negar que o conhecimento prévio dos recursos naturais desperta no cidadão a afetividade e cria um vínculo de pertencimento com o lugar, pois cada lugar tem sua própria identidade.

#### 4 O MAR E O PESCADOR ARTESANAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O JANGADEIRO

Música: João do Vale (cantor e compositor maranhense)

Nunca temeu ao mar, mas sempre o respeitou

Por viver sempre no mar ele tem amor

Tem orgulho do que é, mas o que ele não quer

É que seu filho pra viver

Tenha que enfrentar o mar

Tenha que vim ser

Pescador

O mar sempre foi uma fonte de inspiração e o meio de ganhar a vida para os moradores do litoral brasileiro e, em particular, o maranhense. Perceber os movimentos das ondas, observar as enchentes e as vazantes das marés, acompanhar os movimentos de ir e vir de canoas, barcos de pesca, lanchas e outras embarcações, a movimentação das pessoas na beira-mar, entre outras dinâmicas, faz parte do dia-a-dia dessas populações que habitam o litoral e usufruem do espaço marítimo para a prática do lazer e, principalmente, para o trabalho, pois se constitui como o principal meio para a sua sobrevivência.

Para Diegues (2004, p.3), “[...] essa atração está radicada nas lembranças do mar enquanto meio primordial da vida, à semelhança do útero materno e seus líquidos para o qual o ser humano gostaria de voltar”. Embora a afirmação tenha um caráter mais antropológico e visceral, é com esse meio primordial de ganhar a vida através da atividade que o mar lhes proporciona, com sua dinâmica diária, que acontece este estudo sobre os pescadores artesanais do porto do Vieira, em São José de Ribamar/MA.

Na concepção de Corbin (1989, p.221), “[...] a praia representa o ponto de articulação entre o trabalho da terra e o do mar [...]”. Tal fronteira permite aos homens e mulheres que lidam com a atividade pesqueira a não medirem esforços para retirar da interface terra/mar o sustento de suas famílias.

Para Lima (2006, p. 46), “[...] é nesse espaço, que se realizam os encontros e desencontros com companheiros, parentes e desconhecidos; onde crescem os filhos e filhas; nascem e forjam-se as estratégias de organização e luta; onde se inicia e finaliza o trabalho de cada pescaria e realizam-se outros meios de vida [...]”, conseqüentemente são os espaços que fortalecem os elos entre os membros da família, mesmo em condições adversas. Os laços familiares, o companheirismo, as afinidades são fortalecidos a partir da comunidade, do local da moradia e também do trabalho; é onde brota a vida, a integração destes membros.

Na concepção de Maldonado (1986, p. 18), “[...] um dos traços que prevalecem entre pescadores artesanais é a importância da família como unidade de produção e consumo [...]”. Nesse sentido, se destacam os pescadores das embarcações responsáveis pelas tarefas de ir e vir do mar, e os familiares, em terra, com o apoio logístico e afetivo.

#### 4.1 Os pescadores artesanais

Entende-se por pescadores artesanais populações que habitam no litoral, rios e lagos brasileiro e que vivem da pequena pesca. Juntamente com seus familiares, produzem seus próprios equipamentos de trabalho e retiram do seu trabalho o suficiente para o sustento da família, comercializando parte dessa produção ou trocando por mercadorias para a complementação alimentar.

A pesca artesanal é praticada pelos praieiros, que, segundo o Ministério do Meio Ambiente - IBAMA (2001, p. 49), são:

moradores da faixa litorânea da região amazônica, compreendida entre o Piauí e o Amapá. Os praieiros são chamados, genericamente, pescadores ou pescadores artesanais, mas apresentam características socioculturais que os diferenciam das outras comunidades litorâneas, como os caiçaras e jangadeiros.

Os moradores das praias maranhenses não exercem suas atividades diferentes das praticadas pela maioria dos moradores do litoral brasileiro.

Para BRASIL - Instituto Nacional de Seguridade Social (2006), o pescador artesanal é um trabalhador rural. Segundo o referido Instituto, o pescador artesanal é “aquele que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que:

- a) não utilize embarcação;
- b) utilize embarcação de até seis toneladas de arqueação<sup>3</sup> bruta, ainda que com auxílio de parceiro;
- c) na condição exclusiva de parceiro outorgado, utilize embarcação de até dez toneladas de arqueação bruta. Entende-se por tonelagem de arqueação bruta a expressão da capacidade total da embarcação constante da respectiva certificação fornecida pelo órgão competente”.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (BRASIL, [200-?], p. 4) define pescador profissional artesanal como “aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar, ou ainda com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício”.

Para Diegues (2004, p.188), “a essência da pesca artesanal é o conjunto de conhecimentos sobre meio ambiente, condições de marés, identificação dos pesqueiros e manejo dos instrumentos de pesca”. Esses conhecimentos são repassados oralmente ao longo das gerações de pais para filhos, conservados e fundamentais na dinâmica da pescaria, nas viagens de ir e vir dos pesqueiros.

Há concordância com Diegues (1983, p. 228) quando ele afirma que “pra ser pescador é preciso vocação”, pois a aprendizagem é longa, sem falar na dinâmica da pescaria e das

---

<sup>3</sup> Medida dos espaços internos de uma embarcação (comprimento x largura x altura). Uma tonelada corresponde a 2, 832 m<sup>3</sup>.

viagens pelo mar, principalmente no que diz respeito aos movimentos das ondas que, em alguns, provoca mal estar, às vezes, até vômitos.

Uma porção considerável da população do município de São José de Ribamar e, em particular, os pais dos alunos da rede pública municipal se envolvem em tarefas que dizem respeito a atividades pesqueiras.

As atividades pesqueiras envolvem a captura, produção e venda do pescado, comércio de produtos e equipamentos para pesca, além de outras atividades, como fábricas de gelo, carregadores e estivadores. Há que se considerar, também, que os filhos de pescadores adquirem saberes geográficos a partir do convívio diário com as atividades de seus pais, o que lhes permite travar diálogo entre esses saberes e os conteúdos geográficos sistematizados nas escolas municipais onde estudam.

O educando também se faz pescador quando nas férias ajuda o pai a pescar, ou quando, na falta de um membro da tripulação, realiza as tarefas do trabalhador ausente. Esse processo, se repete com certa frequência, o que leva o aluno, às vezes, a abandonar a escola e a dedicar diariamente ao trabalho da pescaria.

Por outro lado, é a necessidade que com frequência leva a criança para o trabalho no mar. Em entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2010 com o Sr. Genival, padraсто de uma aluna da escola objeto da pesquisa, este afirma que começou a pescar aos 7 anos, após a perda da mãe e o abandono do pai.

Comecei arrastar camarão no porto do Mamuna<sup>4</sup> e a pescar de linha no porto mesmo, [...] aos dez anos vim para casa de um tio em São José de Ribamar, [...] aí eu comecei a gostar da pescaria, aí eu estudava e eu precisava de caderno, caneta né, comprar farda nesse tempo eu tinha que comprar farda, calçado, aí de vez em meu tio dizia, oh quem quiser comprar suas coisas de colégio procure trabalhar, [...] aí eu já estava na sexta série, [...] aí eu disse rapaz, se eu for pro colégio não vai dar mais pra mim ir não, porque pra mim

---

<sup>4</sup> Povoado localizado na baía de São José, no município de Icatu/MA.

pescar e tá indo pra escola num dar certo não ou um ou outro, aí eu comecei a ficar mesmo direto na pescaria (Informação verbal).<sup>5</sup>

A arte de pescar é aprendida muito cedo. Em entrevista com o Sr. Ivan dos Anjos, pai de um aluno da escola onde a pesquisa foi realizada, obteve-se esta declaração: “comecei a pescar muito novinho, com 10 anos eu já tava pescando, bem cedinho lá no interior com o meu pai, o meu pai saía muito, ele viajava, ele era mestre de uma canoa e deixava minha mãe em casa, minha mãe ficava sozinha e a gente saía muito para pescar” (informação verbal).<sup>6</sup> Esses depoimentos vêm reforçar a tese de que a pescaria é aprendida muito cedo e muito cedo também as crianças assumem responsabilidades com a casa paterna.

A experiência adquirida por pescadores, seus familiares e amigos a respeito dos lugares de pesca - pesqueiros - frequentados diariamente, nos indica que não são apenas lugares onde vão buscar o sustento de suas famílias, sua fonte de aprendizagem, de conhecimento sobre a dinâmica das marés, ventos, movimentos migratórios dos cardumes, sobre a vida dos que ali pescam e navegam diariamente com suas embarcações movidas a motor ou a vela.

Para discorrer sobre os conhecimentos dos litorâneos, busca-se em Tuan (1983, p. 10) a inspiração necessária para o desenvolvimento da reflexão sobre experiência: “experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele”. Para experimentar, é necessário se aventurar em busca do desconhecido e com ele aprender, pois a experiência é resultante da aprendizagem ao longo do tempo, constituída de emoção, pensamento e dedicação pelo visível, pois está voltada para o mundo exterior.

Os pescadores conhecem os caminhos percorridos no dia-a-dia e as distâncias entre os locais de pesca e o porto. Para Merleau-Ponty (1999, p.384), “além da distância física ou geométrica que existe entre mim e todas as coisas, uma distância vivida me liga às coisas que

---

<sup>5</sup> Informação fornecida por Genival em São José de Ribamar/MA, em 2010.

<sup>6</sup> Informação fornecida por Ivan dos Anjos em São José de Ribamar/MA, em 2010.

contam e existem para mim, e as liga entre si”. Os pescadores reconhecem cada pesqueiro e transitam entre eles como se fosse sua casa, sabem a profundidade, onde está cada rocha submersa, sabem qual a direção das correntes marítimas, quando a maré está enchendo ou vazando, a que altura de enchente e de vazante, sabem em que direção está soprando o vento.

O pescador Ivan dos Anjos, em entrevista no dia 17/11/2010, nos relata a dinâmica da hora de por e de retirar a rede justificando que

é na meia maré, é porque ela corre muito a maré e essa pescaria não permite a gente pescar com a maré correndo porque é muito arriscado. Se você botar na meia maré, na preamar você já tem uma base de quanto filame você bota de profundidade. Em baixo ela vai pegando, raspando pedra, tudo lá em baixo é por isso que é perigoso a gente botar nesse local, em cada canal desse aí a gente já sabe, todo mestre já sabe a profundidade e onde colocar a rede (informação verbal).<sup>7</sup>

Esses saberes são repassados de pai para filhos ou por amigos, à medida que os fenômenos vão acontecendo; às vezes, até de forma involuntária. É o que atesta a fala do pescador Sr. José Domingos Alves Santos, em entrevista realizada em 28 de novembro de 2010:

[...] tudo o que aprendi, eu aprendi com meu pai, com colegas, com amigos, com parentes que me levavam, nesse tempo eu era novinho e esse conhecimento tá aqui tá gravado, quando eu morrer isso aqui vai morrer comigo, se não tiver ninguém interessado mais nessa abdicação nesse sentido de serviço [...] (informação verbal).<sup>8</sup>

Em meio a esses acontecimentos, os pescadores vão se envolvendo cada vez mais com os mistérios do mar, portanto, desencadeando atração, medo, desafio, aprendizagem acima de tudo, paixão pelo que fazem.

Na labuta diária, os pescadores se envolvem com referenciais que dizem respeito a tarefas realizadas ora no mar, ora em terra firme e que estão presentes em afazeres, como é o

---

<sup>7</sup> Informação fornecida por Ivan dos Anjos em São José de Ribamar/MA, em 2010.

<sup>8</sup> Informação fornecida por Domingos Alves Santos em São José de Ribamar/MA, em 2010.

caso das medidas das canoas - comprimento, largura e altura - das redes, dos pesqueiros, entre outras e as distâncias percorridas ao longo dos dias, dos meses e até durante os anos.

As formas de medição empregadas pela população litorânea, na maioria das vezes, não fazem parte dos conteúdos ensinados nas escolas, mas estão presentes no cotidiano de uma parcela considerável da população brasileira e por que não dizer mundial, uma vez que cada povo, cada cultura tem sua forma específica de conhecimento popular e dela faz uso da melhor maneira possível.

As distâncias entre o porto e o pesqueiro não são medidas em quilômetros ou milhas, e sim em intervalos de dias e noites. No percurso entre o porto e o pesqueiro, corre-se para fora um dia e parte da noite ou às vezes a noite inteira; pesca-se durante todo o dia seguinte para se retornar ao continente no início da noite. O tempo gasto com o retorno geralmente é o mesmo gasto com a ida até o pesqueiro.

Outra forma de identificar rotas com referências diferentes das praticadas e aprendidas na escola formal e de uso comum por quem vive na navegação marítima é a utilização da dinâmica das marés - cerca de seis horas para encher e seis horas para vaziar.

Portanto, são distâncias que podem ser representadas nos mapas por quilômetros ou milhas e que, no entanto, são percorridas por ciclo de marés; dias e noites; não são distâncias medidas, são distâncias vividas e experimentadas pelos litorâneos de São José de Ribamar.

Para Kozel (2007, p. 129), “[...] todas as atividades humanas, por mais diversificadas que sejam, estarão sempre vinculadas a um tipo de linguagem. Quando se utiliza uma determinada forma de linguagem, se constroem enunciados próprios e únicos, emanados pelos seus integrantes”.

Nos grandes centros a população em geral usa como forma de linguagem o tempo percorrido entre os lugares, calculando, assim, o deslocamento entre a residência e o trabalho,



entre bairros ou até mesmo entre cidades, para evitar atrasos nos compromissos diários. Esse mesmo processo não ocorre com os pescadores em sua labuta diária.

Quando é perguntado a um pescador qual o tempo para chegar a um determinado pesqueiro, ele responde que é uma maré - cerca de seis horas. Isso significa dizer que, ao sair do porto no começo da vazante, chegará ao destino final no começo da enchente. Isso nos leva a pensar que esses pescadores têm a dimensão cognitiva incorporada na cultura, o que permite pensar nos trajetos, até mesmo representá-los graficamente através de croquis.

Para Castellar (2010, p. 38), “a distância entre os lugares faz parte do processo de relação espacial que o mapa representa e do processo de comparar as distâncias existentes no mapa e na realidade”. Os lugares visitados diariamente por pescadores, além das características físicas inerentes aos mares, são considerados como construções humanas, uma vez que fazem parte do cotidiano dos litorâneos ao longo da vida.

Outras unidades métricas também fazem parte das referências dos pescadores de São José de Ribamar, como, por exemplo, as braças de comprimento das redes de pescaria, as braças de profundidade dos igarapés, as braças de cordas utilizadas para manter as canoas fundeadas nos pesqueiros e os palmos de altura e de largura das embarcações que usam para o trabalho diário.

#### 4.2 Como trabalham e vivem os pescadores ribamarenses

O estado do Maranhão é tradicionalmente um dos maiores produtores de pescado do Nordeste, e produziu, segundo dados BRASIL - Ministério da Pesca e Aquicultura (2005), cerca de 71.647,80 toneladas de pescado em água marinha. Foi o 3º produtor nordestino e o 7º produtor nacional, com destaque para a pesca extrativista marinha. O estado se sobressai

como o 3º produtor nacional, com ênfase na espécie pescada-amarela (Figura 10). Sua produção só é menor que a dos estados do Pará e Amazonas.



Figura 10 - Pescada Amarela - Porto do Vieira em São José de Ribamar/MA  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Dados de BRASIL - Ministério da Pesca e Aquicultura (2005) dão conta de que o estado é o 2º do país em números de pescadores registrados, com um total de 116.511. Destes, 51,68% são do sexo feminino e 48,32% do sexo masculino, isso não quer dizer que as mulheres pesquem mais que os homens, mesmo porque as tarefas executadas durante as pescarias exigem muito vigor e força física, no entanto são as mulheres que mais se preocupam com a formalidade.

Outra informação importante quanto ao número de pescadores é a que diz respeito à força de trabalho: 56,10% do total de pescadores registrados têm menos de 40 anos, conseqüentemente é uma população ativa que ainda tem muito a contribuir para a melhoria da produção pesqueira local, regional e nacional.

Dos 217 municípios maranhenses, 34 estão situados na faixa litorânea (com aproximadamente 640 km). Esses 35 municípios correspondem a um percentual de 17% do total do estado, com uma população, segundo o IBGE/2010, de 1.926.936 habitantes, ou seja, 29,30% da população maranhense moram na faixa litorânea (Figura 11) ou ao longo dos estuários dos rios Mearim que banha o lado oeste e o Itapecuru que banha o lado leste da ilha do Maranhão, onde está centrada São Luís, capital do estado.

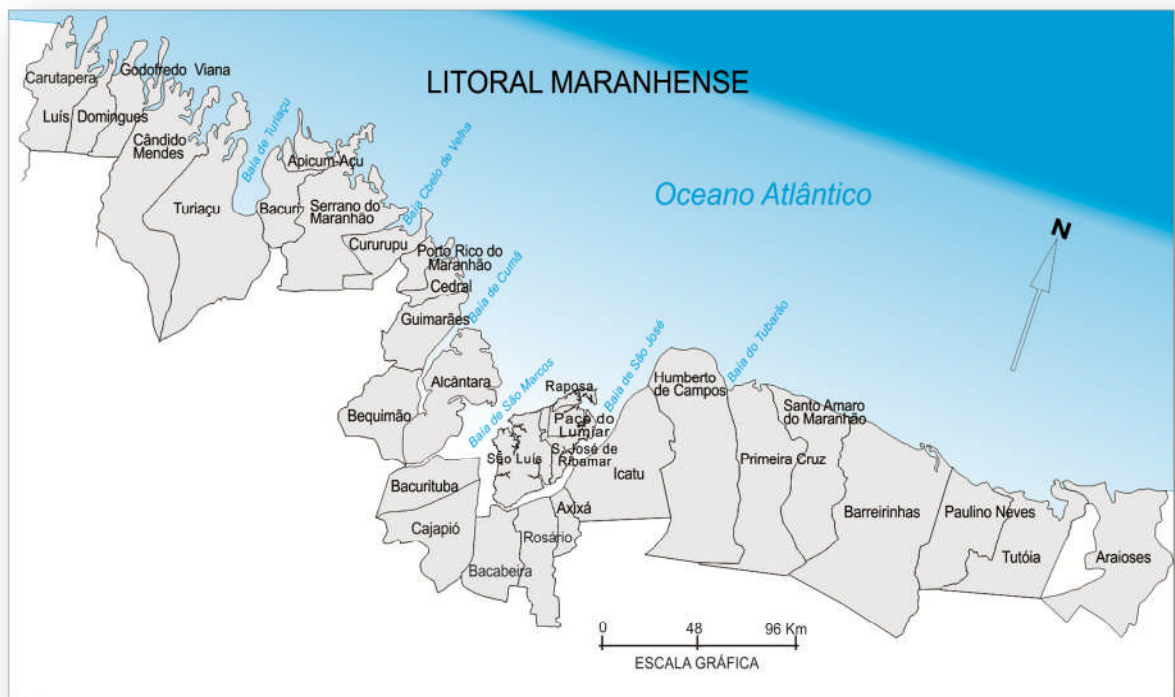


Figura 11 - Mapa do Litoral Maranhense  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010  
 Adaptado por FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima, 2012

Neste caso, levam-se em consideração as reentrâncias maranhenses, uma vez que, em função da amplitude das marés no estado e principalmente na região do golfeão, onde essa amplitude chega até sete metros, esses municípios recebem influência direta da dinâmica das marés.

O município de São José de Ribamar, situado na porção leste da ilha, retira da pesca artesanal grande parte de sua receita, embora não se tenha estatística oficial da produção e

comercialização do pescado. Segundo “seu Riba”, presidente da Colônia de Pescadores, existem cerca de 4.700 pescadores registrados na colônia, segundo dados de 2009, o que daria, segundo “seu Riba”, uma produção equivalente a quatorze toneladas de pescados por dia, comercializados no próprio município ou exportados para as cidades vizinhas. Contudo, essa produção e receita não podem ser contabilizadas devido à pulverização do desembarque do pescado ao longo da faixa litorânea municipal.

O município, além da colônia de pescadores fundada nos anos sessenta, conta ainda com uma Associação de Pescadores fundada em 1998 com 3.600 associados e um Sindicato de Pescadores fundado em 2004, computando 1.087 pescadores sindicalizados (dados de 2011).

Apesar dos órgãos assistenciais localizados no município, os pescadores artesanais de Ribamar ainda lutam com muita dificuldade quando necessitam da assistência dos programas do governo, como, por exemplo, a saúde, uma vez que o sindicato, a associação e a colônia dos pescadores somente dispõem de serviços de consultas médicas e odontológicas em dias pré-determinados. Os hospitais da cidade não dispõem de leitos suficientes para internação e não contam com o serviço de emergência. Quando necessário, os pescadores, assim como os demais moradores da cidade, se deslocam para a capital do estado, distante 30km.

Todos esses órgãos assistenciais dos pescadores de São José de Ribamar estão localizados bem próximos ao Porto do Vieira, lugar que reúne a maior quantidade de embarcações de pesca do município.

O porto também é onde se deslumbra um olhar múltiplo, o desembarque de passageiros e mercadorias se constitui em um espetáculo único, pois é esse ambiente onde são realizadas as negociações do pescado que impulsiona a economia local. O visitante é fascinado não somente pelo horizonte, mas pela dinâmica que o porto (Figura 12), oferece como, por exemplo, o desembarque e embarque de produtos e de pessoas que usam o mar

como forma de deslocamento entre os mais diversos lugares espalhados pelo litoral maranhense.



Porto do Vieira

Figura 12 - Desembarque de camarão no Porto do Vieira  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

O porto é um espaço público e ímpar onde se manifestam as mais diversas formas de arranjos sociais, entre elas destacam-se as conversas de pescadores em mesas de bar após dias exaustivos de trabalho no mar, a conversa entre revendedores sobre o preço do pescado no mercado, o ir e vir de pescadores carregando seus equipamentos e utensílios de trabalho, ao mesmo tempo em que banhistas transitam com destino à praia. Pode-se observar e apreciar, portanto, a interação entre o espaço urbano e o mar.

É no espaço do porto que também aproveitamos, com enfoque didático, para descobrir as particularidades do lugar em jornadas litorâneas com alunos do 6º ano. Na visão de Corbin (1989 p. 204), “[...] o porto se apresenta inicialmente como lugar instrutivo, onde se pode vir observar as lições das coisas do mar”.

Voltando à questão dos órgãos de assistência aos pescadores, se fôssemos somar o quantitativo de pescadores legalizados, daria um total de 9.387, no entanto ocorre que alguns pescadores são registrados nos três órgãos, outros em dois, o que provoca certa dúvida de quantos realmente são os pescadores artesanais ribamarenses, sem falar nos pescadores que não são registrados em nenhum órgão da classe.

Por outro lado, se levarmos em consideração o percentual de pais de alunos que declaram ser pescadores quando da matrícula de seus filhos nas escolas municipais, esse quantitativo será bem diferente. Na escola lócus da pesquisa em 2010, cerca de 42% dos pais dos alunos matriculados eram pescadores. A rede municipal conta com 27.251 alunos matriculados (IBGE/2010). Nesse caso, haveria um total de 11.445 pescadores, um quantitativo bem superior aos 9.387 pescadores cadastrados.

Em pesquisa realizada no ano de 2010 pelo autor, nas escolas da zona urbana, entre 2000 e 2010, os percentuais de pais pescadores variaram entre 17 e 33%; o restante dos pais pesquisados são distribuídos em vinte e quatro outras profissões. Esse estudo serviu de base para esclarecer se o número de pescadores do município estava diminuindo ou não, uma vez que a fala popular, quando das conversas com membros da comunidade litorânea, apontava para uma diminuição do quantitativo de pescadores ao longo dos anos.

Em conversas informais com pescadores nos portos do município, estes apontam como motivo para a diminuição do número de pescadores fatores como: seus filhos deixarem a pescaria para estudar ou trabalhar em terra, a fiscalização da Marinha que alega falta de segurança no mar, a questão do trabalho infantil e a escassez do peixe.

Não resta dúvida de que os fatores descritos anteriormente, na realidade, contribuem para a diminuição do número de pescadores, no entanto esses depoimentos vão de encontro à dinâmica dos estaleiros - local onde são produzidas as embarcações - que apontam para outra

realidade. Nos anos 90, em pesquisa *in loco*, havia o registro de apenas três estaleiros, enquanto que, em 2010, contabilizou-se doze na zona urbana do município.

O crescimento no número de estaleiros aponta também para um crescente número de construção de embarcações ao longo da última década, embora não se tenha registro do quantitativo de embarcações construídas nesse período, uma vez que os construtores não fazem registro.

Um indicativo, coletado através de conversas informais nos estaleiros com os proprietários, para o aumento do número da construção de novas embarcações é o fato de a reforma não ser a alternativa mais viável, já que fica mais cara que a confecção de uma nova nau.

Para Paulo Cesar (2012), os concertos das embarcações não compensam mais e diz que:

[...] antigamente as madeiras eram mais fáceis de adquirir, era só ir ao mato e tirar as peças das cavernas e tábuas, hoje tudo ficou mais difícil, e não tem mais madeira à vontade, por outro lado com a energia elétrica se aproveita muito mais a madeira do que antigamente e que custa muito caro, com isso é mais barato fazer nova embarcação do que reformar, a não ser que seja pequenos reparos (informação verbal).<sup>9</sup>

De acordo com BRASIL - Ministério da Pesca e Aquicultura (2005), em estudo realizado em todo o país por um grupo de pesquisadores e coordenado pelo ministério da Pesca e Aquicultura, o estado do Maranhão contava com “8.892 embarcações de pequeno porte, dois tipos de barco, biana e canoa, sendo 4.108 propulsionadas a remo, 2.493 a vela e 2.291 a motor”. O comprimento das embarcações, segundo o mesmo autor, varia entre 4 e 18 metros, sendo que 74,1% delas estão na faixa entre 4 e 6 metros.

---

<sup>9</sup> Informação fornecida por Paulo Cesar Castro dos Santos - carpinteiro naval - em São José de Ribamar/MA, em 2012.



A frota pesqueira ribamarense, segundo BRASIL - Ministério da Pesca e Aquicultura (2005), foi de duzentos e oitenta e seta embarcações cadastradas nos órgãos competentes (Marinha, IBAMA e SUDEPE), sendo vinte e quatro barcos (Figura 13), duzentos e vinte bianas (Figuras 14 e 15) e quarenta e três canoas (Figura 16), constituindo-se na décima sexta frota do estado do Maranhão.



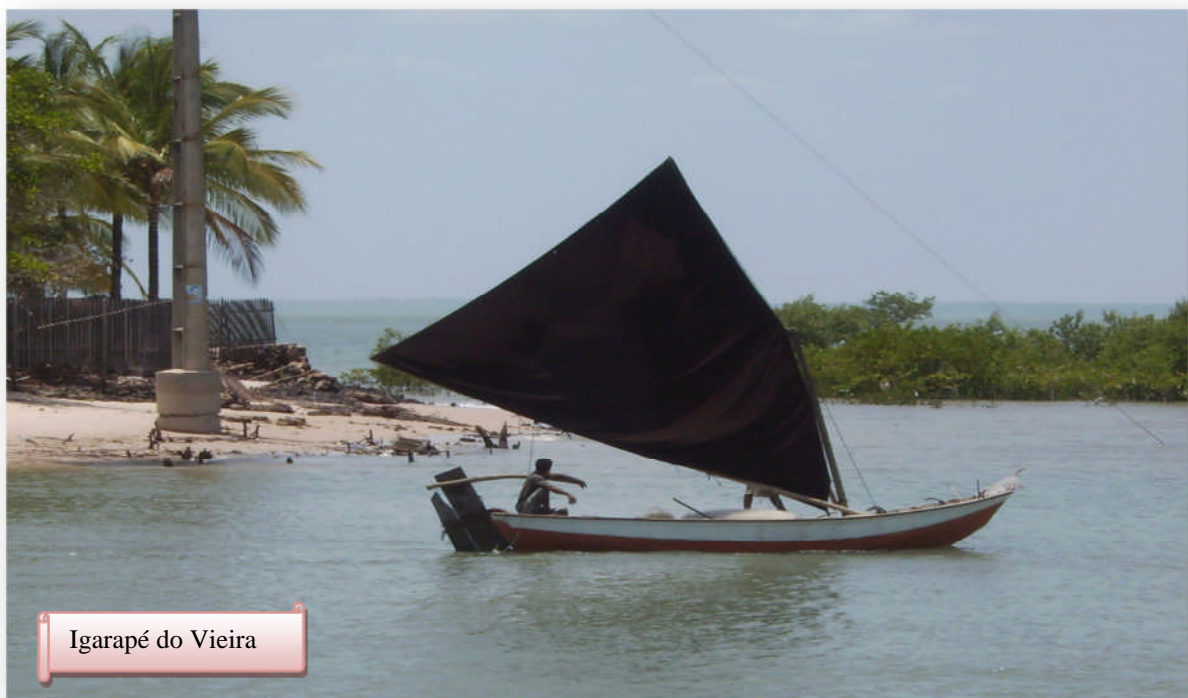
Figura 13 - Embarcação tipo Barco - movida a motor a diesel  
Fonte: Arquivo do autor, 2011





Igarapé do Vieira

Figura 14 - Embarcação tipo Biana - movida a motor a diesel  
Fonte: Arquivo do autor, 2011



Igarapé do Vieira

Figura 15 - Embarcação tipo Biana - movida a vela  
Fonte: Arquivo do autor, 2011



Figura 16 - Embarcação tipo Canoa - movida a vela  
Fonte: Arquivo do autor, 2011

Entretanto o número de embarcações é bem maior, uma vez que somente foram contabilizadas as cadastradas nos órgãos competentes. Não houve de fato, uma contagem de porto em porto. Se isso tivesse acontecido, o resultado teria sido bem diferente do registrado na pesquisa.

A modalidade de pesca no município de Ribamar se constitui essencialmente de pescarias marítimas. Esse processo pode ser realizado tanto por instrumentos que caçam o pescado, como por instrumentos que esperam os peixes, no processo conhecido como “pesca e despesca”, principalmente nas águas das baías de São José, Tubarão e Sarnambi (Figura 17), além dos igarapés, enseadas e reentrâncias que modelam seus contornos.



Figura 17 - Localização das Baías de São Marcos, São José, Tubarão e Sarnambi  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010  
 Adaptado por FONSECA, Alexandre Vítor de Lima, 2012



Figura 18 - Pescaria com linha de mão  
 Fonte: Cardoso e Silva, 2012

Nesse ambiente, são realizadas as pescarias de linha de mão (Figura 18), com destaque para a pescaria de peixe-pedra, a mais tradicional pescaria da cidade, praticada não somente



por profissionais (pescadores artesanais), mas também por amadores, que pescam por prazer e nos finais de semana adentram o mar com este objetivo.

O peixe-pedra (Figura 19) é uma espécie com escama, comprimento variando entre 5 e 20 cm e pesa entre 50 e 2000 gramas aproximadamente, sendo abundante nos arrecifes e bancos de sururu dessas baías. Muito apreciado na culinária local, faz parte do calendário turístico da cidade com a realização de festival do peixe-pedra na segunda quinzena do mês de julho, período que coincide com o encerramento das férias escolares. É o momento em que a “cidade balneária” recebe um fluxo maior de turistas.



Figura 19 - Peixe-pedra  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

A denominação “cidade balneária” foi atribuída em função da balneabilidade de suas praias, tendo sido indicada por médicos e outros profissionais, no segundo quarto do século XX, como lugar de lazer e descanso. Em função disso as famílias com maior poder aquisitivo de São Luís tinham habitações também em São José de Ribamar.

Hoje, a balneabilidade das praias está comprometida. Um dos fatores que contribuem para esse processo são as construções residenciais e comerciais na beira das praias.

A pescaria com linha de mão é realizada em embarcações do tipo canoa ou biana a vela, ou com motor, na sua maioria, acomodando em média três tripulantes. A pescaria dura uma maré, pois os pescadores saem do porto até um quarto de maré de vazante e retornam até um quarto de maré de enchente, pescando aproximadamente durante seis horas.

A pescaria consiste em lançar na água uma linha de náilon com um ou até três anzóis na extremidade, acompanhados de um peso geralmente de ferro denominado pelos litorâneos de “chumbada” e que serve para manter os anzóis no fundo do mar. Nesses anzóis, são iscados geralmente camarão fresco. Alguns pescadores chegam a pescar com até três linhas simultaneamente, demonstrando agilidade e arte no trato com a pescaria.

Maneschy (1990, p. 96) destaca que “essa arte compreende um conjunto amplo e diversificado de conhecimentos, técnicas e habilidades necessárias para explorar os recursos pesqueiros litorâneos”. A habilidade dos pescadores não somente com a linha de mão, mas com outros instrumentos de pesca envolve um longo aprendizado que, em geral, é iniciado na infância, fato que o torna um profissional altamente qualificado em seu ofício.

Outra pescaria muito utilizada pelos litorâneos ribamarenses é a pesca com espinhel ou grozeira (Figura 20): uma espécie de linha de náilon na qual são presos pedaços de linhas menores com anzóis nas extremidades. Em alguns casos, os pescadores chegam a usar até 1000 anzóis em cada espinhel. A distância entre os pedaços de linha varia em função das espécies a serem capturadas. Servem geralmente de iscas pedaços de sardinha.

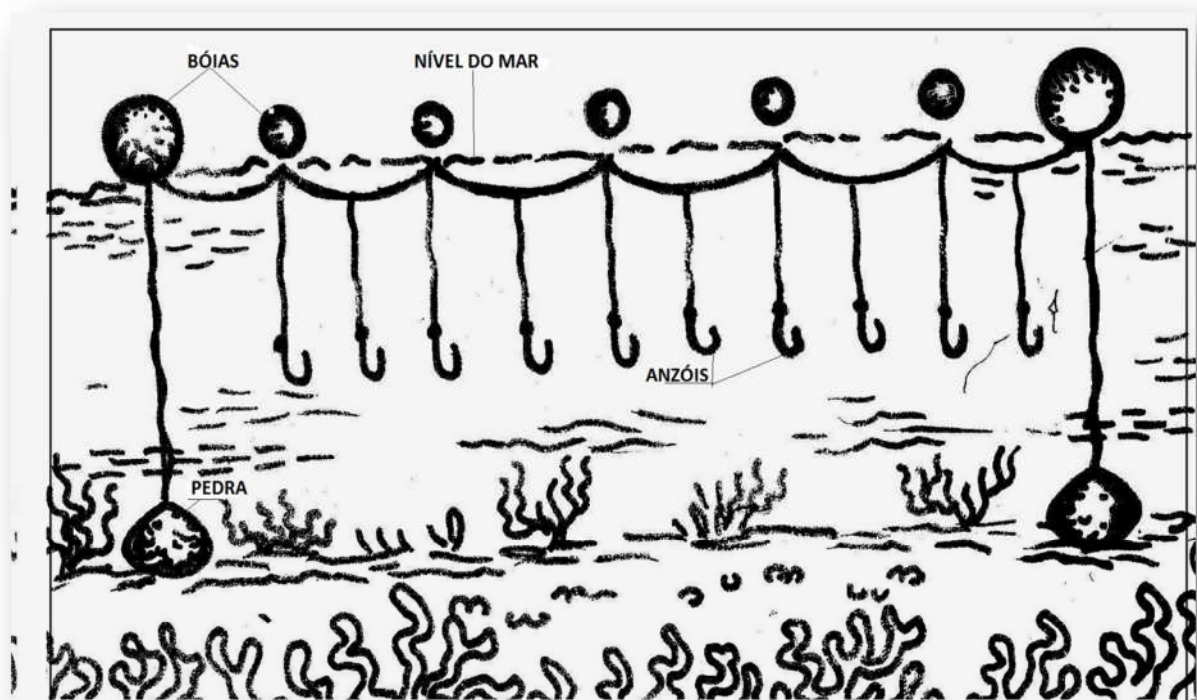


Figura 20 - Pescaria com espinhel ou grosseira  
 Fonte: Cardoso e Silva, 2012

A pesca com rede é outra forma de pescaria desenvolvida pelos litorâneos que habitam o município de São José de Ribamar. Essa modalidade de pesca é realizada na sua maioria por embarcação tipo biana, motorizada com uma tripulação que varia entre dois e três pescadores e pode, de acordo com o tamanho da malha, ser denominada de corvineira<sup>10</sup>, caçoeira<sup>11</sup>.

Essas redes são usadas na captura de espécies tanto na superfície do mar, como nas profundezas, isto porque dispõe de boias com filames espécie de linha que é amarrada nas extremidades das redes perpendicularmente, o que facilita levantá-las ou aprofundá-las de acordo com o aprisionamento do peixe, isto é, se o peixe está aprisionado mais na porção superior da rede, é levantada e se, ao contrário, a rede é baixada.

A pescaria de tainha pitiú é realizada a pé em água rasa na beira da praia ou nos lavados e croas bancos de areia no meio dos rios ou baías que, quando da maré baixa, constitui em local de pesca, com rede pequena lançada ao mar por um pescador, o qual vai

<sup>10</sup> Rede que pesca corvina gó, peixe-pedra e outras espécies.

<sup>11</sup> Rede que pesca tainha pitiú, pescadeira, ou malhadeira, rede destinada a pescar pescada amarela e peixe serra.

soltando a rede dentro d`água e outro pescador se posiciona na outra extremidade, enquanto os demais, geralmente em número de três, fazem barulho na água a fim de espantar os peixes que estão na beira mar, para que eles mesmos possam ir no encontro da caçoeira (Figura 21) e aí serem capturados.



Figura 21 - Rede de náilon – Caçoeira  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

A rede geralmente tem a malha pequena com cerca de aproximadamente dois centímetros, ou seja, mais ou menos uma polegada, tecida com linha de náilon com diâmetro de 0,30 mm ou 0,25mm.

As pescarias com redes pescadeira, serreira e malhadeira (Figura 22) são realizadas, com algumas exceções, da seguinte forma: as redes são lançadas ao mar a partir da embarcação à deriva, (Figuras 23) presas na proa e seguem as correntes marítimas de enchentes e vazantes das baías ou igarapés. Mesmo em águas oceânicas, a despesca é realizada em períodos não muito longos a cada hora, em média. Esse procedimento se



justifica para que não permaneça peixe preso na rede por muito tempo, evitando com isso ataques de tubarões. Nessa atividade, geralmente as embarcações conduzem três pescadores.



Figura 22 - Rede malhadeira sendo armada em embarcação  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

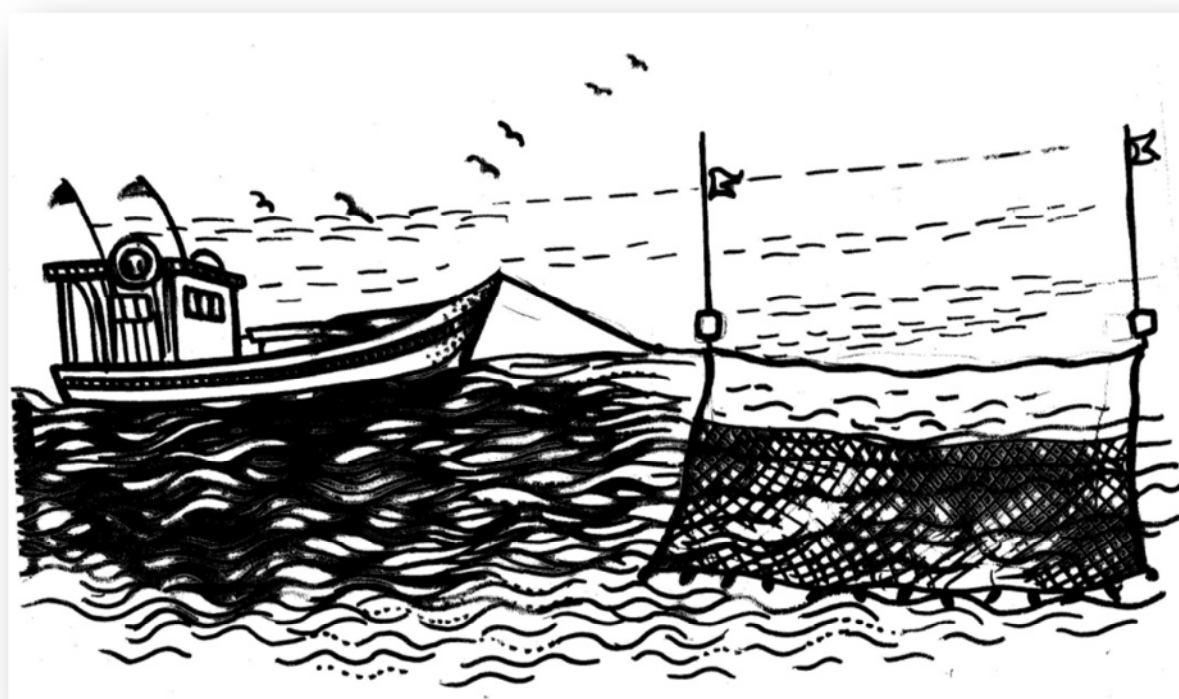


Figura 23 - Pescaria com rede malhadeira com barco à deriva  
Fonte: Cardoso e Silva, 2012



Para alguns pescadores são as preferidas, pois os peixes capturados são, geralmente, de porte médio e grande e possuem maior valor no ato da comercialização. Entre eles destacam-se pescada amarela, camurim, peixe serra, pargo, anchova, entre outros.

Outra forma de pescaria realizada pelos litorâneos de Ribamar é a pesca de camarão com uso de puçás (Figura 24). Esse procedimento se dá geralmente no final da vazante e início da enchente da maré e pode ser realizado por dois pescadores que caminham na beira dos igarapés, croas, praias e lavados segurando as puçás, utensílio construído de linha de náilon fino com formato afunilado, presa na extremidade maior por dois pedaços de pau chamados de “calão”, seguros por dois pescadores com o apoio das mãos que os arrastam para a direção contrária das correntes das marés, com o intuito de não permitir o retorno do camarão já pescado.



Figura 24 - Pescaria com puçá  
Fonte: Cardoso e Silva, 2012

É uma pesca bastante rentável em função do alto preço do pescado nos mercados e feiras das zonas urbanas. Alguns pescam o camarão com uso de “muruadas”. Nesse caso a

puçá fica presa a “mourões” enfiados em determinados pontos dos igarapés, croas e lavados. Após o ciclo de cada maré, a puçá é despescada.

Outra modalidade de pescaria expressiva realizada pelos litorâneos é a pesca com o curral (Figura 25), uma espécie de cercado construído com varas de linha de náilon ou de arame, tecidos em panagem de rede com formato arredondado com uma fileira de estacas enfiadas perpendicularmente ao eixo do cercado. Essa armadilha é armada nos igarapés, praias, croas ou em lavados. A pescaria se dá por despesca após os ciclos das marés, no final da vazante, com o recolhimento dos peixes que ficaram aprisionados, sendo realizada, geralmente, por dois pescadores.



Figura 25 - Curral com rede de náilon - São José de Ribamar/MA  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

Várias outras modalidades de pescaria também são praticadas no litoral ribamarense, entre elas destacamos a “tapagem”, (Figuras 26 e 27), que consiste em “tapar” o igarapé na sua foz, ou próximo dela, ou ainda cercar parte dele com a rede presa em estacas enfiadas na lama.



Figura 26 - Tapagem longitudinal do igarapé com rede de náilon  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

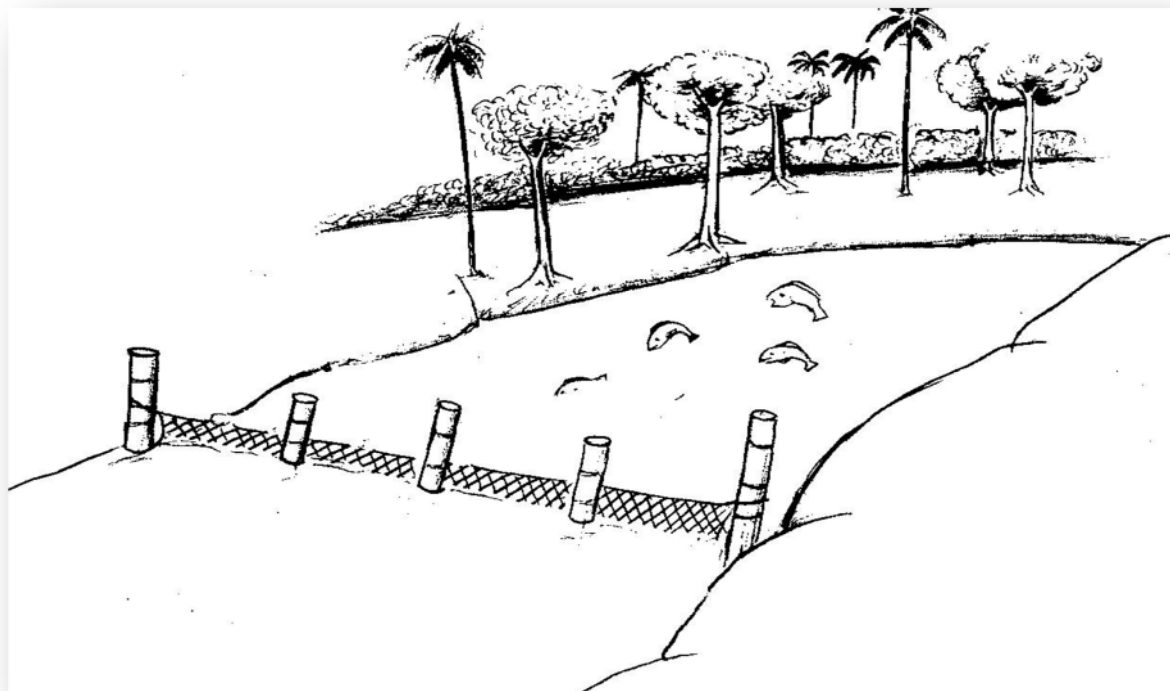


Figura 27 - Tapagem transversal do igarapé com rede de náilon  
Fonte: Moreira; Rocha, 1995

Quando a maré está preamar, os pescadores mergulham até a parte mais profunda do igarapé e levantam a rede para aprisionar os peixes que adentraram no igarapé, no período da enchente da maré. Esse procedimento é realizado por dois ou três pescadores que ficam esperando a baixa da maré para que possam despescar a rede e, com isso, recolher os peixes aprisionados na armadilha.

Outro tipo de pesca encontrada no litoral de São José de Ribamar é a pesca de zangaria. Essa modalidade consiste em cercar uma parte da enseada ou praia com uma rede em forma de “v”, com um curral no centro, presa por estacas e pequenos ganchos na parte baixa. Quando a maré atinge a preamar, ela é levantada por mergulhadores.

Os pescadores esperam a maré baixar para efetuar a despescar. Embora essa modalidade ainda resista ao tempo, hoje é pouco usada em função do alto custo com a manutenção da rede, além de ser considerada como pesca predatória pelos órgãos competentes em função do tamanho da malha. Para (MANESCHY, 1990, p. 101),

[...] as diferentes modalidades de captura mostram que os pescadores são, de fato, detentores de um conhecimento bastante complexo. Além do domínio técnico, a profissão exige certas disposições psicológicas, como a coragem para enfrentar o mar, a lida com peixes perigosos e outros fatores. Requer, ainda, força física para manipular pesadas redes sob as águas.

As características e atributos com relação às diferentes modalidades de pesca são práticas vivenciadas ao longo dos anos com avós e pais. Apesar dessa grande riqueza cultural, os pescadores artesanais ribamarenses não são autossuficientes no que se refere à comercialização do seu produto, pois são expropriados por atravessadores que não pagam o valor devido pelo árduo trabalho que realizam - em São José de Ribamar, são conhecidos como “revendedores”. Quando precisam adquirir pescado nas feiras da cidade, aqueles que tiveram o trabalho de tirá-lo do mar têm que pagar o valor de mercado.

Os pescadores artesanais ribamarenses não diferem muito dos demais pescadores do país com relação à espacialidade, pois convivem com o espaço marítimo e terrestre. Para Maldonado (1993, p.79), “o traço mais marcante e mais universal da pesca e da vida social dos pescadores é a convivência com os dois meios, o mar e a terra”.

Por ocasião da pesca em mar aberto com duração de vários dias, os pescadores dormem nas próprias embarcações, em beliches em torno do motor, construídas de tábuas, ou no convés. As refeições são realizadas geralmente depois de concluídas as tarefas da pesca, com a embarcação em movimento.

Quando pescam nas baías, enseadas ou em igarapés, por vários dias, os pescadores dormem em ranchos de palhas, construídos por eles mesmos, no chão ou em redes. Nessas barracas não dormem apenas, mas realizam também a salga, o resfriamento dos peixes, a venda do pescado *in natura* e consertos dos utensílios de pesca, entre outras tarefas. Na realidade, é o local onde ocorrem todas as operações realizadas no meio terrestre.

As modalidades de pesca por captura (linha de mão, rede de malhar etc...) ou por espera (curral, espinhel etc...), em termos gerais, são dependentes dos fatores naturais em épocas e lugares diversos ao longo do ano. Fatores como os meteorológicos e, principalmente, a dinâmica das marés, que segue as fases da lua, influenciam diretamente no calendário pesqueiro.

Para Maneschy (1990, p. 100), “trata-se dos dois períodos de grandes marés, que acompanham as fases da lua cheia e lua nova, intercalados pelos períodos de marés pequenas, correspondentes às fases de quarto crescente e quarto minguante”. Os pescadores de São José de Ribamar, assim como os demais no Brasil, conhecem as primeiras como marés de lua ou de lançamento e as segundas como marés de quarto ou de quebramento.

Os homens do mar consideram as marés de lua como as marés mais propícias para a pescaria com redes, em função de as águas serem mais turvas e correrem mais, o que dificulta

a visão dos peixes, ao contrário das marés de quarto, cujas águas são mais claras e correm menos.

Os pescadores artesanais ribamarenses não residem em uma área específica - similar à colônia de pescadores, mesmo porque moram em uma cidade com pouco mais de 162.000 mil habitantes e já estão integrados à sua dinâmica. Mesmo assim, a maioria reside na orla marítima ou próximo a ela, em função, em primeiro lugar, do padrão social, uma vez que os terrenos adquiridos para moradia são mais baratos por se localizarem na periferia da cidade. Em segundo lugar, em função da logística, processo que motiva muitos benefícios. Entre eles destacamos a facilidade de deslocamento em função da hora da maré, a manutenção e vigilância de sua embarcação, manuseio, embarque e desembarque de utensílios e equipamentos de pesca. Além da facilidade da comercialização do produto no próprio local.

Suas casas são modestas, sem grandes espaços internos, construídas de pau-a-pique, tapadas de barro e cobertas de telha de amianto ou de palha. Algumas são construídas de alvenaria com cobertura de telhas de barro, contando com poucos móveis. Em grande parte, são imóveis próprios.

A maioria dos pescadores artesanais ribamarenses reside na zona urbana da cidade, e à proporção que a família vai aumentando, o lote urbano vai se fragmentando, ou seja, quando o filho ou a filha constitui família, uma parte da casa ou do terreno é cedida para a nova família.

Para Fonsêca (2010), em pesquisa socioeconômica realizada com os pescadores pais de alunos, as famílias dos litorâneos ribamarenses apresentam média de três filhos por família, cerca de 70% possuem o 1º grau incompleto e 30% são analfabetos, 90% têm renda mensal inferior a um salário mínimo, 92% trabalham em embarcações de outrem, cuja forma de partilha da pescaria é o quinhão - o produto da pesca é dividido ao meio, a metade vai para o proprietário da canoa que, geralmente, é também o dono da rede e a outra metade é dividida

entre os pescadores. Quanto à origem, um percentual de 45% são nascidos em São José de Ribamar e cerca de 48% têm origem em outros municípios do estado do Maranhão.

#### 4.3 Os saberes dos pescadores e familiares

O “saber” é entendido como “conhecimento” por um bom número de pesquisadores que trilham pela vertente da pesquisa sobre populações e suas relações com a natureza, assim como os que enveredam pelos estudos pedagógicos.

Fiorentini, Souza Jr. e Melo (2003, p.312), ao fazerem comentários sobre conhecimento e “saber”, afirmam que o “saber” “[...] representaria um modo de conhecer/saber mais dinâmico, menos sistematizado ou rigoroso e mais articulado a outras formas de saber e fazer relativos à prática, não possuindo normas rígidas formais de validação”. Para os mesmos autores, o “conhecimento” estaria mais próximo da sistematização científica acumulada historicamente com regras mais rigorosas e mais aceitas pela academia.

Com uma visão mais cotidiana do conceito de “saber”, Heller (2008, p.65) afirma: “o que na ciência é apenas opinião pode corretamente considerar-se como saber na vida cotidiana, já que é critério da ação e já que a ação cotidiana comprova o conteúdo correto do juízo em que se baseia aquele saber”, uma vez que a vida cotidiana tem como característica o fazer a partir da vivência do verdadeiro e do concreto.

Não obstante, o “saber” trata de algo acumulado ao longo dos tempos e que vai se modificando à medida que a sociedade acompanha o ritmo do avanço tecnológico. Ressalta-se que o conceito de “saber” é compreendido como uma concepção que nos aproxima mais do modelo de tradição, entendido por Cunha (2003, p. 70) como “[...] passar algo para outra pessoa, ou passar algo de uma geração a outra geração”.

A nossa discussão a respeito da temática vai ser trilhada pela via dos saberes patrimoniais dos litorâneos, pais dos alunos que estudam na escola objeto da pesquisa sob a ótica dos fenômenos geográficos físicos (lua, ventos, marés), construção de embarcações, navegação e pesca.

Para Cunha (2003, p.70), os saberes patrimoniais pesqueiros “[...] são decorrentes de sua interação secular com a natureza, dos quais a modernidade não pode prescindir para sua continuidade no tempo [...]”. Nesse contexto alguns dos saberes dos pescadores de São José de Ribamar podem ser elencados, por exemplo: os “saberes” da lua (crescente, cheia, minguante e nova) que se constitui como principal elemento da natureza para os pescadores, pois é quem determina a elevação e o decesso do nível do mar, responsável também pelas forças das correntes marítimas, tipo e horário de pesca, entre outros elementos naturais.

As experiências vividas pelos litorâneos com relação aos seus “saberes” lhes dão a certeza de que ninguém melhor do que eles sabe narrar suas próprias experiências, pois são os responsáveis pelas suas próprias histórias de vida.

Na concepção de Merleau-Ponty (1999, p 19), “a verdadeira filosofia é a reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta ‘profundidade’ quanto um tratado de filosofia”. É com esse intuito que transcrevemos algumas narrativas de pescadores, como forma de contribuir para a discussão sobre os “saberes” dos litorâneos de São José de Ribamar.

Em entrevista realizada com José Cecílio Santos Silva (2010), pescador e pai de aluna da sala de aula peça do estudo, aparece o seguinte comentário a respeito do “saber” sobre o ciclo da lua:

[...] quando a maré é de quarto é quando a lua tá empinadinha assim ó, meio dia ela tá de quarto ela tá empinada né? Aí o cara pode dizer que a maré é menor do que a do lançamento. Por acaso, eu vou sair sete hora da noite é que ela tá lançando já tá grande, tá crescendo né? Aí quando o cara vai saindo doze horas da noite né? Meia noite é porque a maré já tá né no estado



de quarto, que a gente chama de quebramento. Aí ela só vai diminuindo, só diminuindo, até que não dá pra ela chegar, em cada doze horas por dia, aí ela vai começar já a lançar já pra gente chama de lançar né que ela tá crescendo né, maiores do que a do quarto [...] (informação verbal).<sup>12</sup>

Quando questionado com quem aprendera esses detalhes sobre a lua e as marés, José Cecílio Santos Silva responde: “Papai que é pescador, né? Aí, fui pegando essa experiência com ele”.

Para José Renato Barbosa da Cruz (2010), outro pescador de São José de Ribamar, a dinâmica da maré determina a quantidade de peixe e, conseqüentemente, o melhor tempo para pescar. Declara ainda:

[...] É boa essa maré de quebramento, de lua, já está no quebramento né, mais é de lua né, tem vez que dá peixe mais é mais pouco, a maré de escuro tem vez que eles trocam, porque os peixes também trocam de maré. Tem maré de escuro que ela dá mais, e tem maré de lua que ela dão menos. Aí tem vez quando a maré troca de maré e aí os peixes passa pra da nas águas de escuro. Se eles tão dando nas águas de lua, aí quando troca de maré ele já passa pra da nas águas de escuro. Aí quando as águas forem grandes também, que aí é conforme o peso d’água aí já vai tirando a terra do buraco aonde eles tão e aí vai trocando como a maré troca os peixes também vai trocando [...] (informação verbal).<sup>13</sup>

Valdinei dos Anjos (2010), pescador, fala dos “saberes” sobre a pescaria e diz que começou acompanhando o pai e o avô que lhe ensinaram os detalhes desses “saberes” e acrescenta:

Eu comecei a acompanhar meu pai em pescaria acho que numa faixa de uns doze, treze anos, mas com meu avô foi antes, é que eu ia nas férias, eu gostava porque lá era tudo dentro do rio né em Mamuna. Pois é, lá em Mamuna eu pescava de espinhel de rede de tapagem eu ia com ele. Ele pescava sozinho, às vezes não tinha companheiro. Vambora meu filho? Vou!

---

<sup>12</sup> Todas as entrevistas foram realizadas com pais dos estudantes da sala de aula objeto do estudo. Informação fornecida por José Cecílio Santos Silva em São José de Ribamar/MA em 2010.

<sup>13</sup> Informação fornecida por José Renato Barbosa da Cruz em São José de Ribamar/MA, em 2010.

Mas aqui com meu pai aqui começou com uma brincadeira, aí depois passou e hoje é uma profissão [...] (informação verbal).<sup>14</sup>

O aprendizado dos “saberes” também pode ser aprendido com parentes, a exemplo do que aprendemos com os pais. Para Cláudio dos Santos Cantuária (2010), o pescador fala que os ensinamentos da arte da pesca partiram do irmão e do cunhado, em função da ausência dos pais.

Eu aprendi com meu irmão e o meu cunhado, mais com meu cunhado. Ele chegava e dizia: vamos pescar? E eu vumbora! Aí foi me ensinando tudinho, aí outro pescava com ele convidava pra pescar com ele aí foi me ensinando. Eu fui atrás, aí com treze anos comecei logo a pescar aí foi o tempo que parei de estudar, porque eu não fui criado com meus pais [...] (informação verbal).<sup>15</sup>

Para o mesmo pescador, a direção e dinâmica do vento contribuem para a atividade pesqueira e relata que “[...] às vezes a gente bota contra o vento, quando a maré tá vazante bota contra o vento, quando a maré tá enchendo a gente bota a favor. Depende da posição do vento. [...]. Às vezes a gente bota atravessado, bota no fim do canal [...]”. O pescador refere-se à disposição do espinhel, quando é lançado ao mar.

Cunha (2003. p.72) denomina os fenômenos físicos geográficos (maré, vento e lua) de sistemas de alerta e afirma “[...] que, por meio da combinação dos ventos, das condições da maré e da lua, indicam se as condições são favoráveis para as pescarias ou não”.

Os ventos que sopram na costa maranhense são predominantes de alísios E-SE. Stride (1992) descreve detalhes a partir de relatos de pescadores e revela que:

Durante a estação das chuvas, ventos mais fracos e variáveis são associados com os meses de mais alta precipitação pluvial, de Março até Maio ou Junho. Calmarias ocorrem durante este período, geralmente com céus encobertos, e podem durar por vários dias. [...] ventos do sudoeste são mais

<sup>14</sup> Informação fornecida por Valdinei dos Anjos em São José de Ribamar/MA, em 2010.

<sup>15</sup> Informação fornecida por Cláudio dos Santos Cantuária em São José de Ribamar/MA, em 2010.

frequentes de Março a Junho, geralmente fracos, mas podem ser frescos pela manhã, particularmente se coincidindo com a vazante. [...] A transição da estação das chuvas para a seca ocorre normalmente em Julho e está associada com uma maior incidência de ventos leste. Ao amanhecer, o vento começa no sudeste. [...] Durante a estação seca os ventos voltam-se mais consistentes para a direção noroeste e aumentam de força. De Setembro a Dezembro os ventos noderstes tornam-se de frescos a fortes durante o dia [...] (STRIDE, 1992, p. 53-54).

Em conversas com esses mesmos pescadores de São José Ribamar a respeito da influência dos ventos nas pescarias e sua relação com as estações do ano e com o mar, um deles, o senhor Genival (2010), comenta que:

[...]. as vez quando é no inverno se o vento é brando e o mar também é liso, aí a gente se sente mais aliviado porque a maresia na embarcação fica menos quase parada. Aí a gente se sente melhor e mais à vontade, aí quando dá um tempo desses no verão a gente se sente um bocado aliviado, a gente pesca mais e sente um sossego no mar. Que às vezes a pessoa não se aguenta na embarcação é muito vento e às vezes a embarcação fica o tempo todo balançando muito, aí a pessoa tem que se aguentar lá na embarcação pra não cair (informação verbal).<sup>16</sup>

O senhor José Domingos Alves Santos (2010), quando indagado sobre as feições dos ventos na baía de São José, as estações de estiagem e de chuvas e as tarefas executadas na pescaria durante o ano todo, faz o seguinte comentário:

[...] a gente diz doze meses é o seguinte, é que quando chega em dezembro sempre tem estiagem aqui na nossa baía. O vento cai daqui de cima da terra, a gente chama de cima da terra o vento que cai do sul. A gente diz do leste, mas realmente a posição do vento é sul. Cai em dezembro. Quando eu me entendi caía sempre em novembro, pois nesse mês já estava chovendo muito, mais hoje tá diferente [...] (informação verbal).<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Informação fornecida por Genival em São José de Ribamar/MA, em 2010.

<sup>17</sup> Informação fornecida por José Domingos Alves Santos em São José de Ribamar/MA, em 2010.

Nesse contexto, os saberes dos pescadores com relação aos ventos, estações do ano, ciclo das marés e tarefas diárias do trabalho, na interface continente/oceano, estão relacionados entre si num sistema complexo que requer muitas partidas e regressos para as áreas de pescarias, com observações constantes dos itinerários, assim como também dos pesqueiros.

Os “saberes” que são adquiridos com a prática, experimentados e atualizados, são compostos por aspectos cognitivos e emocionais, fundamentais para a continuidade do processo ensino/aprendizagem, assim como para a afluência de novos “saberes”. Valdinei dos Anjos (2010), ao comentar sobre a aprendizagem das tarefas na pescaria, afirma que:

[...] tudo o que aprendi eu aprendi com meu pai, com colegas, com amigos, com parentes que me levavam. Nesse tempo era novinho e esse conhecimento tá aqui tá gravado, quando eu morrer isso aqui vai morrer comigo se não tiver ninguém interessado mais nessa abdicação nesse sentido de serviço isso está eliminado aí, vocês não vão passar pra outros, vocês, eu digo vocês nós de modo geral, que, aliás, todos vão passar a ter que cavar poço pra criar peixe e não vai mais ter pescador [...] (informação verbal).<sup>18</sup>

Os “saberes” dos litorâneos de São José de Ribamar, no que se refere à construção (Figura 28) e uso de embarcações destinadas à pesca propriamente dita, também merecem ser destacados, isso porque, em alguns casos, as embarcações se constituem em verdadeiras “casas no mar”, ou seja, são construções navais adaptadas às necessidades dos pescadores em função da labuta diária. Os construtores - carpinteiros navais - são detentores de um conjunto de técnicas e habilidades apuradas, repassadas de pai para filho.

---

<sup>18</sup> Informação fornecida por Valdinei dos Anjos em São José de Ribamar/MA, em 2010.



Figura 28 - Embarcações construídas no Estaleiro Polimar - Porto do Vieira em São José de Ribamar/MA  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

Stride (1992, p.98) comenta que:

A construção naval é aprendida através de uma longa aprendizagem informal. Não são usados padrões, sendo que muitos construtores preferem construir apenas um tipo de barco de um desenho que tenha aperfeiçoado ao longo dos anos. O próprio corpo do artesão pode ser usado para obtenção de medidas e proporções e as linhas de referência são obtidas de objetos fixos, ao redor de sua área de trabalho.

A arte e as técnicas da construção naval, mesmo informal, sem uso de padrões, segundo Stride (1992), os carpinteiros (Figura 29) sabem construir e reconstruir embarcações, além de deixar legado a futuras gerações, como demonstra a foto tirada em exposição permanente em um dos salões do Estaleiro Escola em São Luís/MA, administrado pelo governo do estado, onde são expostos artefatos e ferramentas usados na construção de embarcações que navegam ao longo da costa maranhense.



Figura 29 - Três gerações de carpinteiros navais: à direita Raimundo Ferreira Fonsêca (Filimico) - pai, ao centro Joaquim de Souza Fonsêca - filho e a esquerda José Reinaldo Pereira Fonsêca – neto  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Observa-se que as ferramentas utilizadas pelos carpinteiros mudam de acordo com a geração. À direita, o carpinteiro segura um machado, ferramenta indispensável para cortar e aparar as peças de madeira utilizadas em décadas passadas para a fabricação das embarcações.

Ao centro, o filho segura um esquadro, uma suta e um compasso, ferramentas bastante utilizadas por carpinteiros na construção naval, úteis para respectivamente, determinar ângulos retos, adequar ângulos aleatórios e ajustar peças de madeira com tamanhos semelhantes. A esquerda o neto carrega uma furadeira, ferramenta mais moderna, utilizada para a perfuração em madeira, e que usa a energia elétrica como força motriz.

Um dos principais instrumentos de trabalho dos pescadores artesanais são suas embarcações a vela ou com uso de motores. Esse meio de transporte ainda resiste ao tempo. Mesmo sofrendo algumas modificações ao longo das últimas décadas, a arte de navegar com essas embarcações é repassada de pai para filho.

Hoje, embora tenha diminuído essa tradição, em algumas famílias de pescadores ribamarenses, ainda é vivível a presença de filhos no comando de embarcações (Figura 30), demonstrando habilidades na arte de navegar, o que evidencia o resultado de práticas culturais herdadas do grupo familiar.



Figura 30 - Filho de pescador de 12 anos governando embarcação (biana) movida a motor. Ao lado outro filho de pescador, com 13 anos, que também dirige a embarcação  
Fonte: Arquivo do autor, 2011

O processo de saber governar a embarcação é resultado da confiança no que está aprendendo e no que ainda vai aprender ao longo de toda a vida. Heller (2008, p. 70) ratifica o posicionamento, pois, segundo ele: “toda confiança se apoia no saber”. É essa confiança que leva os aprendizes de mestres a se aventurarem no comando das embarcações de pesca. Inicialmente próximos ao contorno da costa, à medida que adquirem mais confiança se aventuram para pesqueiros mais afastados do litoral.

É pertinente o posicionamento de Martins (2008, p.81-82) quando defende que “[...] o aprendizado ligado à cultura da pesca é indicado como importante e definidor de uma identidade, mas aponta como algo que só tem validade para o grupo em espaços específicos

[...]”, pois as tarefas executadas na pescaria não são mais valorizadas como aprendizagem para os jovens de um modo em geral, isso porque, no desenho da vida das famílias litorâneas, não fazem parte as atividades pesqueiras, em função das dificuldades sociais e econômicas por que passam essas famílias.

Para Diegues (2004), “[...] ainda que os pescadores mais velhos sejam considerados mais conhecedores que os mais jovens, mestres de pesca com sucesso são aqueles que possuem qualidades especiais de mestrança”. Para o mesmo autor, a mestrança “[...] é entendida como um conjunto de conhecimentos, competência e experiência que garantem a autoridade necessária para decidir onde e como pescar e também o respeito da tripulação [...]”, pois as decisões são tomadas às vezes pelo consenso da tripulação da embarcação ou pela habilidade do mestre em detectar bons pesqueiros, instrumentos adequados e a hora de pôr e retirar do mar os instrumentos e apetrechos de pesca.

O “saber” na identificação dos pesqueiros por uma tripulação, parte dela ou do “mestre” da embarcação leva em consideração indicadores, tais como: condições climáticas do tempo, do vento, pontos de referência do lugar, correntes marítimas, além de informações sobre o relevo submarino, como, por exemplo, a presença de arrecifes, decisivos na identificação dos cardumes, assim como nas escolhas dos instrumentos e apetrechos adequados para os lugares onde vai ser realizada a pescaria.

Para Diegues (2004, p. 201), “[...] esse corpo de saberes orienta o comportamento dos pescadores e as estratégias de pesca e é essencial para prever situações em que a pesca pode ser produtiva [...]”.

Os lugares são identificados por nomes e referenciais aprendidos durante longos períodos de viagem e que ficam armazenados na memória desses pescadores. Muitas vezes esses lugares podem ser descritos e cartografados com riqueza de detalhes, destacando praias, igarapés, entre outros elementos naturais, como, por exemplo, os pesqueiros cúica, popoca,



cerca, raso de fora e banhado grande (Figura 31- croqui elaborado por José Mariano Bezerra Neto (2011), pescador de São José de Ribamar e adaptado pelo autor).



Figura 31 - Pesqueiros localizados entre as cidades de São José de Ribamar e Raposa/MA  
 Fonte: NETO, José Mariano Bezerra, 2011  
 Adaptado por FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima, 2012

Embora o desenho mostre a situação de alguns pesqueiros entre os municípios de São José de Ribamar e Raposa, suas localizações são mantidas em segredo e transmitidas apenas para pessoas de confiança, de forma específica. Para Maldonado (1986, p. 109), “[...] toda experiência acumulada de geração em geração vai constituindo uma dimensão importante da identidade e da atuação dos pescadores”.

Por exemplo, o pesqueiro “Cuíca”, segundo relato do pescador José Mariano Bezerra Neto (2011), localiza-se em frente à praia do Caúra, a mais ou menos umas 100 braças, a partir de uma reta imaginária formada por dois elementos naturais terrestres, a ponta do Caúra e a estátua de São José, portanto símbolos visíveis que permitem a identificação do invisível - pesqueiro Cuíca.

Nogueira (2004), ao falar de “mapas mentais” como recurso didático, nos ajuda a pensar no desenho de um croqui de lugares conhecidos para pescaria, como é o caso da (Figura 31), que permite visualizar o ambiente de um itinerário de pesca a fim de melhorar o entendimento dos “saberes” dos pescadores ribamarenses.

Para Nogueira (2004, p.130), “[...] os mapas mentais trazem neles representados muito mais do que pontos de referência para facilitar a localização e a orientação espacial”. Para a mesma autora, “[...] os mapas mentais contêm saberes sobre os lugares que só quem vive neles pode ter e revelar”, portanto são espaços vividos que possuem significados tanto individuais quanto coletivos, pois são lugares conhecidos, públicos, frequentados e usados cotidianamente por pescadores profissionais que tiram dali o sustento de suas famílias.

Outros “saberes” dos litorâneos residentes em São José de Ribamar, que também podem ser elencados, mas não expressos em desenhos, é o “saber” sobre os peixes. Nesse caso, para melhor entendimento, vamos dividir em duas fases: a primeira trata das modalidades de captura que ocorrem com equipamentos específicos (redes e linha de mão) e que podem ser realizadas em pesqueiros ou captura por armadilhas fixas e móveis, curral e espinhel, respectivamente. Em ambos os casos, o sucesso ou não depende da habilidade e do longo aprendizado que geralmente ocorre a partir da infância e acompanha o filho do litorâneo pelo resto da vida.

Quanto à modalidade de captura de peixes por redes, o “saber” sobre esse equipamento se faz notar também nos litorâneos da área estudada ou na própria confecção do utensílio, ou no conserto de suas malhas quando do retorno das pescarias.

Embora tenha diminuído nos últimos anos a confecção artesanal de redes de pescar (Figura 32) no município, motivado pela presença de redes produzidas em fábricas do sul e sudeste, a arte de “remendar” - termo regional atribuído ao conserto de redes - continua,

principalmente com pescadores aposentados ou pescadores que viram nessa tarefa uma forma de aumentar o orçamento familiar.



Figura 32 - Pescadores confeccionando rede de pescar - malhadeira  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

Para Valdinei dos Anjos (2010), pescador de São José de Ribamar/MA, ao se referir à identificação de peixes no fundo do mar no pesqueiro, relata: “[...] a gente escuta e diz, olha tem peixe aí [...] a gente chega a certos canais que a gente vai passando, o vento tá brando a gente vai bem devagarzinho a gente escuta o cabeçudo, a cururuca, a corvina, a pescada, a gente escuta eles cantar que até a gente tem medo [...]”.

Segundo Cunha (2003, p. 75), “[...] o conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam constitui um verdadeiro patrimônio de que a modernidade não deve prescindir para a continuidade da vida no planeta”.

Cardumes, espécies de peixes e lugares são identificados, comportamentos são percebidos, redes, linhas de mão e armadilhas são confeccionadas e adaptadas tanto em

extensão, como em dimensão das malhas, no sentido de capturar espécies existentes nos locais. São particularidades adquiridas durante longas jornadas do exercício de tarefas.

A segunda fase desses “saberes” trata do cuidado com o manuseio do peixe pescado em redes, linhas de mão ou os recolhidos nas armadilhas, dependendo da distância do local para os portos onde há compradores ou dos lugares para a comercialização.

Podem ser transportados “frescos” - termo regional usado para identificar peixes em seu estado natural, - “gelados” - vocábulo usado pelos pescadores para designar os peixes que são resfriados com uso de gelo em caixas de poliestireno (isopor) ou em caixas de madeira, confeccionadas dentro das embarcações de pesca - e “salgados”. Essa modalidade de conservação tem no sal um método eficaz de processamento, principalmente de espécies com baixo valor de venda ou em lugares onde é difícil o acesso ao gelo.

Os “saberes” que dizem respeito ao manuseio, identificação, conservação e venda da produção pesqueira estão centrados em vários aspectos, entre eles destaca-se: os aprendidos com a identificação e classificação dos peixes, a aparência, a qualidade, o estado de conservação, a forma como são gelados nas caixas: os peixes maiores embaixo e os menores em cima. Esse procedimento se torna necessário para que não ocorra esmagamento dos peixes pequenos.

Por último, os “saberes” dos métodos de salga que consiste na escamação, no evisceramento e no escalamento antes da salga. Nos peixes grandes, o sal é esfregado, enquanto que, nos peixes pequenos, é usado o processo de salmoura, dado o trabalho intenso com a salga individual. Uma vez realizada a salga, o passo seguinte é a exposição ao sol por um período variável entre um e três dias. Somente após a secagem ao sol é que o peixe será embalado, transportado e comercializado.

Para Diegues (2004, p.202), “[...] existe uma verdadeira ‘tradição visual’ e a produção do conhecimento se dá através dela. Aprende-se vendo como os outros fazem, sobretudo os

mais velhos e experientes”. O uso da visão é de fundamental importância para a difusão do “saber”, uma vez que é através dela que os litorâneos exercitam, por exemplo, o reconhecimento do estado de conservação do pescado (natural, gelado ou salgado), a orientação no mar, os detalhes das redes de pesca, as condições de uso das embarcações, entre outros detalhes.

## 5 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A geografia é resultante das experiências renovadas e de procedimentos imaginados há muito pelos homens para responder aos imperativos de sua vida cotidiana, dar um sentido às suas existências e compreender o que acontece para além dos horizontes que eles frequentam costumeiramente.

Paul Claval

Para abordarmos a proposta metodológica da Jornada Geográfica Litorânea apresentada neste capítulo, estamos há vários anos em busca de metodologias mais adequadas para ensinar e aprender Geografia no ciclo básico do ensino fundamental. Essa busca também ocorreu com o trabalho de dissertação de mestrado<sup>19</sup>, desenvolvido na área de ensino de Geografia. Nesse período, já estava visível para nós que, embora as metodologias de ensino por si só não resolvam os problemas educacionais, entendemos ser necessárias para uma prática de ensino sólida e dinâmica.

Na prática, a “Jornada Geográfica Litorânea”, como proposta de estudo do meio, irá auxiliar o processo de construção do conhecimento como recurso didático para ensinar e aprender Geografia, a partir das trilhas do espaço local. Nesse sentido, o aproveitamento do trabalho de campo dependerá da participação dos alunos, com indagações e questionamentos durante e após a jornada e da atitude do professor em motivá-los para a mediação de temas que lhes despertem a curiosidade e o interesse.

Na primeira parte deste capítulo, apresentamos um desenho do lugar da pesquisa. Depois, apresentamos a escola como locus do diálogo integrador entre os alunos e a comunidade litorânea, seguido da sistematização do experimento “piloto”.

---

<sup>19</sup> Orientação Geográfica: uma proposta metodológica para o ensino de Geografia na 5ª série. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004, 145 p.

Na terceira parte, apresentamos os processos definidores da metodologia de pesquisa. Por último, o relato dos resultados do experimento realizado e suas implicações no processo ensino/aprendizagem de Geografia.

### 5.1 Descrição da Metodologia de Ensino

A “Jornada Geográfica Litorânea”, como metodologia para ensinar e aprender Geografia e Cartografia, foi organizada em duas etapas: na primeira, foi realizado um reconhecimento das ruas, portos, margens do igarapé e praias. Lugares visitados que serviram de eixo orientador para o planejamento das trilhas. Nessa etapa, contamos com a participação da professora que ministra a disciplina na escola. Na segunda etapa, foram realizadas as intervenções pedagógicas com a consolidação de dois trabalhos de campo, sendo um experimental, “projeto piloto”, e o outro com a aplicação do método de ensino proposto.

A primeira Jornada foi realizada como um projeto “piloto” com a única turma de 6ºano da Escola Municipal José Ribamar Moraes e consistiu de um percurso que teve duração de aproximadamente uma hora e meia. Foi realizada entre a Escola e a Estátua de São José, monumento símbolo da cidade, situado na porção sul da zona urbana. A trilha seguiu um trajeto definido anteriormente pelo pesquisador em comum acordo com a professora de Geografia da escola. O evento ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2010.

A segunda Jornada, que serviu de base para o delineamento da proposta metodológica, foi trilhada pelo mesmo roteiro do projeto “piloto”, porém com a metade do percurso, em função dos elementos expressivos que contemplaram os objetivos da pesquisa. A duração do trajeto foi de aproximadamente quarenta minutos de caminhada, realizada entre a Escola e o porto do Vieira, lugar que reúne a maior concentração de embarcações de pesca da cidade. Foi

efetivada durante os meses de maio e junho de 2012, com a turma do 6<sup>a</sup> ano B da escola identificada anteriormente.

A proposta da “Jornada Geográfica Litorânea” como trilha metodológica da pesquisa se justifica no sentido de buscar entender a riqueza contida nos saberes geográficos dos sujeitos envolvidos com a investigação e de contribuir para uma abordagem integrada entre os diferentes aspectos geográficos expostos no cenário litorâneo, contribuindo, dessa forma, para maior compreensão do espaço local.

Não poderíamos discutir a proposta sem, no entanto, abrir um parêntese para as discussões a respeito dos conceitos de ensinar e aprender. Afinal de contas, o que é ensinar? Segundo Piletti (2003, p. 28), “[...] o conceito etimológico ensinar (do latim *signare*) é colocar dentro, gravar no espírito”. De acordo com esse conceito, *ensinar é gravar ideias na cabeça do aluno*. Assim, o método de ensino é o de “*marcar e tomar a lição*”, daí, segundo o mesmo autor, surgiu o conceito tradicional de que “[...] ensinar é transmitir conhecimentos”. Desse modo, o professor faz a preleção sobre determinado contexto e o educando ou aprendiz reproduz o que ouviu, com uma visão pedagógica centrada no aprender.

O conceito de ensino, após muitas críticas e acompanhando o que ocorreu com as teorias da educação, passou por reformulações. A relação pedagógica que era centrada no professor passou a ser centrada no aluno, inaugurando uma nova fase na ação educativa, teoria conhecida como Escola Nova. Piletti (2003, p.36) define ensino com base no escolanovismo, para quem “ensinar é criar condições de aprendizagem”. O centro, pois, dessa concepção é aprender a aprender. Mais tarde, em função dos problemas gerados pelas teorias, Piletti (2003, p. 30) declara que:

[...] foram mais negativas que positivas, uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas



populares, as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento.

Por volta da primeira metade do século XX, começa a brotar no ambiente educacional um descontentamento em relação à ação educativa da Escola Nova, as preocupações com a qualidade do ensino praticado e com custos maiores do que os empregados no ensino tradicional. Segundo Piletti (2003, p. 30), contribuíram para “uma nova concepção de ensino e de educação: *a concepção tecnicista*”. Para o mesmo autor, o conceito de ensino “[...] deve se inspirar nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”.

Assim, o professor e o aluno são figuras secundárias e o foco principal passa a ser a “racionalidade dos meios”, entendida como organização imparcial e neutra no processo ensino/aprendizagem, com enfoque na habilidade do especialista, portanto um processo mecânico onde o foco é aprender para fazer.

Por volta da segunda metade do século passado, novas concepções pedagógicas tomam força, principalmente as correntes psicológicas centradas no pensamento de Vygotsky. É a fase da chamada Crítica-Social dos Conteúdos, que os sócio-construtivistas defendem como:

[...] o processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor. Ensinar é uma intervenção intencional nos processos intelectuais e afetivos do aluno buscando sua relação consciente e ativa com os objetivos de conhecimento. O objetivo maior do ensino, portanto, é a construção do conhecimento mediante o processo de aprendizagem do aluno (CAVALCANTI, 2008, p.137 e 138).

Nesse entendimento, o ato de ensinar é compartilhado entre professor e aluno. Ao primeiro cabe delinear e orientar as tarefas, considerando para isso os conhecimentos prévios dos educandos e os objetivos dos conteúdos previamente discutidos para que a finalidade maior seja atingida: a aprendizagem.

O conceito de aprender, na compreensão de Schmitz (1982, p. 53), é “um processo de aquisição e assimilação, mais ou menos consciente, de novos padrões e formas de perceber, ser, pensar e agir.”. Para Cortelazzo (2000, p. 4), aprender “significa ser capaz de reelaborar e reconstruir conhecimento através da formulação de questionamentos, de análise e síntese das descobertas”.

Freire (2002, p. 28), ao dialogar sobre o ato de aprender, comenta que: “Aprender para nós é *construir*, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”.

Reconhecer, entretanto, que o processo de aprendizagem seja muito mais complexo que os conceitos citados acima e que o indivíduo aprende quando consegue discorrer sobre o que está ao seu alcance a partir de situações concretas, e quando pode questionar, refletir e investigar sobre as coisas que o inquietam. Na escola, cabe ao professor, enquanto mediador das atividades escolares, definir métodos apropriados e compatíveis com a faixa etária para que o discente aprenda.

Os conceitos de ensinar e aprender, necessários ao entendimento do tema, não foram esgotados, todavia, por não se tratar do objeto de estudo da pesquisa, não há necessidade de aprofundá-los, mesmo porque a preocupação principal é com a metodologia para ensinar e aprender Geografia a partir de jornadas geográficas litorâneas.

Em nossas investigações a respeito da temática, não encontramos publicações que apresentassem pesquisas sobre uma proposta de ensino e aprendizagem de Geografia com ênfase na interface continente-oceano, que tenha trilhado por ruas, portos, margens de igarapés e praias, entre outros lugares da orla litorânea.

No entanto, conseguimos várias publicações nacionais sobre o estudo do meio como método de ensinar e aprender Geografia e que contribuíram diretamente para a elaboração das metodologias a que nos propomos. Destacam-se, em especial, os trabalhos de Pontuschka

(1990, 1991, 1996, 2001, 2002, 2003, 2006 e 2007), Pontuschka; Paganelli; Cacete (2007) e Pontuschka; Lopes (2010), além de publicações oficiais, livros didáticos e livros de metodologia de ensino de Geografia.

A pesquisa em tela foi norteada tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a Proposta Curricular do Estado do Maranhão (PCEMA) e a proposta curricular contida no livro didático de Geografia do 6º ano, adotado pela escola locus da pesquisa.

Iniciamos pela proposta curricular para ensinar Geografia com base nos PCN's (1998), no tocante às categorias mais adaptadas para o 6º ano do ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram que “[...] os alunos em relação a essa etapa da escolaridade e as capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, ‘espaço’ deve ser o objeto central de estudo, e as categorias ‘território’, ‘região’, ‘paisagem’ e ‘lugar’ devem ser abordadas como seu desdobramento”. (BRASIL, PCN's 1998, p. 27).

Nesse sentido, é imprescindível que seja valorizada a vivência e os “saberes” dos alunos a fim de que eles possam perceber que a Geografia faz parte de seu dia-a-dia, a começar pela observação da paisagem local como um indicativo da presença da natureza e sua relação com o ambiente humanizado, como construtores que são do espaço vivido.

No sentido de melhor explicitar nossa proposta, assim como acontece no estudo da ciência geográfica que trabalha com diferentes recortes de espaço e tempo, faremos o mesmo para melhor especificar a proposição.

Nos Objetivos Gerais do ensino de Geografia para o 6º ano, PCN's (Brasil, 1998, p. 53 e 54), é sugerido, no final do ano, que os alunos sejam capazes de:

- reconhecer a importância da cartografia como uma forma de linguagem para trabalhar, em diferentes escalas espaciais, as representações locais e globais do espaço geográfico;

- reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância, de modo que se desloque com autonomia e represente os lugares onde vivem e se relacionam;

- perceber, na paisagem local e no lugar em que vivem, as diferentes manifestações da natureza, sua apropriação e transformação pela ação da coletividade, de seu grupo social.

(BRASIL, PCN's 1998, p. 53 e 54)

Outro recorte que fizemos se refere à proposta dos PCN's (Brasil, 1998, p. 86), centrada no eixo temático intitulado “a cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo” e subdividida em temas: “da alfabetização cartográfica à leitura crítica e mapeamento consciente” e “os mapas como possibilidades de compreensão e estudos comparativos das diferentes paisagens e lugares”. Destes, destacamos os seguintes itens:

- os pontos cardeais, utilidades práticas e referenciais nos mapas;
- uso de cartas para orientar trajetos no cotidiano;
- localização e representação das posições na sala de aula, em casa, no bairro e na cidade;
- pontos cardeais e sua importância como sistema de referência nos estudos da paisagem, lugares e territórios;
- elaboração de croquis com legendas fornecidas pelo professor.

As metodologias recomendadas para o incremento dos conteúdos identificados pelos PCN's (Brasil, 1998) na ementa acima e no sentido de atender aos objetivos gerais, eixo temático, temas e itens são centrados na observação, descrição e representação dos elementos da paisagem e passam necessariamente pela vista do professor, mesmo porque se trata de educandos com idades entre 11 e 13 anos.

No entanto, como são orientações recomendadas, às vezes, não despertam interesse nos docentes para a exploração de outras metodologias de ensino/aprendizagem que

estabeleçam relações entre os fenômenos naturais e humanizados, articulados com as espacialidades dos procedimentos determinados.

Outra publicação oficial que sugere orientações para o ensino de Geografia é a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, elaborada pela Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado do Maranhão (2000, p. 24). A recomendação sugerida tem no eixo temático intitulado “a compreensão do mundo através da geografia” seu principal conteúdo, desdobrado em quatro temas:

- a cartografia aproximando os lugares;
- o Brasil, suas múltiplas paisagens e a interação com outros centros administrativos;
- o trabalho e a tecnologia modificando e integrando diferentes espaços;
- a diversidade do espaço geográfico no mundo.

Destes, destacamos o tema “a cartografia aproximando os lugares”, cujos subitens são recomendados para serem explorados nas aulas, os conteúdos sobre o “sistema básico de referência para orientação, localização e representação em maquetes e croquis e a utilização de diferentes tipos de mapa”, entre outros conteúdos (MARANHÃO 2000, p. 26).

Observa-se, no entanto, que as metodologias propostas nesses subsídios estão voltadas para a realização de tarefas

a partir de uma situação-problema da atualidade, levantando e, principalmente, analisando hipóteses em conjunto com os alunos, e [...] a necessidade de utilizar-se de diversos recursos da Geografia, como: mapas, pesquisas científicas e de campo, filmes, músicas, jornais, revistas, depoimentos, histórias em quadrinhos, livro didático e a cartografia entre outros, que possibilitarão sua efetiva compreensão dos conhecimentos e, conseqüentemente, uma nova tomada de posição (MARANHÃO, 2000, p. 30).

É mister a adoção de metodologias que promovam a melhoria do processo ensino/aprendizagem, de conhecimentos básicos em Geografia nas séries iniciais da educação

fundamental. Elas, evidentemente, contribuem para o desenvolvimento da prática docente da disciplina em questão.

Podemos dizer que os comentários descritos acima referem-se aos textos que contribuíram para a elaboração desta proposta, muito embora haja inúmeras outras obras publicadas que abordam a temática. No entanto, não se julga necessário analisá-las no momento.

Quanto ao livro didático adotado pela escola para o quadriênio 2010/2013, trata-se da obra intitulada *Geografia Espaço e Vivência: introdução à ciência geográfica*, da Atual Editora, preparadas, pelos autores Boligian et al. (2009). Consiste em um livro organizado em 5 unidades, distribuídas em 16 capítulos. Destaca-se, na Unidade I, a “Geografia: ciência do espaço”, subdividido no capítulo 1 que versa sobre “O lugar, as paisagens e o espaço geográfico”; o capítulo 2 trata dos “Espaços da produção”; já o capítulo 3 apresenta “Os espaços da circulação e do consumo” e o 4º capítulo exhibe “A representação das paisagens e do espaço geográfico”.

Na Unidade II, o destaque fica por conta de “Planeta Terra”, subdividido em 4 capítulos assim distribuídos: capítulo 5: “A Terra e o Universo”, seguidos pelos capítulos 6, 7 e 8: “Os movimentos da Terra”, “Orientação e localização na Terra” e “Terra, planeta da vida”, respectivamente (BOLIGIAN et al. 2009).

Como o objetivo da proposta não é discutir todos os capítulos, serão analisados os capítulos 1 e 4 da Unidade I e os capítulos 6 e 7 da Unidade II por tratarem dos conteúdos trabalhados ao longo das “Jornadas Geográficas Litorâneas” e que serviram de base para a proposta em tela.

Os capítulos são compostos por textos, imagens e sugestões de exercícios ao final, no entanto não são indicadas metodologias e nem são apresentadas estratégias práticas que informem aos educandos sobre a coleta de dados do lugar de estudo. Não apresentam

atividades para serem desenvolvidas na vizinhança do aluno, no entorno da escola, nos arredores do bairro, na cidade onde mora ou até no país.

Esse é um dos problemas encontrados no livro didático adotado pela escola locus da pesquisa, pois não dialogam com a realidade do lugar como, por exemplo, mapas, croquí, desenhos, fotografias, tabelas, gráficos, entre outros elementos de representação da paisagem.

Nesse sentido, é pertinente o posicionamento de Passini (1998, p. 21) sobre o assunto. Segundo ela: “o estudo do espaço só terá significado se ele for considerado em um conjunto onde os espaços de ação cotidiana estão incluídos. Essa inclusão deve ser vista de forma dinâmica, pois é a ação do homem que os constrói e reconstrói”.

Assim, é mais importante que os conteúdos que tratam do bairro, cidade e país sejam vistos e percebidos, ao invés de o professor tratar teoricamente através de textos ou de questionários, que às vezes não correspondem à realidade vivida cotidianamente.

Por último as representações cartográficas, descritas nos capítulos destacados, são imagens centradas na região sul, local de origem dos autores do livro didático, o mesmo acontece com os exemplos sugeridos nas atividades, o que somente vem reforçar a afirmação de Passini (1998, p. 60): “[...] o espaço de vivência do aluno ficará no plano do conhecimento empírico [...]”. Afinal de contas, sabemos da importância das relações sociais que envolvem o conhecimento dos educandos no dia-a-dia e do valor dos conteúdos que dizem respeito ao seu lugar.

Verifica-se que o conjunto de eixos, temas e itens abordados nas propostas curriculares dos PCN's, Proposta Curricular do Estado do Maranhão e o plano de curso do livro didático serão necessários para a proposta metodológica de ensino escolhida.

## 5.2 A Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva e o ensino de Geografia

O sistema educacional ribamarense possui uma rede formada por 142 escolas, assim distribuída: 92 escolas municipais, 16 estaduais, 34 escolas privadas, 228 docentes na pré-escola, 882 professores no ensino fundamental e 181 docentes atuando no ensino médio. A rede conta ainda com 684 alunos matriculados em creches, 4.833 matrículas na pré-escola, 13.725 matrículas nos anos iniciais, 8.186 nos anos finais, 3.507 no ensino médio, 2.185 alunos matriculados no EJA (educação de jovens e adultos) e 332 matrículas na educação especial. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP - CENSO EDUCACIONAL, 2011).

Das 92 escolas municipais, 14 estão situadas na zona urbana, as demais encontram-se em povoados e vilas no território ribamarense, com a seguinte distribuição quanto ao número de alunos matriculados: 45 em creches, 2.849 alunos na pré-escola, 9.714 matrículas nos anos iniciais, 3.934 alunos nos anos finais, 1.189 matrículas no EJA e 267 alunos matriculados na educação especial. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP - CENSO EDUCACIONAL, 2011).

Fundada em 1999, atualmente, a Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva conta com nove salas de aula, distribuídas em dois pavimentos, sendo cinco no pavimento superior e quatro no pavimento térreo. A instituição dispõe ainda de uma sala para professores que também serve de secretaria escolar e biblioteca, um gabinete para a diretoria, uma cozinha, uma sala de informática com dezoito computadores, seis banheiros para discentes, um banheiro para funcionários e um depósito para guardar material de expediente e limpeza. Presentemente a instituição funciona no turno matutino com o ensino de 6º ao 9º anos e no turno vespertino com turmas de 1º ao 5º anos.



Os espaços escolares, assim como os espaços dos lares, fazem parte de nossos experimentos cognitivos e contribuem decisivamente para a formação de conhecimentos espaciais, além de cooperar com os laços afetuosos de identidade com o lugar.

Atualmente as discussões a respeito de uma escola inclusiva com acessibilidade para todos e que atenda as necessidades dos educandos e educadores quanto à infraestrutura e espaços pedagógicos mais dinâmicos vem adquirindo importância e suscitando debates a respeito da temática.

Para Ribeiro, (2004, p. 105):

o espaço escolar deve compor um todo coerente, pois é nele e a partir dele que se desenvolve a prática pedagógica, sendo assim, ele pode constituir um espaço de possibilidades, ou de limites; tanto o ato de ensinar como o de aprender exigem condições propícias ao bem-estar docente e discente.

Nesse sentido, os espaços que a instituição dispõe não são compatíveis com as séries ofertadas pela escola, principalmente no turno vespertino, quando é disponibilizada educação para alunos de 1º ao 5º anos, espaços físicos estes que contrariam tratados normativos quando estabelecem que

os espaços físicos deverão ser coerentes com a proposta pedagógica da unidade e com as normas prescritas pela legislação vigente referentes a: localização, acesso, segurança, meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com a diversidade climática regional, dizendo ainda que os espaços internos e externos deverão atender às diferentes funções da instituição de Educação Infantil (BRASIL/MEC - PARÂMETROS BÁSICOS DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 2006, p.37)

Assim, analisar os espaços da escola frequentemente tem uma importância singular, uma vez que rotineiramente o poder público tem construído e adaptado escolas que não contemplam as condições básicas de segurança, conforto, atividades pedagógicas, recreativas,

entre outras condições. Compreende-se que os espaços físicos por si só não sejam capazes de promover o processo de aprendizagem dos alunos, mas não se pode negar o contrário, ou seja, a construção de ambientes escolares restritos influencia diretamente na aprendizagem dos educandos, às vezes tornando-os mais desinteressados e, em alguns casos, mais estressados e agressivos.

A arquitetura da escola não foi projetada para ser um local para acolher crianças e adolescentes, isto porque não dispõe de espaços para recreação. O hall para circulação dos alunos não atende a demanda, as salas possuem pouca luz natural e ventilação e os banheiros não são suficientes, segundo normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2011 (NBR 5626/5651/5657/5688) que determina “uma bacia sanitária e um papelheiro para cada quarenta alunos e um lavatório para cada trinta alunos”, quantitativos mínimos recomendados.

A locação do prédio também não obedece a padrões técnicos, como, por exemplo, afastamento frontal e lateral da rua. Outro fator que contribui negativamente para o trabalho desenvolvido no local é o fato de ele estar situado em uma esquina, o que contribui para o aumento do barulho no interior da escola, atrapalhando o desempenho de professores, alunos e funcionários da escola.

A escola não tem rampa de acesso, o que dificulta a presença de alunos cadeirantes. Quanto à segurança, o estabelecimento de ensino não dispõe de guarda ou vigilantes para a proteção dos recursos humanos e materiais.

Quanto aos equipamentos didáticos, a escola dispõe de vários, entre eles destaca-se globo, DVD, TV, datashow, retroprojetor, tela para projeção de slides, caixa acústica e aparelho de som.

Para Vieira e Gomes de Sá (2007, p. 102), “[...] um bom recurso nem sempre garante a aprendizagem significativa do aluno. Pensamos que o fundamental seja o domínio de

conteúdo e ‘a motivação’ para aprender e ensinar, pois a aprendizagem só se constrói numa relação de reciprocidade”.

Infelizmente, a presença desses recursos didáticos não se faz notar com frequência nas salas de aula. Por não se tratar em objeto de estudo, não investigamos se estão com defeito ou por falta de prática por parte dos docentes da escola.

No que diz respeito aos discentes da escola, ano base 2011, dados fornecidos pela Secretaria de Educação Municipal, dos 330 alunos matriculados, 81,22% deles foram aprovados, 0,60% evadidos, 4,54% transferidos, 13,64% deles foram reprovados e somente 32 concluíram o 9º ano.

Como metas para o ano letivo de 2012 a escola prevê aumentar o índice de aprovados para 90%, diminuir a reprovação para 10% e reduzir para 0% o índice de alunos evadidos.

Os índices coletados junto à escola fazem parte dos indicadores estabelecidos pelo MEC para o ensino básico e que prevê metas a serem alcançadas pelas escolas das redes públicas municipais de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município de São José de Ribamar ano base 2011, tinha como meta atingir 3,9 pontos em média, mas o índice obtido foi de 3,6. A Escola José Ribamar Moraes Silva, a meta projetada para 2011 era de 2,4 e o índice alcançado foi de 3,3, isto é, 38% acima da meta prevista para a escola.

O valor do Ideb é o resultado da multiplicação entre o indicador de fluxo e o indicador de aprendizagem (proficiência) e pode ser obtido pela seguinte fórmula matemática:  $Ideb^{20} =$

---

<sup>20</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtido no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb - para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil - para os municípios.

Fluxo<sup>21</sup> × Proficiência<sup>22</sup>. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC/ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013)

A Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva, assim como toda a rede municipal de ensino público, é atendida pelo programa do Governo Federal. Parte dos recursos do programa é custeada pelo Poder Público Federal e a outra parte é de responsabilidade do Governo Municipal, no entanto o que chama a atenção é a inclusão, no cardápio, de peixes, crustáceos e mariscos, itens que também fazem parte da dieta da maioria da população ribamareense.

O sistema de distribuição de merenda escolar é realizado pela Secretaria de Educação que dispõe de uma Divisão de Assistência ao Educando, responsável pela elaboração do cardápio das escolas, onde são servidas, nas 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> feiras, “baião de dois com peixe frito” e “mexido de camarão (ou sururu) com ovos e arroz com vinagreira”, respectivamente. Para os demais dias, são programados outros cardápios, no entanto decidimos nos ater aos dias em que são servidos peixes e crustáceos, alimentos que fazem parte do cardápio diário da maioria dos litorâneos de São José de Ribamar.

Dados da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento do Município (2010) dão conta de que foram adquiridos, por meio de compra local, 18.950 kg de peixe fresco: corvina, peixe-pedra, pargo, pescada, uritinga e tambaqui - peixes pescados em água salgada com exceção do último de água doce. Além dos peixes, a Secretaria também adquiriu 15.477 kg de mariscos (camarão, sarnambi e sururu) para distribuição em toda rede escolar municipal.

Dados da Secretaria de Educação (2011), através do demonstrativo de consumo mensal da Secretaria de Educação pólo I, que compreende treze escolas, entre elas a escola

---

<sup>21</sup> O fluxo, denominado na documentação técnica como taxa de rendimento, é calculado a partir das médias das taxas de aprovação nas séries de cada um dos níveis do Ensino Fundamental. Para o nível "ensino fundamental - anos iniciais", utiliza-se as taxas de aprovação do 1º ao 5º anos. Para o nível "ensino fundamental - anos finais", utiliza-se as taxas de aprovação do 6º ao 9º anos.

<sup>22</sup> Nota da Prova Brasil. A prova Brasil é uma avaliação aplicada pelo MEC a cada dois anos e busca avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos ao final de cada ciclo de aprendizagem em língua portuguesa (leitura) e matemática (resolução de problemas). As notas variam numa escala de proficiência.

José Ribamar Moraes Silva, apontam para a necessidade de compra de 832 kg de camarão, 1.664 kg de peixe fresco, 480 kg de farinha, 1.248 kg de sururu, entre outros produtos como carnes, grãos, verduras, hortaliças e frutas, no sentido de atender a demanda *per capita*.

Os recibos de entrega de produtos alimentares da escola dão conta do recebimento de 93 kg de camarão, 381 kg de peixe fresco e 143 kg de farinha, ou seja, apenas 11,17%, 22,89% e 29,79%, respectivamente do proposto *per capita*. Observa-se, no entanto, que o peixe e o camarão são produtos sazonais. Em função desse processo, os produtos não se encontram disponíveis todos os dias da semana.

Embora a merenda escolar (Figura 33) seja servida diariamente, diga-se de passagem, de boa qualidade e adquirida na comunidade com destaque para crustáceos e peixes, ela é preparada por funcionárias na cozinha da própria escola e servida no encerramento das aulas, classe por classe, uma vez que o espaço destinado para o lanche é improvisado e não comporta suficientemente todos os alunos.

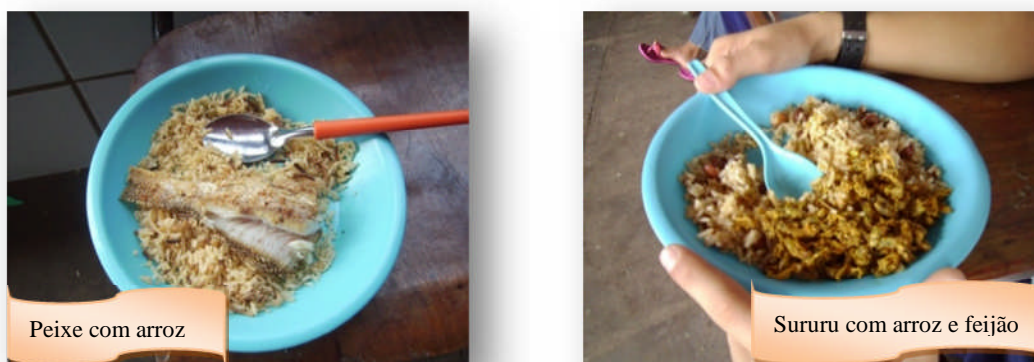


Figura 33 - Merenda escolar - peixe e sururu  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

O refeitório é o espaço destinado à distribuição da merenda escolar e que deve se constituir em um ambiente de socialização, autonomia, cooperação e de aprendizagem dos discentes. O que chama a atenção na distribuição da merenda é que, embora para alguns alunos se constitua em única refeição do dia, o ambiente se apresenta inadequado para servir a merenda.

Como a escola não dispõe de um refeitório, as crianças comem com o prato em uma das mãos, enquanto com a outra levam o alimento à boca; em outras vezes, colocam o prato em cima de carteiras escolares por falta de mesas.

A precariedade do local (Figura 34) onde é servida a merenda chama a atenção, não somente dos professores e funcionários, mas dos transeuntes que passam pela rua lateral da escola, onde é visível o ambiente em que é servido o lanche para os alunos, o que caracteriza uma falha no planejamento quando da construção do estabelecimento escolar, uma vez que existem padrões e normas técnicas para a construção de refeitórios, principalmente por tratar-se de uma escola com ensino de 1º ao 9º anos.



Figura 34 - Local onde é servida a merenda escolar  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

Atualmente a escola conta com 18 professores com idades variando entre 29 e 55 anos. Quanto à qualificação, estão assim distribuídas: 31,25% dos professores têm magistério, 43,75% são graduados e 25,00% possuem pós-graduação em nível de especialização para atender uma média de 330 alunos nos dois turnos.

Reconhecemos o avanço do poder público no que se refere a programas de qualificação e requalificação de docentes como, por exemplo, o Programa de Formação de Professores da Educação Básica do Plano Nacional de Ações Articuladas (PROFEBPAR).

O programa foi criado por Portaria Normativa do MEC nº 09 de 30 de Junho de 2009, a qual instituiu o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal, Municípios e Instituições Públicas de Educação Superior.

Com base na Resolução do CONSEPE nº 111/2009, Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e Resolução nº 01 de 11 de fevereiro de 2009, a Universidade Federal do Maranhão passa a ofertar em caráter emergencial os cursos de Licenciatura em Sociologia, Pedagogia, Educação Física, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, História, Geografia, Matemática e Física, todos na modalidade presencial especialmente para atender uma demanda presente na rede pública estadual. (FONSECA; SANTOS, 2011, p. 2)

A Universidade Federal do Maranhão participa do projeto através de um Termo de Adesão com previsão de entradas entre os anos de 2009 e 2011 de 15.599 alunos/professores, dos quais a Geografia tem previsão de oferta na ordem de 2.200 vagas, com 250 vagas em 2009, 850 em 2010 e 1.100 vagas em 2011. O curso é o segundo a ofertar mais vagas no Estado, tendo por primeiro o curso de Educação Física.

Observa-se, no entanto, que, até em 2012, a escola não dispunha de um Projeto Político Pedagógico, uma das recomendações básicas do Ministério da Educação para o funcionamento de uma instituição de ensino, sendo a elaboração do projeto prevista para acontecer em 2013.

Apesar de a escola apresentar um número significativo de professores com graduação e alguns com pós-graduação, revelando salto qualitativo na formação dos professores, a forma de ensino ainda continua sendo “tradicional”, ou seja, o professor transcreve na lousa o conteúdo e os alunos o copiam no caderno, seguido da explicação sobre o conteúdo copiado, em que pese o aluno ter o conteúdo no livro didático, presente em sala de aula.

Em outros casos, o professor pede para algum aluno fazer a leitura do conteúdo da aula do dia ou o próprio professor realiza a leitura que às vezes é acompanhada por todos ou, em outros casos, os alunos apenas ouvem ou não a leitura dos textos.

A esse respeito são pertinentes as considerações de Aquino Junior (2007, p. 79) quando pontua que “[...] uma aula produtiva não se mede pela quantidade de questões ou das páginas preenchidas do caderno”, uma aula produtiva e significativa é aquela em que o professor revela segurança, desperta no aluno o interesse pelas dúvidas e o motiva a investigar as saídas para resolver os problemas das ambiguidades.

Em outras palavras, o tão sonhado diálogo entre professores e alunos não se concretiza e o antigo hábito de copiar no caderno a matéria escrita do quadro-negro ainda se faz presente na escola pesquisada, embora reconheçamos que a voz, o giz e a lousa sejam recursos didáticos simples e que os professores tenham liberdade na escolha desses recursos.

Para Vieira e Gomes de Sá (2007, p. 103), “Não são os recursos didáticos que transformam aulas de reprodução em aulas de construção. Temos que definir se queremos formar alunos copiadores ou criativos, alunos submissos ou críticos [...] enfim, essa decisão metodológica é do professor”. Nada contra a prática da escrita no quadro, o que se defende é a reconstrução dessa forma, ou seja, que as anotações no quadro-negro tragam para o aluno lembranças significativas da temática abordada e que contribuam efetivamente para a aprendizagem do educando, uma vez que se trata de um processo de conquista pessoal.



O espaço geográfico é entendido, em geral, como o resultado das interferências e das relações socioeconômicas e culturais do homem sobre o ambiente. Nesse contexto, a Geografia vem, ao longo dos anos, representando graficamente essas relações de forma didática, através da cartografia, que a faz com várias formas de linguagem, entre elas a topográfica, identificada por pontos, linhas e manchas.

O ensino da Geografia tem buscado continuamente, ao longo dos anos, através de docentes e pesquisadores, o desenvolvimento de métodos e técnicas capazes de subsidiar e compreender melhor a espacialização de fenômenos humanizados, representados nos mapas, cartas e outros documentos. No entanto, percebe-se a ocorrência de certo descompasso entre os conteúdos cartográficos ministrados pela Geografia e os conteúdos efetivos utilizados diariamente pelo educando, principalmente no ensino básico, segmento em que o processo é mais visível.

Tanto os mapas murais como o atlas, na condição de instrumentos pedagógicos, deveriam ser presença obrigatória nas salas de aula de Geografia. Apesar da disseminação dos mapas pela mídia e pela internet, esse material, na escola, precisa ser utilizado no desenvolvimento de raciocínio geográfico e geopolítico. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 326)

Para as autoras essas matérias são indispensáveis para uma prática de ensino em Geografia que efetivamente ofereça informações não somente da localização de fenômenos físicos ou humanizados, mas que sejam capazes de demonstrar que o ensino de Geografia, através dos mapas, seja motivador para o reconhecimento de espaços de circulação do seu cotidiano.

A escola tem, entre outras tarefas, de proporcionar aos educandos ensino de qualidade por meio dos conteúdos ministrados nas mais diversas disciplinas que compõem o currículo escolar e, em especial, o ensino de Geografia. Devem ser oferecidas condições necessárias para que os alunos possam estabelecer ligações entre o que é ensinado na escola, através dos

processos sistematizados nas aulas, e o que acontece no lugar em que vivem, especialmente os conteúdos que dizem respeito às tarefas realizadas diariamente pela comunidade.

Ao longo dos últimos sete anos, os alunos da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva foram acompanhados em suas atividades de ensino. Durante esse período, foram muitas as visitas e contatos com o corpo docente e discente da escola, no período de 2003/2004 e 2009 a 2013.

Durante os sete anos em que estivemos compartilhando da história da escola, três professores ministraram a disciplina Geografia na instituição. Em 2003/2004, ministrava aulas de Geografia a professora Socorro Silva da Conceição, 55 anos, com 22 anos de magistério, que cursava na época o 7º período de Matemática na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

As aulas de Geografia, ministradas nesse período, eram somente as seguidas no livro didático. Uma vez, em conversa informal com a referida professora, ela relatou o problema em ensinar Geografia: em decorrência de sua formação acadêmica em ciências exatas, encontrava dificuldades na sistematização dos conteúdos geográficos, com suas teorias, conceitos e procedimentos metodológicos, mas era seu “dever” contribuir com a escola, pois não havia professor com habilitação para a disciplina.

Gomes e Meneguette (2002, p. 354) chamam a atenção para o ato de ensinar sem ter o domínio do conteúdo e alertam: “[...] não se pode esperar que alunos tenham uma apropriação sólida dos conteúdos se nem o professor a possui”.

Neste sentido, a aprendizagem dos alunos fica comprometida, dado que o modelo pedagógico, aliado ao pouco conhecimento dos conteúdos da disciplina ministrada, não despertaram no educando interesse devido. Sem contar que as tarefas escolares recaem muitas vezes em exercícios de fixação, produto da prática e atitude do ensino autoritário, os quais deverão ter suas respostas idênticas às encontradas nos livros didáticos, fruto da prática

livresca que não conduz o aluno ao questionamento e à compreensão das relações sociais que o ensino de Geografia requer.

Em 2009, a professora ministrante da matéria foi Celene de Jesus Ferreira Costa, 45 anos, licenciada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, com mais de dez anos de experiência em ensino básico, do 6º ao 9º anos. Colaborou e se constituiu como componente importante da equipe de pesquisa durante a realização da 1ª “Jornada Geográfica Litorânea”.

A professora Celene, em função da larga experiência na docência, conduziu as aulas com maior aprofundamento das questões geográficas, auxiliando os alunos na compreensão e no questionamento dos problemas sociais, levando-os a refletir um pouco mais sobre o espaço vivido.

Pontuschka (2001, p.197) ressalta que o bom professor é “aquele que se preocupa em buscar no aluno a temática para o curso em sala de aula e não se prende completamente aos padrões e planos anuais de ensino”. As aulas da professora Celene foram, assim, pautadas no auxílio ao educando, o que permitiu que conhecessem melhor os seus espaços, a fim de que pudessem trilhar com mais segurança o aprendizado geográfico do dia-a-dia.

Em 2012, a professora Celene foi substituída pela professora Máira Rejane Oliveira Pereira, 29 anos, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão com 3 anos de docência. A referida professora foi a responsável pela efetivação da 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”.

As aulas de Geografia ministradas pela professora Máira foram um pouco diferentes das praticadas pelas professoras que a antecederam, tanto na metodologia utilizada, quanto no que se refere à regência. Apesar do pouco tempo de docência, na graduação participou de grupos de pesquisa e monitoria de disciplinas, experiências que contribuíram para que ela pudesse reelaborar o conhecimento adquirido na Universidade e aplicar em saber geográfico

escolar. Um exemplo desse processo foram as aulas mais dinâmicas com a participação dos alunos. Na concepção de Vieira e Gomes de Sá (2007, p. 102), as aulas nessa perspectiva:

[...] podem ser bastante produtivas porque o aluno está motivado a buscar as informações e comprometido com as análises para comprovar seus argumentos. É uma aula rica em conteúdo e todos saem com o conhecimento melhorado, porque a cooperação na construção de um saber coletivo motiva todos que dela participam.

Nessa perspectiva, as aulas tomaram novas trilhas, foram mais dinâmicas e proporcionaram um bom relacionamento com os alunos. A professora tem conseguido ministrar aulas interessantes (Figura 35) que despertam a atenção dos discentes.



Figura 35 - Aula ministrada pela prof.ª Maíra na Praça de São Benedito em frente à Escola  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

As palavras de Graciane, aluna do 6º ano, que participou do projeto comenta: “[...] conheci a fabricação de gelo, como o gelo é feito, eu aprendi muita coisa que eu nunca vi na

minha vida [...]”. Isso somente vem reafirmar que, quando se dá oportunidade para que os alunos possam expressar suas ideias, eles deixam de ser agentes passivos e passam a ser ativos, contribuindo, assim, para o processo ensino/aprendizagem na sala de aula.

A experiência com aulas ministradas do lado de fora da sala levou a professora a implantar, em conjunto com os demais docentes da escola, a partir de ano letivo de 2013, a chamada “metodologia de projetos” ou “projeto de trabalho”.

Para Azambuja (2007, p.186), essa metodologia:

constitui uma forma desafiadora e aberta de organização curricular. Os temas constituídos na relação do saber científico e a realidade precisam ser redefinidos a partir de perguntas problematizadas. O problema nucleado pelo projeto transparece nos seus desdobramentos, definindo conteúdos e forma de estudos disciplinares e interdisciplinares.

A proposta executada teve como eixo norteador o estudo do bairro onde a escola está situada, destacando os aspectos culturais, históricos e geográficos e visa levar o aluno a ser protagonista, ao invés de mero espectador das mudanças nele ocorridas, ou seja, visa tornar o aprendiz sujeito e objeto de seu próprio estudo.

A riqueza neste tipo de proposta está na troca de experiências entre os professores que participam do projeto, destacando-se a integração entre a comunidade escolar e a comunidade do entorno da escola, ou seja, entre pesquisadores e pesquisados, questões referentes à dinâmica do bairro, temas que foram levantados e debatidos durante a realização do seminário quando da apresentação do projeto para a comunidade do bairro.

### 5.3 Análise e discussões das trilhas

Busca-se analisar e discutir as trilhas<sup>23</sup> como recurso didático em função da importância para o estudo do espaço geográfico a partir do espaço vivido, enfatizando os elementos da paisagem como procedimentos metodológicos, explorando os dados obtidos em campo através das linguagens gráfica, fotográfica, cartográfica e textual, com o intuito de valorizar a identidade cultural do educando associado ao lugar, por meio da percepção dos elementos da paisagem, identificados na interface continente/oceano.

Muitas foram as idas e voltas trilhadas durante o período em que estivemos refletindo sobre a pesquisa e, com a intenção de contribuir através do estudo do meio com os alunos da rede pública municipal de São José de Ribamar/MA, resolvemos andar por caminhos antes não trilhados.

As caminhadas ao longo da cidade, a observação da paisagem natural e humanizada, as conversas com os pescadores do porto do Vieira, portos adjacentes, carpinteiros navais, alunos e docentes da escola foram determinantes para a escolha das trilhas a serem percorridas para a definição e aplicação do método de estudo do meio como componente curricular no ensino em Geografia, na escola escolhida para a realização do estudo.

O contato do aluno com a prática de ensino como um todo e, em particular, com a Geografia no processo de aprendizagem permitirá compreender a realidade do ambiente fora da sala de aula, o que aguça a curiosidade em indagar os porquês dos fatos estudados, além de estimular a articulação entre teoria e prática em um processo dialético permanente.

Nesse sentido, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p.180) chamam a atenção para a superação de estar em um ambiente extraclasse e pela necessidade de “sair a campo sem prejulgamento ou preconceitos: liberar o olhar, o cheirar, o ouvir, o tatear, o degustar. Enfim,

---

<sup>23</sup> Percursos definidos previamente e seguidos a pé por ruas, avenidas, becos, margem de igarapé, praias e portos por alunos e professores durante as Jornadas Geográficas Litorâneas.

liberar o sentir mecanizado pela vida em sociedade para proceder à leitura afetiva, [...]”.  
Leitura essa constatada a partir dos olhares dos alunos e professores quando identificam que a vida tem movimento na comunidade e que essa vida é resultante de relações de companheirismo, afeto e diálogos de seus saberes, consequência de experiências de vida adquiridas ao longo do tempo.

Inicialmente pensou-se em trabalhar com a Escola Municipal Dr. José Silva, localizada na Rua da Liberdade, nº 714, Bairro do Cruzeiro, ao lado da Colônia de Pescadores e vizinha da casa onde o autor passou sua adolescência e presenciou a construção e o início do funcionamento desta unidade educacional; escola essa que fez parte do estudo realizado em 2004.

Nos contatos mantidos com a direção da escola, esta se mostrou entusiasmada, inclusive, uma proposta do projeto foi apresentada em reunião para os professores. No entanto, o contato mantido com a professora que ministra a disciplina Geografia na escola não foi satisfatório, pois ela não se mostrou interessada em participar da pesquisa, alegando carga elevada de trabalho.

Assim, foi estabelecido contato com a direção da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva, localizada na Rua 28 de julho, s/n, bairro de São Benedito, distante 800m, aproximadamente, da primeira escola. Essa instituição de ensino, assim como a primeira, também fez parte da pesquisa de mestrado. Na escola, houve aceitação imediata tanto pela direção, quanto pela professora que ministra a disciplina Geografia. Sua resposta foi imediata: “estou disposta a colaborar com a pesquisa”.

No entanto, nesse mesmo período, em função de mudança na direção da escola, houve necessidade de alterar a data do início da pesquisa e esperar por mais um mês até a nomeação de nova diretora.

A “Jornada Geográfica Litorânea” foi sistematizada logo após a permissão da direção e o aceite da titular da disciplina Geografia na escola. Várias foram as reuniões sobre o trabalho com a professora Celene de Jesus Ferreira Costa, todas realizadas na escola, nos intervalos entre as aulas, visto que ela trabalha no turno vespertino em uma escola da rede municipal na cidade de São Luís.

O trabalho teve início na Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva (Figura 36), com a apresentação do projeto de pesquisa para os professores. Este processo foi adotado, pois era indispensável levar ao conhecimento de todo o corpo docente e administrativo da escola a proposta da pesquisa, uma vez que a investigação mudaria, em parte, a dinâmica da escola, principalmente quando os sujeitos da pesquisa saíssem para atividades fora da sala de aula.



Figura 36 - Fachada da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Nas conversas sobre a jornada, ficou claro que a professora não conhecia o percurso pretendido pelo projeto, já que residia em São Luís e somente vinha à cidade de São José de



Ribamar para ministrar suas aulas. Uma visita ao percurso da jornada foi agendada e, na oportunidade, houve esclarecimentos sobre as modificações na paisagem e reconhecimento dos locais pretendidos para as paradas técnicas, assim como todo o trajeto entre a escola e a estátua de São José, final da jornada do “piloto”.

As preocupações com o ensino de qualidade na rede pública maranhense e, em especial, com a ribamareense não são de hoje. Pesquisa realizada por Fonsêca (2004) já demonstrava apreensão com metodologias alternativas de ensinar e aprender Geografia nas escolas da municipalidade.

Trilhas e jornadas como atividades pedagógicas nas séries iniciais do ensino fundamental, a partir da compreensão de que o espaço vivenciado pela criança que envolve a casa, a rua, a escola, o bairro, dentre outros lugares, constituiu o ponto de partida para o conhecimento geográfico da realidade próxima do aluno, de um modo geral, e, em particular, a ribamareense.

Não se pode esquecer de que o conhecimento prévio é um recurso bastante utilizado pela Geografia, pois promove o desenvolvimento de uma série de abstrações mentais que resultarão certamente em autonomia intelectual, não apenas como melhoria da aprendizagem dos conteúdos geográficos ministrados nas salas de aula, mas, do mesmo modo, na formação de leitores críticos e conscientes das questões socioeconômicas e ambientais do município.

É o conhecimento que desperta no educando a afetividade e cria um vínculo de pertencimento ao lugar, pois cada lugar tem sua própria identidade.

Cabe à Geografia, enquanto disciplina escolar que trata dos saberes referentes ao espaço geográfico, proporcionar intercâmbio entre as diversas experiências cotidianas que ocorrem na interação entre os membros da comunidade. Assim a circulação de informações do espaço vivido, resultado das ações dos indivíduos, tornará o ensino mais significativo e, certamente, proporcionará aos alunos maior interesse pelas tarefas escolares.

A pesquisa incidiu na realização de uma interposição em uma classe de 6º ano, com o intuito de testar uma proposta de trabalho de campo baseada no estudo do meio, intitulada “Jornada Geográfica Litorânea”.

O desenho da metodologia da pesquisa aconteceu por meio de um processo contínuo em busca da melhor trilha que pudesse conduzir a investigação. O exposto que apresentamos foi realizado após a conclusão da pesquisa, portanto retrata, em forma de resumo, as idas e vindas das trilhas que realizamos.

Inicialmente foi efetivado um experimento em forma de um “piloto” denominado 1ª “Jornada Geográfica Litorânea”. Num segundo momento, a partir das dificuldades advindas da realização do projeto “piloto” e da necessidade de melhorar a metodologia, realizou-se o experimento, ou seja, a pesquisa propriamente dita intitulada 2ª “Jornada Geográfica Litorânea” que foi trilhada por ruas, margem direita do Igarapé do Vieira e porto do Vieira, com grupos formados por cinco alunos de cada vez.

### 5.3.1 O projeto piloto: a 1ª Jornada Geográfica Litorânea

A jornada do experimento “piloto” foi planejada e realizada por entendermos ser um procedimento necessário na obtenção do “feedback” para a elaboração da proposta definitiva.

O projeto foi idealizado tendo como enfoque os objetivos gerais da tese e das Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais que norteiam o ensino de Geografia para o primeiro ciclo fundamental, o qual apresenta como bloco temático intitulado de “Estudo da Paisagem Local” e, como subitem, “O lugar e a paisagem”. Segundo os PCN’s, “trata das relações mais individualizadas dos alunos com o lugar em que vivem”, cujas principais afinidades estão relacionadas com:

- conhecimento das relações entre as pessoas e o lugar: as condições de vida, as histórias, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem;
- produção de mapas ou roteiros simples, considerando características da linguagem cartográfica como as relações de distância e direção e o sistema de cores e legendas;
- organização, com auxílio do professor, de suas pesquisas e das conquistas de seus conhecimentos em obras individuais ou coletivas: textos, fotos, desenhos, dramatizações, exposições, entre outras. (BRASIL, PCN's 1998, p. 16)

Diante das relações temáticas conceituais elencadas nos PCN's e com base nos objetivos do estudo do espaço em que os alunos vivem, foi desenvolvido o trabalho de campo.

Após a definição do bairro, da escola e do caminho a ser trilhado, foram discutidos o tema e os objetivos do trabalho e verificado, junto à turma, o que já conheciam a respeito dos lugares a serem visitados e os conceitos geográficos a serem discutidos nas paradas técnicas.

Nesse sentido, foi aplicada uma avaliação preliminar que constou de perguntas sobre orientação e movimentos das marés. Esse procedimento permitiu a verificação de aprendizagem dos educandos após a jornada, com aplicação de uma avaliação final.

Para a execução da tarefa, foi escolhido o Bairro de São Benedito, área situada na porção sudeste da Zona Urbana da Cidade de São José de Ribamar. A escolha do bairro deu-se por se tratar do local onde a escola, locus da pesquisa, está localizada e por apresentar as condições necessárias para se fazer uma análise dos conceitos geográficos como, por exemplo, orientação geográfica, igarapé, porto, praia, maré, vento, baía, entre outros conceitos concernentes à observação da paisagem litorânea, uma vez que a escola está localizada próxima ao igarapé do Vieira, um dos elementos da paisagem que serviu de panorama nas discussões sobre o lugar vivido.

Antes do dia marcado para o início da 1ª “Jornada Geográfica Litorânea”, foi enviado aos pais um pedido de autorização, com a data e o percurso da jornada. Esse procedimento foi

realizado no sentido de informar sobre as atividades que seus filhos desenvolveriam fora da escola e, em último lugar, resguardar a escola de possíveis saídas de alunos fora do horário de aula, daqueles que não fizessem parte da equipe da pesquisa escolar daquele dia.

A 1ª “Jornada Geográfica Litorânea” foi realizada por terra em um percurso aproximado de 2,0 km, em um trecho compreendido entre a escola locus do estudo e a estátua de São José de Ribamar, padroeiro da cidade e do estado do Maranhão, com início no dia 22 de outubro de 2010 e término no dia 03 de dezembro do mesmo ano.

O trabalho de campo foi definido e realizado em equipes com grupos de cinco alunos, com saídas da escola nas sextas-feiras às 8h e retorno previsto para às 10h e 30min, acompanhados do pesquisador e da professora de Geografia efetiva da escola, Celene de Jesus Ferreira Costa. A escolha da sequência dos participantes obedeceu à ordem alfabética do diário de classe, no sentido de contemplar todos os alunos, sem distinção de gênero.

O caminho trilhado apresenta uma topografia relativamente plana, com exceção do platô onde está localizada a Estátua de São José. O itinerário seguido apresenta um predomínio de habitações residenciais, exceto a orla da praia onde o predomínio é de bares e restaurantes. Foram encontradas no percurso quatro igrejas, treze casas comerciais de gêneros alimentícios, vinte e oito bares/restaurantes, uma lanchonete, um terminal de vans, três escolas, três oficinas mecânicas, quatro estaleiros, duas barbearias, duas fábricas de gelo e dois hotéis.

A “Jornada Geográfica Litorânea” (Figura 37) teve início na Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva e seguiu pelas ruas 28 de Julho, Salustiano Diniz, Cajueiro, porto do Cajueiro, travessa Bom Jesus, margem direita do igarapé do Vieira até o Porto do mesmo nome. Na sequência, a jornada seguiu pela Prainha, Praia de Banho e Estátua de São José, final do percurso.

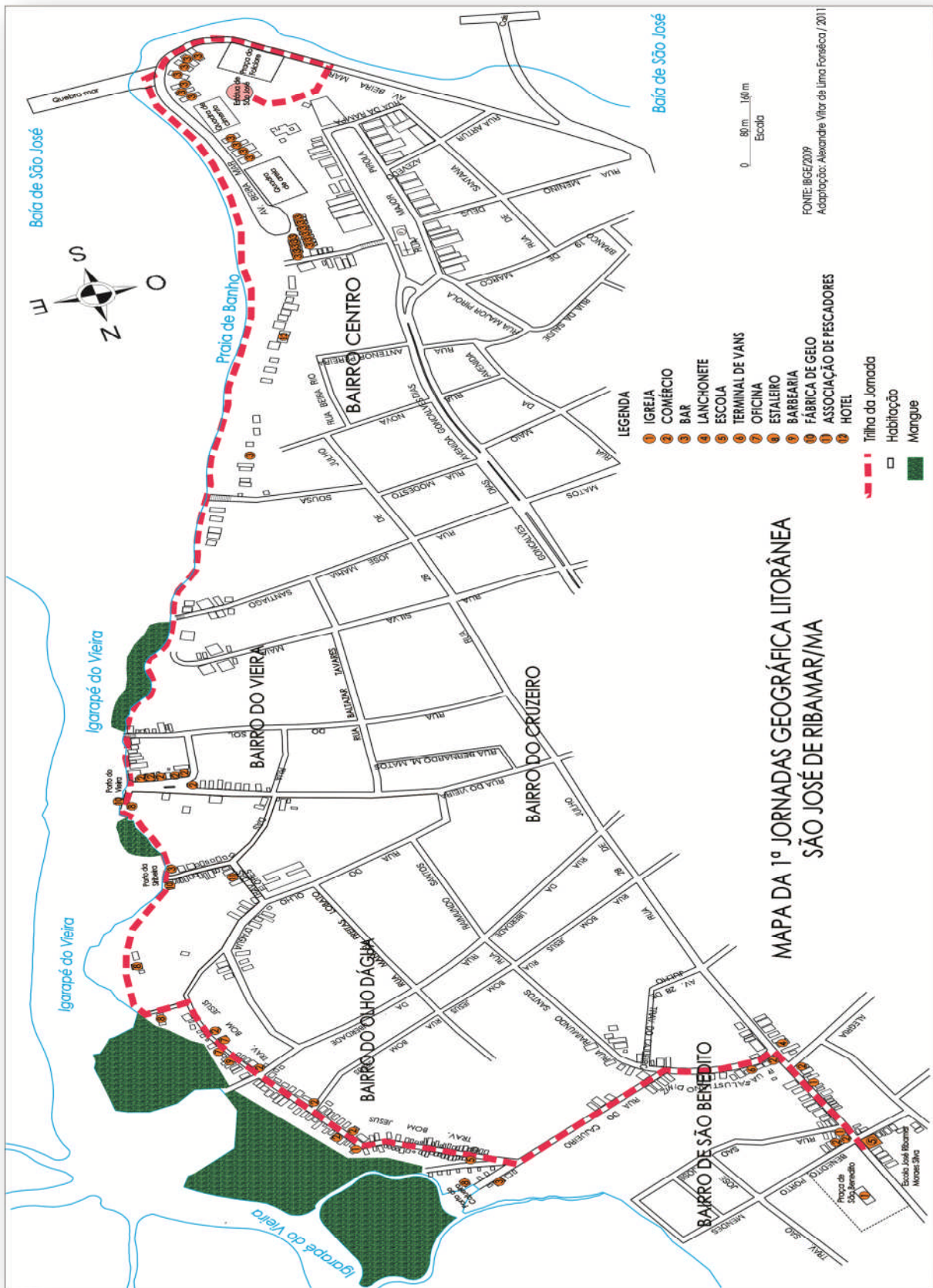


Figura 37 - Trilha da 1ª Jornada Geográfica Litorânea - “piloto”  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009  
 Adaptado por FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima, 2010

Optou-se pelas saídas ao campo de estudo às 6ª feiras em função dos horários vagos da professora Celene de Jesus Ferreira Costa em outras séries. Desta forma não causaria déficit em sua carga horária estabelecida pelo sistema educacional do município, visto que era a única professora a ministrar aulas de Geografia na escola.

Cada aluno portava um kit<sup>24</sup> com uma câmera fotográfica digital que tinha como objetivo fotografar, ao longo do percurso, os elementos da paisagem que mais aguçavam sua percepção. Nas paradas técnicas, desenhavam a mão livre o que mais lhes chamava a atenção.

(Figura 38)

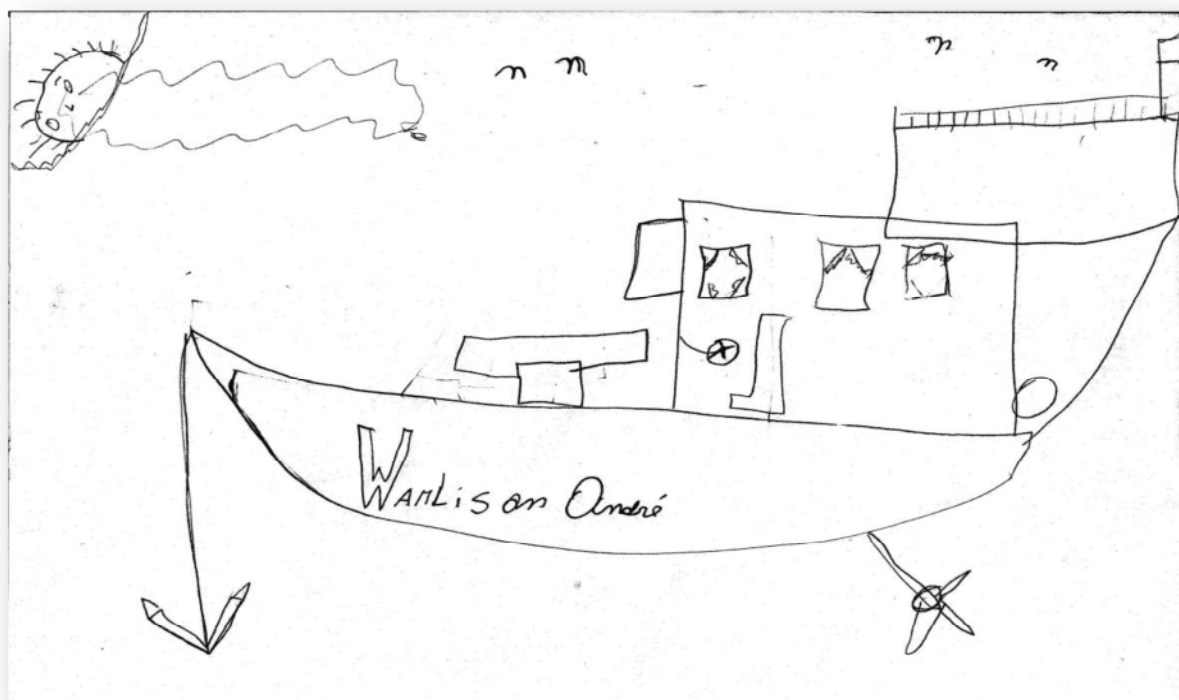


Figura 38 - Desenho de um barco  
Fonte: Warlison André, aluno do 6º ano, 2010

Durante o percurso, houve a necessidade de quatro paradas técnicas, previamente estabelecidas, que serviram de cenário para explicação e discussão sobre a realidade observada, coleta de dados para a confecção de um mapa temático da área, com a intenção de registrar, durante o trajeto, os elementos observados da paisagem, tais como: vegetação, casas

<sup>24</sup> O kit foi composto por uma câmera digital, um crachá de identificação do aluno, um boné branco com a identificação da jornada, uma prancheta de mão com folhas de papel para desenho, um lápis e uma borracha.

comerciais, estaleiros e serviços públicos existentes ao longo do percurso, entre outros elementos que fazem parte do panorama.

A primeira parada técnica ocorreu no Porto do Cajueiro (Figura 39) após uma caminhada de aproximadamente 20 minutos da escola. Nesse ponto, foram observadas as embarcações dos pescadores, bem como as condições físicas e sociais do local.

O lugar é caracterizado pela presença de lixo, uma vez que a área do porto se localiza no fim da rua do Cajueiro e coincide com o término de um canal de escoamento pluvial do bairro. A parada serviu como ponto de observação para as objetivas das câmeras dos educandos. Também aproveitamos o momento para discussão do conceito de porto e sua relação socioeconômica.



Figura 39 - Porto do Cajueiro  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Durante a parada, as lentes das câmeras se voltaram para os detalhes das canoas dos pescadores e os objetos do entorno (comércios, praça, porto, veículos e estaleiro). Em



seguida, a equipe fez uma pausa na caminhada junto a uma franja de mangue, resquícios da vegetação primária em processo de recuperação.

A segunda parada aconteceu no Porto do Vieira (Figura 40), cujo igarapé de acesso tem a mesma denominação. Nesse local, foram discutidos os movimentos de chegada e saída das embarcações, embarque e desembarque de mercadorias, entre elas o pescado.

A parada foi no sentido de provocar uma discussão sobre os problemas socioambientais ao longo do igarapé do Vieira, destacando a importância do manguezal enquanto berçário e criadouro de espécies animais e como proteção da força das ondas junto à praia. Aproveitando a parada, o foco da discussão foi a configuração topográfica do local. Quando da baixa-mar, deslumbra-se um extraordinário vale, permitindo um amplo campo de visão, cenário perfeito para exploração do conceito de igarapé.



Figura 40 - Porto do Vieira  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

A terceira parada foi realizada na Praia de Banho (Figura 41), local que, em função dos aspectos físicos, apresenta boas condições para análise e discussão de vários conceitos geográficos complementares, entre eles destaca-se praia, estirâncio e declividade. As



alterações do espaço físico do local com a presença dos estabelecimentos residenciais e comerciais ao longo da faixa de praia também foram discutidos, visto que a ação antrópica também tem contribuído para a alteração do ambiente marinho.

O cenário serviu de inspiração para as lentes das equipes que por lá passaram como registro das tarefas do estudo do meio.



Figura 41 - Praia de Banho  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

A última parada foi junto à Estátua de São José de Ribamar (Figura 42), um dos símbolos religiosos da cidade. Esse local se constituía em uma antiga falésia. Há duas décadas foi construída uma avenida no entorno de sua base com muro de proteção, passeio, bares, restaurantes e um quebra-mar, com o intuito de evitar o assoreamento do canal do igarapé do Vieira, única via de acesso ao porto do mesmo nome.

O platô onde foi construída a Estátua de São José, em função da altitude, oferece uma ampla visualização e, portanto, proporciona uma observação privilegiada de toda a baía de São José, com destaque para a configuração física da interface continente/oceano e

visualização dos movimentos das embarcações na referida baía. Esse momento foi aproveitado para as fotos panorâmicas e discussão do conceito de baía, com observações sobre orientação das embarcações e aprofundamento das discussões que dizem respeito aos problemas socioambientais relacionados às alterações físicas do espaço urbano, em consequência, dentre outras questões, da especulação imobiliária.



Figura 42 - Estátua de São José de Ribamar  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

Ao longo do percurso, os alunos marcaram no mapa de apoio os estabelecimentos comerciais, os portos, os estaleiros, assim como os serviços públicos (educação, saúde, segurança, sindicato, associação comunitária, colônia de pescadores e mercado municipal), para posterior elaboração de um mapa temático do percurso.

A passagem pelo trecho das praias somente foi possível em função da dinâmica da maré que se encontrava na vazante durante todos os períodos de deslocamento das equipes para o estudo de campo.

### 5.3.2 O experimento: a 2ª Jornada Geográfica Litorânea

A saída para uma aula de Geografia do lado de fora da escola não é o bastante como metodologia, pois, segundo Pontuschka; Lopes (2010, p.31), “[...] a ideia de ir ao campo, apenas como ‘necessidade de sair da sala de aula’ pode, seguramente, esvaziar as potencialidades educativas dessa atividade como método de ensino e subestimar, obviamente, os momentos de aprendizagem, realizados na sala de aula”.

Para tanto, colocam-se outras questões pertinentes ao tema: Por onde trilhar com segurança? Quais os equipamentos individuais a transportar e como devem ser utilizados? O que discutir com os alunos no decorrer da jornada? Como verificar os resultados?

Começamos pela primeira pergunta. Indagamos junto aos alunos se conheciam as ruas próximas à escola e às margens do igarapé do Vieira. Eles teceram vários comentários a respeito dos lugares. Com esses depoimentos, definimos as trilhas para a 2ª Jornada Geográfica Litorânea, em comum acordo com a professora da disciplina.

Sobre a escolha dos lugares, segundo Pontuschka; Lopes (2010, p.21), “[...] a rigor, não existem ‘lugares privilegiados’ e não há também ‘lugares pobres’ para a realização dos Estudos do Meio. Em cada caso, o grande desafio que se apresenta aos seus realizadores é o processo de saber ‘ver’, saber ‘dialogar’ com a paisagem [...]”. Como desejávamos garantir certo grau de objetividade, optamos por um itinerário que contemplasse, por um lado, os aspectos da paisagem social e, por outro, elementos da paisagem natural.

As dificuldades encontradas durante a fase do projeto “piloto”, com relação à distância trilhada e o tempo gasto durante o percurso, assim como os materiais que os alunos conduziam (prancheta de mão, folhas de papel para desenho, lápis com borracha, mapa político da área e câmera fotográfica) e as tarefas que seriam executadas por cada aluno nos

levaram a repensar que instrumentos seriam necessários para os alunos conduzirem. Que tarefas seriam executadas durante o percurso sem comprometer o resultado do experimento?

O equipamento conduzido por cada aluno constou de um kit (Figura 43) com prancheta de mão, mapa político do itinerário e folhas para anotações. As câmeras fotográficas foram conduzidas presas por um cordão ao pescoço para facilitar a mobilidade do aluno durante a caminhada e o boné, com o nome da jornada, identificou os alunos criando um sentimento de pertencimento e de importância pelo estudo realizado.



Figura 43 - Professora Maira e alunos com kit em trabalho de campo  
Fonte: Arquivo do autor, 2012

Uma vez ciente dos problemas identificados anteriormente quando da efetivação do projeto “piloto”, decidimos realizar a 2ª “Jornada Geográfica Litorânea” com o mínimo de equipamentos necessários e com tarefas que não comprometessem os resultados da pesquisa (prancheta, papel, lápis, mapa e câmera fotográfica).

A classe escolhida foi o 6º ano B. Essa escolha deu-se por tratar-se da mesma sala de aula da pesquisa realizada no ano anterior (2010). A classe tem vinte e seis alunos matriculados, com vinte e dois alunos com frequência efetiva, mas somente vinte alunos participaram da jornada. Quanto à faixa etária, a classe apresenta os seguintes percentuais: 42% dos alunos com 13 anos; 27%, 11 anos; 23%, 14 anos; 4%, 12 anos e 4% dos estudantes com 15 anos. Com relação ao gênero, cerca de 57% dos discentes são do sexo masculino contra 43% do sexo feminino.

Quanto à discussão dos “saberes” e dos conteúdos trabalhados ao longo da Jornada, versaram sobre feições urbanas com destaque para o serpenteamento da rua à margem direita do igarapé, fato que chamou a atenção da comunidade discente, uma vez que a rua não existia na década de 80.

Outro elemento da paisagem discutido durante a caminhada foi o fato de algumas residências estarem com seus quintais voltados para o mangue, servindo, em alguns casos, de ancoradouros para as embarcações de pescadores que residem no local, constituindo-se numa espécie de “garagem marítima”.

A Jornada teve início a partir da Rua 28 de Julho, rua onde fica localizada a escola, seguida da Rua Salustiano Diniz, Rua do Cajueiro, Travessa Bom Jesus, Margem direita do Igarapé do Vieira e, finalmente, o Porto do Vieira, conforme mapa da 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”. (Figura 44)



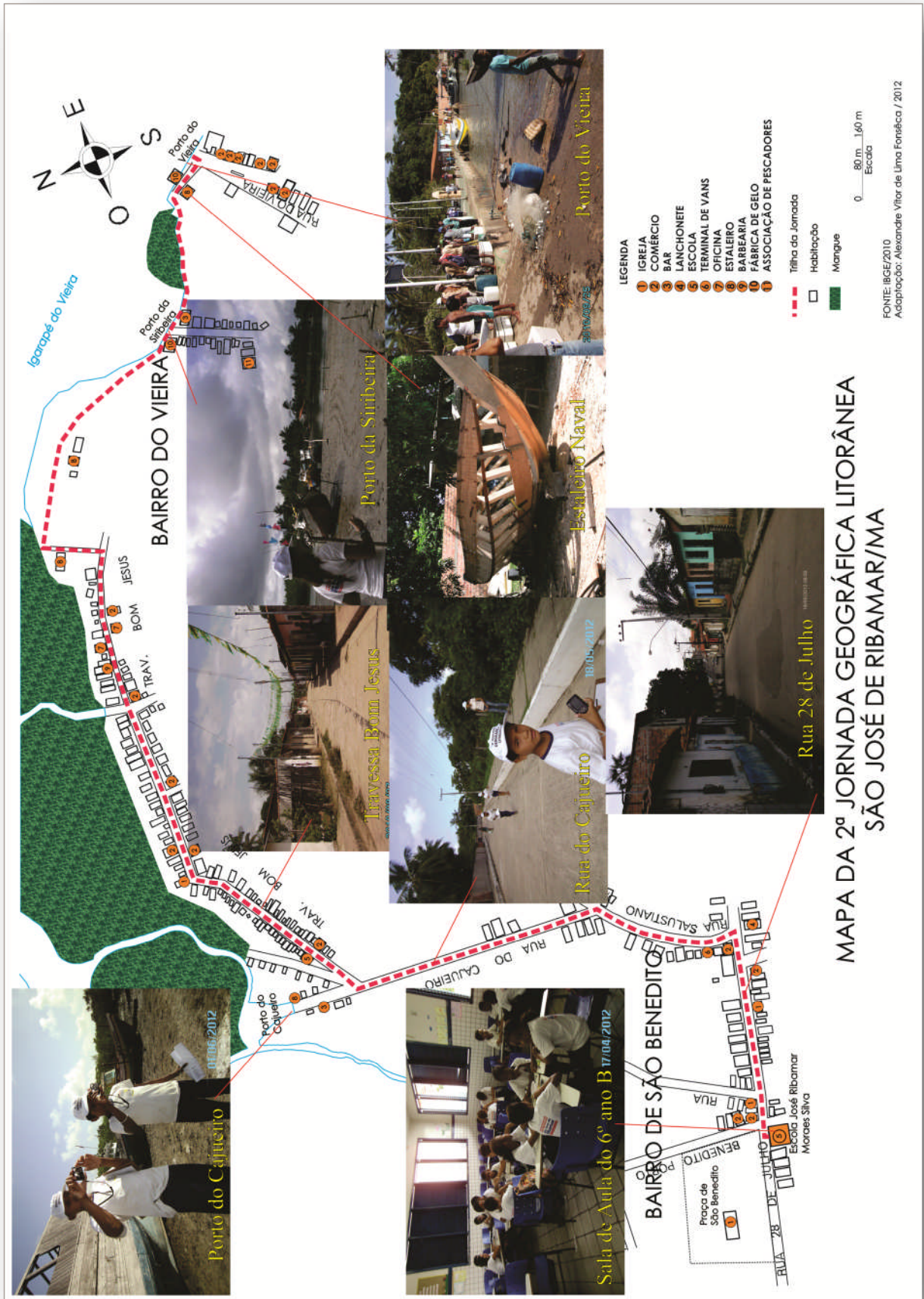


Figura 44 - Trilha da 2ª Jornada Geográfica Litorânea - “experimento”  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009  
Adaptado por FONSÊCA, Alexandre Vitor de Lima, 2010

O mapa elaborado pelo autor para essa finalidade foi utilizado para situar os bairros, identificar nomes de portos, praias, igarapé, ruas, travessas e avenidas, reconhecimento dos cruzamentos entre elas, leitura e localização espacial de mercearias, bares, igrejas, escolas, oficinas, fábrica de gelo, estaleiros, praças, entre outros elementos da paisagem social. O mapa também foi usado para leitura de referências geográficas com base nas direções cardeais dos portos, mangues e igarapé assim como no acompanhamento da trilha, identificando e localizando lugares e feições da paisagem natural.

Para Pontuschka (2007, p.262), “o trabalho com a representação gráfica e cartográfica do espaço, também durante o estudo *in loco*, vai ter continuidade e aprofundamento em sala de aula, o que auxiliará na ampliação e no conhecimento de outras realidades espaciais”. Observa-se, no entanto, que o material cartográfico produzido com essa finalidade servirá como objeto de estudo em sala de aula em conteúdos específicos, de acordo com o currículo proposto.

Durante o trajeto foram utilizadas pelos discentes câmeras fotográficas como recurso para registro dos aspectos das paisagens sociais e naturais e usadas como linguagem não-verbal. Segundo Collier Jr.(1973, p.105), “[...] a precisão da mensagem não verbal, em qualquer cultura, permite uma interpretação inteligente [...] dando profundidade, em consequência disso à linguagem de descrição cultural”. Nesse sentido, alguns elementos representados nas fotos são identificados como marcos de influência da cultura, além de servirem de base para a observação e descrição da comunidade.

Concorda-se, nesse sentido, com as considerações de Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p.183) quando afirmam que “[...] a memória de um povo não está somente fechada em um museu; também está à volta dos indivíduos que o compõem, onde há sinais que explicam o jeito de ser e a cultura desse povo”.

Para Camargo (1999, p.19), as imagens podem ser identificadas a partir de suas funções, o “[...] que resulta de sua utilidade, finalidade ou necessidade e ainda do papel que cumprem em um dado contexto, portanto suas funções podem ser representativas, informativas, simbólicas, documentais, expressivas ou pedagógicas, entre outras, dependendo do ponto de vista”. Nesse contexto, as fotografias registradas pelos alunos durante o percurso foram interpretadas e comentadas sob o enfoque da função documental de acordo com cada um.

As fotos foram tiradas individualmente sem definição de quantidade e preocupação com enquadramentos específicos, ou seja, o processo foi livre. Nesse sentido, a ideia era deixar todos os alunos à vontade, de forma que pudessem usufruir da câmera da melhor maneira possível, no registro dos elementos da paisagem que mais despertassem a atenção e que retratassem as relações espaciais presentes no dia-a-dia da comunidade litorânea, sem as amarras do ajuste fotográfico profissional.

Ressalta-se que, para uso e manuseio das câmeras, os alunos receberam um pequeno treinamento antes de iniciar as tarefas, o qual constou de ligar e desligar a câmera, o flash, a identificação do botão disparador para registro da imagem, o modo visualizador com o registro das fotos no arquivo da câmera. Mesmo não sendo treinados para a execução de vídeos, alguns alunos até chegaram a realizar essa tarefa, o que demonstra o nível de conhecimento nos campos da tecnologia e da informática.

Para Collier Jr.(1973, p.7), “[...] as fotografias são registros preciosos da realidade material”. Entendemos que há outras geografias presentes na vida dos alunos que precisam ser registradas e fotografadas, além das geografias escolares e acadêmicas.

Também fizeram parte das discussões com os alunos, durante a jornada, os conteúdos que versam sobre orientação geográfica, movimentos das marés, dinâmica dos ventos e construção de embarcações. Segundo Malysz (2007, p.174), “[...] para ensinar e aprender



Geografia é importante estar sempre trabalhando com espaço concreto, com a prática, para melhor assimilação do conteúdo e da realidade vivida”.

Os objetivos das discussões durante as “Jornadas Geográficas Litorâneas” foram relacionadas com os conteúdos selecionados para o primeiro trimestre do ano letivo de 2012, que incluíram “Lugar, paisagem, espaço geográfico” e “Orientação e localização na Terra”, no sentido de:

- a) materializar o trabalho de campo como método de ensinar e aprender Geografia e Cartografia;
- b) aguçar a capacidade de observação dos alunos com relação às diferentes feições das paisagens, tais como: ruas, mangues, maré, igarapé, porto, entre outros aspectos;
- c) recolher informações específicas do lugar (interface continente/oceano), a fim de compará-los com outros lugares;
- d) promover experiências dos alunos através do registro fotográfico, como recurso didático em sala de aula;
- e) socializar os “saberes” dos diferentes sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem (docentes e discentes);
- f) experimentar o uso de mapas temáticos durante o trabalho de campo na identificação dos lugares percorridos e conhecidos dos alunos.

Assim, o processo de ensinar e aprender Geografia e Cartografia consolida-se através da conversação estabelecida com os atores. Na visão de Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p.181), “[...] esse é o momento do diálogo: com o espaço, com a história, com as pessoas, com os colegas e seus saberes e com tantos outros elementos enriquecedores de nossa prática e de nossa teoria”.

A última etapa da metodologia consistiu em definirmos a forma de ação da “Jornada Geográfica Litorânea” como um método que efetivamente possa contribuir para o ensino e aprendizagem da Geografia.

Após o estudo de vários instrumentos de avaliação do processo, inclusive com os instrumentos do projeto “piloto”, definimos que a avaliação do trabalho de campo deveria se dar com base em relatório, análise de fotografias e seminário.

Como o ambiente da pesquisa foi o campo, consideramos pertinente o uso do relatório da “Jornada Geográfica Litorânea” como um dos critérios de exame na avaliação do trabalho. Neste sentido, analisam-se os relatórios com base na descrição das trilhas, pois, segundo Venturi, Maria (2011, p. 486), o documento apresenta “[...] um caráter descritivo-narrativo e cumpre o papel de fornecer informações de forma sistematizada para basear interpretações”. Na visão da autora, o “[...] relatório não se constitui em uma pesquisa científica, mas pode fazer parte dela, fornecendo-lhes informações”.

Os relatórios de campo foram elaborados pelos alunos individualmente, evidenciando a satisfação do educando enquanto experiência e percepção do ambiente trilhado.

Eu achei muito divertido e também muito bacana olhar a paisagem, fomos no estaleiro olhar como é que se faz as canoas, primeiro prega as tábuas [...], depois fomos na fábrica de gelo, fomos olhar como é que se faz o gelo e depois passamos pelo mangue, olha quantos urubus e muitas garças [...] (informação verbal);<sup>25</sup>

Gostei no dia que fui, adorei, fui ao porto do Vieira, tirei fotos de pessoas lindas e maravilhosas, nunca tinha ido numa construção de barco, foi a primeira vez (informação verbal);<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Informação fornecida por Denilson Mágnio Silva de Oliveira, 14 anos, aluno do 6º ano B da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

<sup>26</sup> Informação fornecida por Leandra Charles Freitas Belfort, 11 anos, aluna do 6º ano B da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

Bom, no começo foi legal e no fim foi mais ou menos, mais o passeio geográfico foi tão legal porque eu tive oportunidade de conhecer coisas novas, mais eu gostei tanto que não queria sair de lá (informação verbal);<sup>27</sup>

Nas falas dos alunos, fica clara a satisfação em sair da escola com o objetivo de trilhar pelas ruas, caminhos, portos, entre outros lugares em busca do desconhecido. Em segundo lugar, destaca-se a percepção dos lugares visitados e, por último, a oportunidade de conhecer lugares “novos”. Para Venturi, Luis. (2011, p. 21), “o campo também ajuda a socializar os geógrafos e os alunos, enriquecendo a vivência acadêmica e escolar, tornando o aprendizado da Geografia muito mais atraente e a pesquisa geográfica cientificamente mais legítima”.

Venturi, Luis. (2011, p. 464) ressalta a importância dos sentidos no estudo da percepção das paisagens e afirma que “numa trilha, por exemplo, os alunos podem registrar sons, cheiros, temperaturas, texturas e aspectos visuais da paisagem que mais lhes chamem a atenção”.

Portanto, considera-se os aspectos descritos nos relatórios dos educandos como importantes para a avaliação do aproveitamento do aluno. Analisa-se a satisfação dos alunos em saírem da sala de aula em busca de trilhas que aguçam a curiosidade e criam expectativa. A percepção sobre os lugares trilhados descortina a satisfação pela descoberta, pois é a oportunidade do contato com a realidade local. O conhecimento de lugares “novos” conduz o aluno à investigação do real e o motiva a desafios por conhecer sua realidade, além de ser um recurso relacionado com atividades pedagógicas, na intenção de produzir novos conhecimentos.

Os conteúdos das tomadas fotográficas do experimento foram analisados com base nos elementos visuais; Collier Jr. (1973, p. 105) assinala que “um dos processos mais

---

<sup>27</sup> Informação fornecida por Luana Beatriz Neves da Silva, 12 anos, aluna do 6º ano B da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

significativos em avaliação fotográfica é a seleção de variáveis que você entende rastrear pelos registros fotográficos”. Nesse sentido, optamos por realizar a seleção das variáveis com base na ocorrência das cenas fotografadas pelos alunos durante o período da 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”.

Os rastreamentos dos elementos contidos nas fotos tiveram como princípio a escolha de quatro fotos entre as centenas de registros fotográficos efetuados pelos alunos, durante a “Jornada Geográfica Litorânea”. Após essa seleção, procedeu-se à quantificação da frequência dos elementos culturais, naturais e humanos, presentes no cenário fotografado.

O julgamento foi realizado a partir do número de operações, com destaque para a presença dos elementos culturais, tais como: residências, comércios, escolas, embarcações, veículos automotores e utensílios de pesca; com frequência maior do que os elementos sociais - pessoas, animais domésticos e cenas do cotidiano nas ruas e praças. Nas cenas com elementos naturais, destaca-se a vegetação de mangue, mar e igarapé.

Quanto à função, as fotos foram analisadas como imagens documentais por se tratarem de registro do cotidiano escolar no cenário litorâneo. Camargo (1999, p. 24) destaca que, na principal função da imagem documental, incide “[...] a crença na sua veracidade, na sua capacidade de registrar aquilo que é, onde, quando e como foi, é ou está uma pessoa, ato, fato ou evento”.

Assim, as imagens nos ajudam a aferir, diagnosticar e identificar, através da observação, aspectos das cenas diárias dos sujeitos envolvidos no processo. Não se pode esquecer que as fotografias são resultados das motivações e visões do ambiente no momento da foto e possuem informações daquilo que as motivou. Na análise de Lowenthal (1982, p. 141):

cada imagem e ideia sobre o mundo é composta, então, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, os mundos sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e de cada fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza e do homem.

Segundo Camargo (1999, p.152), “a fotografia tem uma vantagem em relação a outras áreas de ensino, é muito estimulante. Dificilmente encontraremos pessoas que não tenham nenhum interesse por ela. Crianças e adolescentes, em especial, ficam muito estimulados quando vão trabalhar nesta área”. Foi esse o interesse dos alunos quando a fotografia foi a escolha para a apresentação do seminário. O estímulo em fotografar o ambiente trilhado e as questões norteadoras discutidas durante a jornada foram fundamentais para a compreensão dos objetivos previstos no planejamento da aula de campo.

### 5.3.3 O plano de aula do experimento

Após a efetivação do projeto “piloto” e com base nas observações realizadas em campo, foi elaborado um plano de estudo da paisagem litorânea para a 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”, como parte da metodologia de ensino da proposta.

Segundo Libâneo (2008, p. 178), a aula “[...] é uma situação didática específica, na qual objetivos e conteúdos se combinam com métodos e formas didáticas, visando fundamentalmente proporcionar a assimilação ativa de conhecimentos e habilidades pelos alunos”. Assim o termo “aula” se aplica a qualquer forma de aprender e ensinar, inclusive em campo, não sendo, portanto, restrita a ambientes de sala de aula.

Toda aula que seja ministrada em um ambiente fechado (sala de aula) ou em ambiente aberto (campo) requer a idealização de um plano de aula que contemple os objetivos, os

conteúdos, as metodologias e a avaliação da temática abordada. Tem como finalidade nortear o professor durante o processo ensino/aprendizagem de uma aula específica.

O plano de aula se constitui em uma etapa de planejamento em nível do ensino escolar, elaborado e organizado em unidades para ser executado semestralmente ou durante o ano letivo. Na concepção de Piletti (2003, p. 72), o plano de aula "é a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. É a especificação dos comportamentos esperados do aluno e dos meios - conteúdos, procedimentos e recursos - que serão utilizados para sua realização".

Para Butt (2009, p. 34), "um plano de aula é um documento de trabalho conciso que delinea o ensino-aprendizagem a ser conduzido em uma aula específica". Um plano de aula não constitui um documento rígido que deve ser seguido na íntegra, ou seja, se houver mudança de direção em função da dinâmica da aula, o plano deve ser equacionado a fim de atender as novas necessidades da aula.

É importante que os objetivos a serem alcançados, assim como a compreensão dos resultados esperados durante a implementação da aula estejam claros para o professor, a fim de que seja atingida a finalidade da proposição em decorrência do planejamento da aula. Na concepção de Butt (2009, p. 35), "em muitas aulas é possível compartilhar com os alunos os objetivos de aprendizagem, os resultados esperados e os critérios para que o trabalho seja bem-sucedido".

É importante também que, no planejamento de novas aulas, sejam levadas em consideração as unidades didáticas e os conteúdos ministrados, assim como a aprendizagem ocorrida anteriormente, no sentido de avançar na continuidade da disciplina.

Assim, as tarefas desenvolvidas durante esse momento devem ser sistematizadas com o tempo necessário para que haja interação entre o professor e o aluno, a fim de que possa ocorrer o processo ensino/aprendizagem.

A partir da abordagem sobre plano de aula, apresentamos o que foi desenvolvido durante a aula de campo.

#### TEMA DA AULA:

Os lugares de nosso cotidiano

#### OBJETIVOS:

Realizar uma aula de campo na periferia da cidade de São José de Ribamar;

Identificar no mapa elementos da paisagem natural e social;

Fotografar cenas do cotidiano da comunidade;

Relacionar os elementos das aulas de Geografia com o cotidiano do aluno;

Exercitar a linguagem não-verbal e motivar os alunos para aulas de campo.

#### MATERIAIS:

Mapa da área a ser trilhada;

Câmera fotográfica;

Papel para anotações, lápis e borracha;

Boné com a identificação da Jornada.

#### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Discutir com os alunos sobre os lugares a serem trilhados;

Organizar as equipes para o trabalho de campo;

Orientar os alunos quanto ao registro fotográfico e elaboração de relatório;

Acompanhar a professora e os alunos durante a jornada;

Organizar com os alunos o material fotográfico para a apresentação do seminário;

#### AValiação:

Seminário com apresentação individual dos alunos;

Apresentação do relatório das tarefas realizadas durante a Jornada;

Cada aluno descreve oralmente os lugares por onde trilhou e suas experiências, com destaque para o recinto ou o cenário que mais despertou sua atenção e interesse, acompanhado do registro fotográfico.

#### 5.3.4 Os olhares dos alunos

Os olhares dos educandos durante as etapas da pesquisa se fizeram em três momentos: o primeiro quando de suas caminhadas pelas trilhas enquanto observadores dos lugares através do ato de andar, investigar e sentir; o segundo aconteceu durante a 1ª “Jornada Geográfica Litorânea” quando fotografaram elementos presentes no cenário. De posse de papel, lápis e prancheta, desenharam aspectos do cotidiano durante as paradas em lugares estratégicos ou mesmo caminhando nas trilhas.

O uso da prancheta para desenhar a paisagem foi abandonado durante a realização da 2ª “Jornada Geográfica Litorânea” em função do desconforto na condução do material durante o trajeto, mas serviu como laboratório em função do material produzido.

Em alguns casos, os desenhos são retratos do observado, o que contradiz com as palavras de Arnheim (2005, p. 155) quando afirma que “a criança desenha o que conhece ao invés de desenhar o que vê”. Essa afirmação está presente na teoria intelectualista<sup>28</sup> quando expõe que os desenhos das crianças brotam dos conceitos “abstratos”, e não da visão do objeto desenhado.

O terceiro momento voltou-se para as fotografias, procedimento que se consolidou como um momento de grande aprendizagem, não somente pela atração que a câmera

---

<sup>28</sup> “A mais antiga - e ainda agora a mais difundida - explicação dos desenhos infantis diz que uma vez que as crianças não representam o que se supõe que elas vejam, alguma atividade mental diferente da percepção deve intervir. É evidente que as crianças se limitam a representar as características gerais dos objetos tais como as pernas retas, a cabeça arredondada, o corpo humano simétrico. [...] A teoria intelectualista afirma que os desenhos de crianças, bem como outra arte em estágios iniciais, derivam-se de uma fonte não visual, isto é, de conceitos “abstratos”. (ARNHEIM, 2005, p. 155).



fotográfica desperta, mas principalmente pela coleta de informações da realidade cotidiana, uma vez que as fotografias não só proporcionam “[...] o registro do passado, mas também uma nova maneira de lidar com o presente, como atestam os efeitos dos intocáveis bilhões de documentos fotográficos contemporâneos [...]”. (SONTAG, 1986, p. 147)

Embora reconheçamos que a fotografia se constitua em uma ferramenta importante para o estudo da linguagem visual contemporânea, concordamos com Camargo (1999, p. 103) quando afirma que:

A temporalidade na fotografia é uma característica inerente ao seu estatuto existencial. No momento em que acionamos o disparador de uma câmera, a imagem ali tomada é registrada num lapso de tempo, numa fração de segundo, como um corte temporal que se refere ao momento exato em que este ato ocorreu, como se fixasse aquele instante. Assim sendo, a fotografia registra, por definição, sempre um momento pretérito, algo que passou, o que assim era, como estava, como foi ou aconteceu naquele momento. Pela decorrência constitutiva da imagem fotográfica, de não atuar em tempo real, ela sempre se refere a algo no ou do passado, podemos chamar a isto de sua pretericidade.

Essas considerações a respeito da temporalidade das fotografias não significa que sejam eventos do passado, ao contrário estamos certos de que as fotografias, enquanto linguagem não-verbal, estão presentes no discurso contemporâneo dos alunos da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva que se fizeram presentes durante as duas “Jornadas Geográficas Litorâneas”.

Não obstante as leituras das abstrações tenham sido realizadas *a posteriori* sem atualizações, as imagens produzidas no passado próximo são resultantes das inter-relações sociais do espaço vivido, portanto são imagens sujeitas a atualizações constantes. O processo de releitura das fotos pode ter continuidade, uma vez que educandos e educadores fazem parte da mesma comunidade e são sujeitos da mesma ação.

Para Camargo (1999, p. 109), “genericamente a linguagem pode ser entendida como um sistema mínimo de expressão, que seja capaz de transmitir informações entre as pessoas. A linguagem seria o meio que se utiliza para expor ideias e a expressão é o ato de expô-las”.

Considerando que a linguagem fotográfica consiste em parte integrante da linguagem visual, é de suma importância observar o que foi dito pelos educandos durante a realização dos seminários sobre os objetos fotografados no percurso e que informações geográficas podem ser extraídas do cenário fotografado, uma vez que “as imagens não falam por si só, nós é que nos falamos através delas” (CAMARGO, 1999, p. 111).

No sentido de tornar o processo de análise das cenas fotografadas em campo mais viável, evitando assim repetições de conteúdos e de acordo com os objetivos do trabalho, optamos por selecionar cinco fotografias das sessenta e quatro preferidas pelos dezesseis alunos que participaram da apresentação do seminário da 2ª Jornada.

O processo de seleção de amostra fotográfica é complexo, exige tempo e tomada de decisão. Segundo Collier Jr. (1973, p. 36), “a arte fotográfica é um processo de abstração; jamais construímos algo produzindo um documento completo. Em todo sentido, praticamente a fotografia é um processo que impõe muita seleção”.

De acordo com Camargo (1999, p. 19), “as imagens são capazes de cumprir funções específicas, independente de seus conteúdos”. Para o mesmo autor, as funções das imagens resultam “[...] de sua utilidade, finalidade ou necessidade e ainda do papel que cumpre um dado contexto, portanto suas funções podem ser representativas, informativas, simbólicas, documentais, expressivas ou pedagógicas, entre outras, dependendo do ponto de vista”.

Assim, preferimos selecionar as fotografias com base na função documental. Camargo (1999, p. 24) declara que é “[...] documental quando, além de registrar e traduzir com grande proximidade a fonte da qual se origina e as condições em que foi realizada, contém em si um alto grau de veridicção, de ser considerada verdadeira”.

A principal função da imagem documental é, portanto, a capacidade de registrar fatos identificando o lugar e de que forma aconteceu. Na avaliação de Camargo (1999, p. 24), “elas nos permitem julgar, avaliar, ponderar, diagnosticar, constatar, prever, prevenir apenas pela observação de uma simples imagem cuja aparência seja próxima ao que nos habituamos a ver no cotidiano”.

Nesse sentido, a fala dos alunos durante a apresentação das fotos nos seminários converge para a afirmação de Camargo (1999). Caenã Pereira Silva, partícipe da pesquisa, descreve que “essa foto foi tirada porque é uma rede que ele está fazendo, é por motivo de sobrevivência dele, é para pescar” (Informação verbal).<sup>29</sup>

A foto retrata uma cena do cotidiano dos pescadores, ou seja, após cada pescaria, a rede é reparada e consertada (Figura 45). Esse procedimento tem a finalidade de conservar seu principal instrumento de trabalho em perfeitas condições para a próxima pescaria. Nas palavras de Caenã, “é por motivo de sobrevivência dele”.



Figura 45 - Pescador consertando rede de náilon  
Fonte: SILVA, Caenã Pereira, 2012

<sup>29</sup> Informação fornecida por Caenã Pereira Silva, 15 anos, aluno do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

O reparo dos instrumentos de trabalho dos pescadores é realizado pelos tripulantes das embarcações nas horas de folga, no próprio local onde a pescaria é realizada, no entanto, como a dinâmica da atividade pesqueira se modificou ao longo dos anos, hoje alguns pescadores do litoral ribamarense residem na cidade, então usam os quintais ou a parte da frente da casa para essa tarefa. Na concepção de Collier Jr. (1973, p. 49), “as ruas da cidade podem ser um laboratório prático para análise fotográfica de fenômenos sociais”, assim descortina-se um painel de tarefas da pescaria em plena zona urbana.

A aluna Talita Cristina Cantanhede Costa, ao comentar a respeito da foto apresentada durante o seminário, chamou a atenção para o problema do lixo (Figura 46) e disse que tirou a foto “por causa da quantidade de lixo no mangue” (informação verbal).<sup>30</sup>



Figura 46 - Lixo na margem direita do Igarapé do Vieira - São José de Ribamar/MA  
Fonte: COSTA, Talita Cristina Cantanhede, 2012

O cenário, embora pareça estranho, “lixo no mangue”, infelizmente foi registrado por outros alunos durante as jornadas. Demonstra que a paisagem geográfica, embora natural,

---

<sup>30</sup> Informação fornecida por Talita Cristina Cantanhede Costa, 13 anos, aluna do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.



expõe alguns dos problemas ambientais registrados nas cidades: a questão do lixo urbano. Neste caso, a presença do lixo no ambiente marinho contribui para a diminuição de várias espécies aquáticas, entre elas mariscos, crustáceos e outros víveres coletados no mangue e que fazem parte da tradição alimentar dos litorâneos e moradores do local.

Com o registro fotográfico de Daniel Correa dos Santos pode-se discutir a construção, manuseio e uso das embarcações que ancoram nos portos de São José de Ribamar (Figura 47). Daniel assim comenta: “tirei essa foto porque achei legal, porque muitas pessoas precisam de barco para trabalhar, transportar pessoas e pegar peixe” (informação verbal).<sup>31</sup>



Figura 47 - Embarcações no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA  
Fonte: SANTOS, Daniel Correa dos, 2012

“Precisar de barco” significa realizar tarefas do cotidiano, sustentar a família, viajar, transportar mercadorias e pessoas, meio de ganhar a vida, participar de atividades econômicas e sociais do município. Tais tarefas também fazem parte dos saberes dos alunos e vão proporcionar uma melhoria no processo de aprender Geografia através do registro fotográfico

---

<sup>31</sup> Informação fornecida por Daniel Correa dos Santos, 13 anos, aluno do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

de tarefas da realidade material cotidiana. Na concepção de Collier Jr. (1973, p. 7), “as fotografias são registros preciosos da realidade material”.

A cena fotografada por Luana Beatriz Neves da Silva pode ser entendida como uma ação de mudança tecnológica, pois as embarcações construídas hoje não são do mesmo modelo e não possuem as mesmas características de embarcações do passado, isso porque as tecnologias mudam rapidamente, tornando-se difícil sua compreensão e, conseqüentemente, seu registro. Luana afirmou o seguinte no seminário: “tirei essa foto porque ainda não tinha visto um barco sendo feito, e eu tive oportunidade de ver um barco sendo feito” (informação verbal).<sup>32</sup>

O processo de construção de embarcações (Figura 48) para uso na pesca passa por várias etapas, entre elas destaca-se a definição do comprimento, largura e profundidade até a definição quanto à força propulsora, ou seja, se vai ser movida por motor ou a vela. Esse processo finda com a colocação da última tábua no estaleiro para a *posteriori* ser colocada na água, tarefa que demanda tempo e conhecimento do processo.



Figura 48 - Construção de biana em estaleiro no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA  
Fonte: SILVA, Luana Beatriz Neves da, 2012

<sup>32</sup> Informação fornecida por Luana Beatriz Neves da Silva, 12 anos aluna do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

Na visão de Collier Jr. (1973, p.44), “um processo deve ser fotografado de tal modo, que as etapas específicas possam ser isoladas. É por intermédio desta observação sistemática que uma tecnologia pode ser concebida funcionalmente”. Fotografar as etapas do artifício de construção das embarcações não somente traz informações visuais, registro de saberes dos carpinteiros navais, como também permite que futuras gerações possam tomar conhecimento da construção como um todo.

A fotografia de Victor Daniel Costa de Sousa Araújo trata de uma fábrica localizada em uma paisagem típica da economia local, o porto. Para Victor, a fábrica de gelo (Figura 49) é quem mais lhe chamou a atenção dentre as fotos escolhidas para serem expostas durante o seminário, “por ser muito bonita e eu nunca ter ido lá, foi a primeira vez né, achei muito interessante como eles fazem gelo” (informação verbal).<sup>33</sup>



Figura 49 - Fábrica de gelo no porto da Siribeira - São José de Ribamar/MA  
Fonte: ARAÚJO, Victor Daniel Costa de Sousa, 2012

<sup>33</sup> Informação fornecida por Victor Daniel Costa de Sousa Araújo, 13 anos, aluno do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

Para Collier Jr. (1973, p.106), “[...] a presença de certos elementos identifica claramente a influência cultural”. Embora a instalação de uma fábrica em um porto possa alterar significativamente a paisagem do lugar, a instalação da fábrica nesse local se torna indispensável para as atividades desenvolvidas pelos pescadores, uma vez que o produto procedente da fábrica faz parte do processo de sua produção, ou seja, o gelo produzido e comercializado no local é responsável pela conservação do pescado em caixas de madeira ou isopor; pescado esse comercializado em feiras e mercados locais, além de exportado para outros lugares.

Os registros dos aspectos do cotidiano da comunidade foram nomeados como paisagem natural, cultural e social. Com base na quantidade de elementos visíveis nas cenas fotografadas, subdividiu-se em: natural/cultural/social (Figura 45), natural/social, cultural/social (Figuras 44 e 46), natural/cultural (Figura 47), identificação de elementos naturais, culturais e sociais.

Segundo Collier Jr. (1973, p.107), um “[...] passo para se transformar a imagem visual em conclusão científica é condensar a evidência encontrada durante a análise total ou transformar as variáveis em quadros estatísticos, tabelas e diagramas”. Assim, apresentamos o resultado dos elementos visíveis e identificados nas fotos: não houve cenas com elementos da paisagem exclusivamente natural, com elementos da paisagem social: 10%, com informações da paisagem cultural: 30%, com subsídios das paisagens natural/cultural/social: 5%, com fenômenos das paisagens natural/social: 1,25%, com dados das paisagens natural/cultural: 16,25% e, por último, com informações da paisagem cultural/social: 37,50%.

A análise dos resultados da amostragem obtida durante as fotografias deixa clara a opção dos alunos pelas paisagens com enfoque cultural e social. O processo é resultante do modo de vida dos litorâneos e também da relação das fotografias com os saberes culturais e sociais, por serem imagens que fazem parte do cotidiano da comunidade pesqueira.



### 5.3.5 Os seminários

O seminário é uma técnica de ensino muito utilizada na graduação e na pós-graduação, mas pouco utilizada no ensino básico. Aplicada em trabalhos de grupo, permite uma ampla discussão do tema abordado.

Nos grupos formados com objetivos educacionais, a interação deverá estar sempre provocando uma influência recíproca entre os participantes do processo de ensino, o que permite afirmar que os alunos não aprenderão apenas com o professor, mas também através de troca de conhecimento, sentimento e emoções dos outros alunos (VEIGA, 1991, p. 105).

Para Veiga (1991, p.106), “etimologicamente o nome desta técnica vem da palavra latina *seminariu*, que significa viveiro de plantas onde se fazem as sementeiras”, sementes que foram lançadas durante o trabalho de campo, estiveram em discussão durante o seminário e espera-se o incremento de bons frutos ao longo dos anos subsequentes.

O seminário como técnica de ensino/aprendizagem, adaptado ao trabalho coletivo, apresenta-se como um instrumento indicado na utilização de exposição oral, compatível com o discurso e o debate. Na visão de Veiga (1991, p.112), “o seminário é de grande valia quando se pretende apresentar um tema novo ou aprofundar um assunto mais polêmico”. Assim, a técnica de ensino proporciona aos educandos uma excelente oportunidade de exposição oral, além de estimular a troca de saberes, socializar e divulgar o conhecimento e permitir que a temática abordada seja mais dinâmica, contribuindo, portanto, para a melhoria do ensino e da aprendizagem da Geografia do lugar.

A primeira “Jornada Geográfica Litorânea”, “projeto piloto”, teve sua culminância na sala de aula da escola locus da pesquisa com a apresentação de um seminário realizado com os alunos do 6º ano, uma semana após a última equipe concluir o trabalho de campo.

O seminário foi dividido em duas etapas: a primeira constou da preparação individual dos discentes, com a escolha de duas fotos por aluno, obtidas em campo e de um desenho da paisagem local. A escolha do desenho e das fotos foi realizada pelos alunos na própria escola, no caso das cenas fotografadas, levou-se em consideração o interesse de cada um, sistematizando, assim, o seminário, com uma amostragem individual dos trinta e cinco alunos participantes do evento.

Embora a jornada em campo tenha ocorrido em equipes formadas por quatro e cinco alunos, a apresentação do seminário foi individual, isso porque resolvemos escutar o depoimento de todos os alunos que fizeram parte do evento. Buscamos com isso incentivá-los, uma vez que o conhecimento e envolvimento dos sujeitos são indispensáveis na pesquisa participativa.

A segunda etapa ou a apresentação do seminário propriamente dito aconteceu no dia 17 de dezembro de 2010 e teve início às 08:00 h, em uma sala de aula, com a apresentação oral dos trabalhos, isso porque a escola não dispõe de auditório ou outro espaço para a apresentação de tarefas escolares.

Estiveram presentes na apresentação do seminário dez pais de alunos que vieram prestigiar seus filhos, em que pese a direção da escola ter enviado convites pelos próprios educandos para todos os pais da classe em questão. Fizeram-se presentes, além do pesquisador e da professora de Geografia, Celene de Jesus Ferreira Costa, Paulina Helena Lopes, diretora da escola, Joana Borges de Oliveira Cutrim, professora de Matemática e Duzarí de Maria Ferreira Andrade, professora de Artes e Ética; estas últimas acompanharam

os alunos nas jornadas, em função da ausência da professora de Geografia em duas oportunidades.

A diretora iniciou o seminário agradecendo a todos, discorreu sobre o valor de uma pesquisa dessa natureza para a escola, em seguida se manifestou a professora Celene de Jesus Ferreira Costa que enfatizou a importância do estudo do meio como método de ensino para as aulas de Geografia.

Obedecendo ao cronograma de saída das equipes para o campo, foi a vez de os alunos descreverem, de forma oral, para a plateia presente o cenário das fotos projetadas na tela e os motivos que os levaram a desenhar paisagens do cotidiano litorâneo.

No final do seminário, um dos pais, o sr. Antônio Carlos Sousa Rodrigues (2010), falou de sua satisfação em estar presente em uma atividade realizada pela escola com a participação de sua filha e da importância de aulas com esse objetivo.

Fiquei muito agradecido, muito feliz com o trabalho da escola, juntamente com o professor aqui, de poder fazer essa caminhada, se dedicar a cada minuto e cada dia por esse trabalho. Para mim foi um aprendizado também, aprendi muito com isso, pois fui questionado com algumas perguntas e, diante dessas perguntas, eu comecei a valorizar cada momento e, com certeza, foi muito proveitoso tanto para os alunos e para mim também, eu fiquei agradecido (informação verbal).<sup>34</sup>

O segundo seminário relativo ao encerramento da 2ª “Jornada Geográfica Litorânea”, a exemplo do primeiro, também ocorreu em uma sala de aula da escola, no dia 29 de junho de 2012, às 8:30 h, uma semana após o término do trabalho de campo, com a presença da professora de Geografia, Maira Rejane Oliveira Pereira, do pesquisador, das coordenadoras pedagógicas da Secretaria de Educação Municipal Ana Gissele, Sandra Regina, Conceição Aguiar e Célia Raquel, da professora da Universidade de São Paulo - USP, Dra. Regina

---

<sup>34</sup> Informação fornecida por Antônio Carlos Sousa Rodrigues, pai de aluno do 6º ano, em São José de Ribamar/MA, em 2010.

Araujo de Almeida (orientadora do pesquisador), do professor MSc. José Camilo Ramos de Sousa da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Campus Parintins, seis pais e dezesseis alunos do 6º ano da turma B.

O seminário como elemento de avaliação da “Jornada Geográfica Litorânea” constou da preparação dos alunos, escolha dos registros fotográficos de quatro fotos cada um, sequência das apresentações, exposição das fotos em tela com uso de datashow e relato da experiência das memórias do trabalho de campo.

A professora Maira Rejane deu início ao seminário abordando a importância da aula de campo e das possibilidades que uma tarefa com essas características implica para o processo ensino/aprendizagem dos educandos. Em seguida, os alunos se pronunciaram individualmente (Figura 50), de acordo com um cronograma preestabelecido. Após a fala dos discentes, manifestaram-se o pesquisador, sua orientadora, a coordenadora pedagógica Sandra Regina e o professor José Camilo.



Figura 50 - Aluno do 6º ano B apresentando seminário  
Fonte: Arquivo do autor/2012

No final da apresentação do seminário, três mães emitiram considerações sobre o evento e sobre a importância das aulas fora da sala de aula. A primeira revelou: “gostei do trabalho deles, eles tem que especializar mais no conhecimento da cidade, tem que aprofundar mais nos temas, saber como eles podem identificar as coisas para poder apresentar melhor. Eu gostei” (informação verbal).<sup>35</sup>

A segunda mãe falou: “gostei muito do trabalho deles, eles estão mostrando um pouco a cidade que é muito bonita, só que está muito largada, a praia muito imunda [...] não é como antigamente onde a gente tomava banho na praia” (informação verbal).<sup>36</sup>

A terceira mãe comentou: “gostei das fotos dos alunos, inclusive o meu filho não queria vir hoje para a escola com medo de errar, o que eu vou falar na frente?” (informação verbal)<sup>37</sup>

Nesse sentido, as informações sobre os resultados obtidos com a pesquisa se fazem necessárias para a socialização junto à comunidade em geral e, especialmente, a escolar, pois, segundo Lacoste (2006, p. 92), “dar conta de sua pesquisa àqueles que ele estudou é para um pesquisador uma experiência apaixonante: além do interesse científico, ela lhe mostra, frequentemente, que ele serve verdadeiramente para alguma coisa”.

Para a apresentação de seminário envolvendo alunos com idades entre 11 e 13 anos, é necessário que a linguagem seja adequada, que haja envolvimento e confiança entre professor e alunos, uma vez que, nessa faixa etária, é comum o bloqueio oral, principalmente quando esse público é formado por colegas de classe, professores e pais.

O êxito de um seminário com essas características passa necessariamente pela oportunidade que se cria junto aos alunos de expor suas ideias, mesmo que sua exposição oral

---

<sup>35</sup> Informação fornecida por Cristiane Pinheiro Cantanhede, mãe de aluno do 6º ano B, da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva em São José de Ribamar/MA, em 2012.

<sup>36</sup> Depoimento da mãe de um aluno do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes em São José de Ribamar/MA, em 2012.

<sup>37</sup> Depoimento da mãe de um aluno do 6º ano B da Escola José Ribamar Moraes em São José de Ribamar/MA, em 2012.

seja tímida, mas o ato de estar perante uma plateia é um ponto positivo, além de estimular a reprodução do conhecimento do lugar, motivando-os a participar de novos projetos e tarefas escolares.

Cabe ao professor estabelecer os objetivos do seminário, orientar o desenvolvimento dos conteúdos a serem exibidos, estabelecer normas, organizar a sequência didática das apresentações, controlar o tempo, mediar os conflitos e estimular os alunos para que sejam sujeitos ativos e independentes.

A apresentação de seminários como atividade pedagógica possibilita ao aluno o desenvolvimento da independência escolar, estimula a criatividade, amplia o gosto pelo estudo, e contribui com a formação da personalidade do educando.

## 6 CONCLUSÕES

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo nem ensino*.

Paulo Freire

Esta tese se propôs a investigar se os saberes geográficos dos estudantes da rede pública municipal de ensino, relativos à orientação geográfica, dinâmica das marés e vento, estavam presentes ou não no currículo escolar, e quais estratégias didáticas seriam possíveis delinear para que os saberes e tradições populares dos litorâneos não fossem perdidos ao longo do tempo.

O desenvolvimento de uma proposta metodológica para aprender e ensinar Geografia e Cartografia, com base em estudo do meio, foi desenvolvida e aplicada com o escopo de garantir às gerações futuras um conjunto de conhecimentos valiosos e indispensáveis acerca dos saberes geomarítimos da comunidade ribamareense.

Assim, surgiu a aula de campo denominada “Jornada Geográfica Litorânea”, realizada com alunos do 6º ano da Escola Municipal José Ribamar Moraes Silva com a finalidade de testar uma metodologia de ensino com base nas tradições pesqueiras que envolvem captura, transporte e comercialização do pescado, que não se perdesse ao longo do tempo e que despertasse no educando, filho do trabalhador da interface continente/oceano, a autoestima e a necessidade de manter preservada a cultura local, que é ímpar e faz parte da história de vida de uma porção considerável da população ribamareense.

A “Jornada Geográfica Litorânea” foi pensada também com o propósito de aproximar os alunos dos professores, numa relação participativa quando da elaboração dos conteúdos ministrados em sala de aula que dizem respeito a tarefas desenvolvidas pelos seus genitores e que foram observados ao longo do percurso trilhado, tendo em vista o desafio de sistematizar

um método que agrupasse a observação das paisagens e, ao mesmo tempo, registrasse em fotos, entrevistas, observações e desenhos o cotidiano dos litorâneos.

O ensino de Geografia deve fazer parte do cotidiano da escola, propiciando ao educando uma reflexão a respeito da utilização dos elementos geográficos, representados em mapas, cartas, plantas, entre outras representações, não apenas como símbolos cartografados levados como figuras ilustrativas para as aulas de Geografia ou ciências afins, mas como marcos que estão presentes em ruas, avenidas, praças, becos, praias e portos, entre outros lugares e que fazem parte do cotidiano da população em geral e, em particular, dos alunos da rede pública municipal de ensino.

Os elementos da paisagem sistematizados nos espaços conhecidos, como, por exemplo, os deslocamentos diários do percurso casa/escola/casa, porto/pesqueiro/porto (esse último relacionado à labuta diária de pescadores, revendedores de peixe, marisqueiras, entre outros profissionais ligados às tarefas cotidianas da orla marítima), devem ser de fácil reconhecimento, propiciando a compreensão do aluno acerca da organização espacial da sociedade e da maneira como esse espaço é representado cartograficamente.

A proposta metodológica desenvolvida ao longo da pesquisa para alunos do 6º ano do município de São José de Ribamar incluiu, entre outros materiais didáticos, a produção de mapas de avenidas, ruas, igarapé, becos, portos, praias e entorno da escola, com uma linguagem simples, alternativa, mas rica em noções básicas de cartografia escolar, capaz de despertar no educando a afetividade e criar um vínculo de pertencimento com o lugar. Cada lugar cartografado no mapa é de fácil reconhecimento pelos estudantes, pois revela feições importantes do seu cotidiano, além de despertar maior interesse em participar do processo de aprender e ensinar Geografia através dos mapas.

Nesse contexto, as oficinas de construção de bússola artesanal, a leitura de documentos cartográficos, a construção de globo artesanal e o mapeamento de áreas com uso



do Google Earth e do programa Corel-DRAW X5, a produção de mapas do entorno da escola, desenvolvidos ao longo da pesquisa para professores da rede pública de ensino municipal, demonstram que o processo de formação continuada dos docentes pode colaborar com a sistematização dos conteúdos que dizem respeito ao lugar de vivência dos educandos, contribuindo, assim, para o processo de aprender e ensinar Geografia e Cartografia.

Acreditamos que todo o acervo produzido durante a execução da pesquisa pode ser aproveitado como material didático para os professores da rede municipal de ensino em diversas escolas, funcionando como ferramentas de discussão sobre os mais diversos aspectos da organização do espaço e da cultura da comunidade litorânea local.

A experiência de trabalhar com o estudo do meio, como metodologia para ensinar e aprender Geografia e Cartografia, evidencia a importância da observação da paisagem do espaço vivido como lugar de múltiplos olhares. Assim, o olhar de cada sujeito baliza em uma direção, atribuindo-lhe identidades sociais, ambientais e culturais.

As “Jornadas Geográficas Litorâneas” revelaram, em primeiro lugar, o descompasso que é o processo ensino/aprendizagem de teorias geográficas em sala de aula e o processo fora da sala de aula, de conteúdos geográficos que fazem parte do cotidiano de alunos e professores. Em segundo lugar, o desafio do professor em lançar-se em um ambiente com riscos e assumir a postura pedagógica de ser sempre um aprendiz, em uma sociedade onde ser diferente não é habitual, pois, coletivamente, somos o resultado de um processo alienante que ainda persiste em alguns cursos de formação de professores de nossas universidades.

A pesquisa aponta para a necessidade da sistematização de um currículo escolar que leve em consideração os ofícios desenvolvidos diariamente pela comunidade litorânea, que resgate o saber tradicional que envolve as tarefas pesqueiras, como, por exemplo, construção de embarcações, redes e apetrechos associados à pesca artesanal, sob pena de se perder, ao longo do tempo, um saber que outrora fora repassado de pai para filho.

É preciso despertar no educando a autoestima e o interesse pelo saber geográfico do seu cotidiano, uma vez que ficou visível, durante as Jornadas, a falta de informação sobre alguns lugares trilhados, como, por exemplo, os estaleiros, a fábrica de gelo e os portos, no entanto se, por um lado, falta informação do discente, por outro, o professor também desconhece o cotidiano do seu aluno, o que dificulta a sistematização de conteúdos que dizem respeito à inter-relação entre os espaços global, nacional, regional e local.

As revelações de elementos da paisagem através da exposição de fotografias, durante a apresentação dos seminários, apontam para o direcionamento de alunos como produtores de imagens do cotidiano da população litorânea, com informações visuais do cotidiano dos litorâneos, reconhecimento dos saberes através de enquadramentos angulares das fotografias, e, também, como superação da prática de aulas enfadonhas e repetitivas que não contribuem em nada com o processo ensino/aprendizagem.

Os diversos olhares dos educandos durante a realização das Jornadas descortinaram lugares que ainda não são visíveis no currículo da escola, no entanto plenos de significado para os alunos.

Ficou evidente o interesse dos pais pela investigação durante o processo de visitação que realizamos nas residências de todos os alunos envolvidos na pesquisa. O fato de averiguarem a respeito da presença do pesquisador em seus lares demonstra a importância e o interesse pela escolariza o formal de seus filhos.

A presença dos pais na apresenta o dos seminários de encerramento das “Jornadas Geográficas Litorâneas” se, por um lado, evidencia o interesse em participar das tarefas pedagógicas desenvolvidas na escola, por outro, oportuniza a no o de um novo olhar frente às mudanças de atitude dos professores e, por que não dizer, da escola.

Outro aspecto constatado quando da apresenta o dos seminários como atividade pedagógica foi o desempenho dos alunos, considerando que o processo de aprendizagem vai

se ampliando na medida da socialização do conhecimento. Os seminários se constituíram em oportunidades ímpares para estimular a criatividade, ampliar o gosto pelo estudo da Geografia, além de contribuir para a explicação da realidade dos caminhos trilhados durante as jornadas.

É preciso considerar que o encaminhamento do trabalho foi direcionado para uma determinada área da zona urbana municipal e que outros lugares podem ser explorados com a mesma finalidade. Como sugestão pode-se trilhar os seguintes percursos: escola/feiras e mercados, escola/santuário religioso da cidade, escola/parque botânico da cidade, escola/manguezal, escola/rios e riachos que cortam o município, escola/centro comercial, entre outros itinerários.

Sugere-se também a prática de aulas com uso de outras metodologias de ensino que possam dialogar com a comunidade litorânea, como a música, a poesia e as artes de modo geral, uma vez que essas linguagens se fazem presentes no cotidiano dos alunos, passíveis, portanto, de serem trabalhadas como recursos didáticos nas aulas de Geografia, na rede municipal de ensino.

Para que o professor possa trabalhar com múltiplas linguagens, é imprescindível uma mudança de atitude do educador, superando a prática de ensino centrada somente nos fragmentos contidos nos conteúdos livrescos descontextualizados da realidade local. Não queremos com isso dizer que o lugar do cotidiano do aluno seja sempre o ponto de partida para ensinar e aprender Geografia e Cartografia, mas poderá ser uma alternativa para a problematização de estudos geográficos de outros lugares.

As observações realizadas durante a pesquisa mostraram que, para que haja continuidade do processo ensino/aprendizagem da Geografia e Cartografia com aulas do lado de fora da escola, é necessário que o professor esteja empenhado com o processo de mudança do comportamento didático e que a ação positiva por ele realizada possa contagiar seus pares

através da troca de experiência, para que assim, em um futuro próximo, seja possível um trabalho interdisciplinar.

Espera-se que a proposta metodológica de ensinar e aprender Geografia e Cartografia com o estudo do meio trilhado por avenidas, ruas, becos, mangues, praias e portos, possa contribuir com a sistematização de um currículo escolar para o ensino fundamental da rede pública municipal ribamareense, que contemple os lugares percorridos, resgate os saberes tradicionais dos litorâneos, a fim de que o conhecimento não se perca ao longo dos anos e que a comunidade, residente no município de São José de Ribamar, possa usufruir desses saberes por várias gerações.

Ensinar e aprender exige sacrifícios. Os guarás, aves de penugem avermelhada que habitam as reentrâncias maranhenses, voam em bando com uma ave à frente simbolizando uma seta. Quando o líder se cansa, volta para o final da fila e o próximo toma seu lugar, e assim segue o bando até o ninhal. O processo ensino/aprendizagem é semelhante ao voo dos guarás: quando o professor que lidera o processo se aposenta, é substituído por outro imediatamente que toma a iniciativa de guiar e motivar a turma na expectativa de alcançar voos mais elevados, contribuindo, assim, para a continuidade do processo didático.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, p. 51-67, jul. 2006.

ALMEIDA, Rosângela Doin. **Do Desenho ao Mapa**: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_, Rosângela Doin.; PASSINI, Elza Yasuko. **O Espaço Geográfico**: ensino e representação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de Campo: uma ferramenta do geógrafo. **Revista Geosp**. n. 2, p. 85-89, 1997.

ALVES, Wanderson Ferreira. A Formação de Professores e as Teorias do Saber Docente: contextos, dúvidas e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2007.

AMARAL, Ilídio do. Acerca de Paisagem: apontamentos para debate. **Finisterra**, Lisboa, n. 36, v. 72, p. 75-81, 2001.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO JUNIOR, José. O Aluno, o Professor e a Escola. In: PASSINI, Elza Yasuko.; PASSINI, Romão.; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de Ensino de Geografia e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARAÚJO, Victor Daniel Costa de Sousa. 2012. 1 **fotografia**, color., tamanho 10 cm x 16 cm.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da visão criadora. 4 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2005.

ARROYO, Miguel. Produção de Saber em Situação de Trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**. São Paulo, vol. 12, nº 1, p. 1-12, jan/jun, 2003.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A Pesquisa Sobre a Atividade Pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**. FEUSP, n. 29, p. 108-118, maio /jun /jul /ago, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT- **instalações hidráulicas e sanitárias**. Disponível em: < [http://www.ufv.br/dea/ambiagro/arquivos/Apostila%20hidraulica\\_sanitaria\\_final.pdf](http://www.ufv.br/dea/ambiagro/arquivos/Apostila%20hidraulica_sanitaria_final.pdf) >. Acesso em: 20 jun. 2011.

AZAMBUJA, Leonardo. A geografia na formação de professores indígenas: o projeto vãfy. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André (org.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BAILLY, Antone. Mégalopoles du Monde em Images. **Revue Mappemonde**. Montpellier, n. 4, p. 6-7, 1991.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 21, n. 83, p. 87-93, abr./jun. 1992.

BECKER, Fernando. Ensino e construção do conhecimento; o processo de abstração reflexionante. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./jun, p. 87-93, 1993.

BEZERRA, Bruna da Silva. **Saberes Docentes no Cotidiano Escolar: uma análise no cenário dos ciclos e da progressão continuada**. 2009. 176 f. Dissertação - (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOEMER, Magali Roseira. A Condução de Estudos Segundo a Metodologia de Investigação Fenomenológica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto: v. 2, n. 1, p. 83-94, jan, 1994.

BOESCH, Hans.; CAROL, Hans. Princípios do Conceito de "Paisagem". **Boletim Geográfico do IBGE**. Rio de Janeiro: n. 202, ano 27, p. 26-29, jan/fev, 1968.

BOLIGIAN, Levon. et al. **Geografia Espaço e Vivência**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: Atual Editora, 2009.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O Homem e o Espaço**. Curitiba: UFPR, 2008.

BOMFIM, Natanael Reis. A geografia da percepção e a percepção da geografia na escola. **Geografia**, Rio Claro, v. 23(1), p. 75-89, abril/1998.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BORGES, Cecília.; TARDIF, Maurice. Saberes Docentes. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXII, n. 74, p. 11-26, abr, 2001.

\_\_\_\_\_, Cecília. Saberes Docentes: diferentes tipologias e classificações de um campo de pesquisa. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXII, nº 74, p. 59-76, abr, 2001.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, Carlos Rodrigues. (org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.  
BRASIL, Sandra. Brasil em 10 vocações. **VEJA**. Edição 2180, ano 43, nº 35, p.126-132, semanal. São Paulo, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: geografia. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Orientação interna INSS/DIRBEN nº 155 de 18 de dezembro de 2006**. Disponível em: <  
[http://www.jetags.org.br/nx/download/previdencia/disben\\_155.pdf](http://www.jetags.org.br/nx/download/previdencia/disben_155.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2001.

BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Cartilha do usuário do registro geral da pesca – RGP: direitos à benefícios para quem vive da pesca: cadastre-se**. Paraná: SEAP, [200-?].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura 2005. Disponível em: <  
<http://www.mpa.gov.br/map/seap/jonathan/mpa3/info-estatistica/docs/cadastramento-da-frota-pesquisa-do-litora-norte-nordeste.pdf>>. Acesso em: 15 out.2011.

BUTT, Graham. **O Planejamento de Aulas Bem-Sucedidas**. 2 ed. Special Book Services São Paulo: Livraria, 2009.

CALLAI, Helena Copetti; CAVALCANTI, Lana de Souza; CASTELAR, Sonia Maria Vanzella. Lugar e cultura urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil. **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v.1 n. 28, p. 91-108, jan-jun/2007.

\_\_\_\_\_, Helena Copetti.; ZARTH, Paulo Afonso. **O estudo do município e o ensino de história e geografia**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

CAMARGO, Isaac Antônio. **Reflexões sobre o pensamento fotográfico**. Londrina: UEL, 1999.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. 143f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Giovanna Marget Menezes. Trajetória formativa: entrelaçando saberes... estudo do meio como lugar de aprendizagem do discente. **Avaliação**, Campinas. v.14, n. 3, p. 713-726, Nov. 2009.

CARDOSO E SILVA, Cláudio Mário Oliveira. **Desenho**, Pinheiro/MA, 2012.

CARMELENGO, Leonor Inês.; TORRES, Eloiza Cristiane. Ensino de Geografia por Meio do Trabalho de Campo. In: ASARI, Alice Yatiyo.; ANTONELLO, Ideni Terezinha.; TSUKAMOTO, Ruth Youko (org.). **Múltiplas Geografias: ensino, pesquisa e reflexão**. Londrina: Humanidades, 2004.



CARVALHO, Silvia Méri.; CAVICHIOLI, Maria Angélica Bizari.; CUNHA, Fábio César Alves da. Paisagem: evolução conceitual, métodos de abordagem e categoria de análise da Geografia. **Revista Formação**. Presidente Prudente: n. 9, v. 2, p. 309-348, 2002.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella.; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

\_\_\_\_\_, Sônia Maria Vanzella. Educação geográfica: formação e didática. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa.; MORAES, Loçandra Borges de. **Formação de Professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: ed. Vieira, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**, São Paulo: 3 ed. Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2005.

\_\_\_\_\_, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**, Papirus, São Paulo, 2008.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: 3. ed. Francisco Alves, 1990.

CORREIA, Marcos Antonio. Possibilidades Epistemológicas e Pedagógicas da Geografia Humana em Tronco Humanístico-Cultural, **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v.2 n. 29, p. 143-162, ago/dez/2007.

COLLIER JR, John. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1973.

COLLOT, Michel. Pontos de Vista Sobre a Percepção das Paisagens. **Boletim de Geografia Teórica**, 20(39) p. 21-32, 1990.

COLL, César. Construtivismo e Educação Escolar: nem sempre falamos da mesma coisa e nem sempre o fazemos da mesma perspectiva epistemológica. In: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José. **Conhecimento Cotidiano, Escolar e Científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_, César. Construtivismo e Intervenção Educativa: como ensinar o que deverá ser construído?. In: **O Construtivismo na Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_, César.; SOLÉ, Isabel. Os professores e a concepção construtivista. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: 6. ed. Ática, 2004.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Ensinar é aprender, não é transmitir conhecimentos 2000 Disponível em:<  
<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/artigos> > Acesso em: 29 de outubro de 2012.

CRUZ, Valter do Carmo. O Rio como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da.; TAVARES Maria Goretti da Costa. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: UFPA, 2008.

COSTA, Talita Cristina Cantanhede. 2012. 1 **fotografia**, color, 10 cm x 16 cm.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros, **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 7, p. 69-76, jan./jun. 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DELVAL, Juan. Teses Sobre o Construtivismo. In: RODRIGO, Maria José.; ARNAY, José. **Conhecimento Cotidiano, Escolar e Científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: 3. ed. Atlas, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Pescadores, **Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Sant'Ana. Povos e Mares: uma retrospectiva de sócio-antropologia marítima. In. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIXIE, Gerard. **A sala de aula eficiente**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2006.

DOMINGUES, Álvaro. A Paisagem Revisitada. **Finisterra**, Lisboa: n. 36, v. 72, p. 55-56, 2001.

DUARTE, Newton. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Wigotski**. Autores Associados. Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da assim Chamada Sociedade do Conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo; n. 18, p. 35-40, set/out/nov/dez, 2001.

FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima. **Orientação Geográfica: uma proposta metodológica para o ensino da geografia na 5ª série**. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

\_\_\_\_\_, Alexandre Vítor de Lima; FONSÊCA, Karen Sheron Bezerra. Contribuições da Literatura de Cordel para o Ensino de Cartografia. **Geografia**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 123-132, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_, Alexandre Vítor de Lima; SANTOS, Irecer Portela Figueirêdo. O PROFBPAR/UFMA e a 2ª Licenciatura em Geografia: desafios e perspectivas. In: XI Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia, 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2011. p. 1 - 9.

FERNANDES, Ulisses da Silva. Paisagem: uma prosa do mundo em Merleau-Ponty. **GeouERJ**. Rio de Janeiro: Ano 11 v.3, n. 20, p. 23-47, 2º semestre de 2009.

FIORENTINI, Dario; SOUZA JR, Arlindo José de; MELO, Gilberto Francisco Alves de. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. **Cartografias do trabalho docente: professor (a)-pesquisador (a)**. Campinas: Mercado de Letras/ALB, p. 307-335, 2003.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez, 2005.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: 17ª. ed. Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**, São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Política e educação: ensaios**, São Paulo: 5. ed. Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: 25 ed. Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREINET, Célestin. **Para uma Escola do Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIXO, Manuel João Vaz. **Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: 3. ed. : Brasiliense, 1987.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**, São Paulo: 7. ed. Cortez, 2001.

GARCIA, Najara Mendes. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: transmissão geracional e processos de resiliência**. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2007.

GASPAR, Jorge. O Retorno da Paisagem à Geografia: apontamentos místicos. **Finisterra**, Lisboa: n. 36, v. 72, p. 83-99, 2001.

GIANNELLA, Letícia. A Historicidade de um Conceito: os diversos usos da paisagem ao longo do tempo na ciência geográfica. **GeoUERJ**, ano 10, v.2, n.18, p. 62-86, 2º semestre de 2008.

GOODEY, Brian.; GOLD, John. **Geografia do Comportamento e da Percepção**. Departamento de Geografia, UFMG. Publicação Especial, n. 3, 1986.

GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Natureza e Cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.), **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GOMES, Marquiana.; MENEGUETTE, Arlete. Como Fazer na Prática Pedagógica? Em Busca de uma Conciliação Entre o Ensino e a Aprendizagem. **Revista Formação**. Presidente Prudente: n. 9, v. 2, p. 349-366, 2002.

GONÇALVES, Amanda Regina.; ALMEIDA, Rosângela Doin. O 'Lugar' Não é Mais o Mesmo: articulação dos múltiplos espaços-tempos cotidianos nas práticas escolares. **Terra Livre**. Presidente Prudente, Ano 23, v. 2, n. 29, p. 231-246, ago/dez, 2007.

GRECO, Fátima Aparecida da Silveira. **Geografia(s), saberes, práticas e vivências culturais de jovens adolescentes**. 2000. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

GUERRA, Antonio Teixeira e GUERRA Antonio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: 8. ed. Bertrand, 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HENRIQUES, Lucas Fernando César; TORRES, Michelangelo Marques. Potencialidades do currículo de cultura na educação popular. In: ASSUNÇÃO, Raiane, (org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Ed. L, 2009.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: 8. ed. Paz e Terra, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana e OLIVEIRA, Janete Regina de, O Trabalho de Campo: reflexões sobre a tradição geográfica, **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.24, n. 1-2, p. 31-41, jan/dez. 2004.

HOLTZER, Werther. A Geografia Humanista Anglo-Saxônica: de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 55, nº 1/4, p. 109-146, jan/dez/1993.

\_\_\_\_\_, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano II, n° 3. p. 77-85. jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano IV, n° 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

KAISER, Bernard. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, p. 93-104, jul. 2006.

KATUTA, Ângela Massum. Representação do Espaço Vivido, Percebido, Imaginário e Concebido. **Boletim de Geografia**. São Paulo: 19(2), p.179-194, 2001

KOZEL, Salete. Mapas Mentais-Uma Forma de Linguagem: perspectivas metodológicas. In: (org.). Salete Kozel.; SILVA, Josué da Costa.; GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Da Percepção e Cognição à Representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XV volume. Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 2010.

JÚNIOR, Wellington Castellucci. **Pescadores da Modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)**. São Paulo: Annablume, 2007.

LACOSTE, Yves. A quoi sert Le paysage? Qu'est-ce qu'un beau paysage?. **Boletim Paulista de Geografia**. Tradução Luis Antonio Bittar Venturi. São Paulo: n. 79, p. 115-150, 2003.

\_\_\_\_\_, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, p. 77-92, jul. 2006.

LELIS, Isabel Alice. Do Ensino de Conteúdos aos Saberes do Professor: mudança de idioma pedagógico? **Educação & Sociedade**, São Paulo: ano XXII, n. 74, p. 43-58, abr, 2001.

LESSARD-HÉBERT, Michelle,; GOYETTE, Gabriel,; BOUTIN, Gérald. **Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: 3.ed. Instituto Piaget, 2008.

LESTEGÁS, Francisco Rodrigues. Propostas para uma Didática do Espaço Urbano: um enfoque crítico e construtivista. In: **O Construtivismo na Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. A Didática e a Aprendizagem do Pensar e do Aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**. FEUSP. São Paulo: n. 27, p. 4-24, set /out /nov /dez, 2004.

\_\_\_\_\_, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Maria do Céu de. **Revista Mercator**. UFC. Fortaleza: ano05, n.10, p.39-54, 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. **Conhecimento Escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

LOURENÇO, Claudinei. Trabalho de Campo: o laboratório por excelência do geógrafo. **Revista APOGEO**. n. 13/14, p. 2- 9 Lisboa, 1997.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.), **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Reflexões Sobre a Abordagem Perceptiva no Estudo da Paisagem. **Geografia**. Rio Claro. SP: v.11, n. 21, p. 143-147, 1986.

\_\_\_\_\_, Lucy Marion Calderini Philadelpho. O Estudo da Paisagem: uma abordagem perceptiva. **Geografia e Ensino**. ano 2, n. 8, p. 37-45. Belo Horizonte, 1988.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 1993.

MALYSZ, Sandra T. Estudo do meio. In: PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. A Arte do Pescador Artesanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém: v.6(1). p. 95-105. jun. 1990.

MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Questionários e Entrevistas-Algumas Considerações. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar. (org.). **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório.** São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

MARANHÃO, Gerência de Desenvolvimento Humano. **Proposta Curricular de Geografia: ensino fundamental de 5ª a 8ª série,** São Luís, 2000.

MARCO, Valéria de. Trabalho de Campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 84, p. 105-136, jul. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: 5. ed. Atlas, 2008.

MARQUES, Heitor Romero. Pesquisa e projeto de pesquisa. In: Netto, Alexandre Panosso; MARQUES, Heitor Romero (org.), **Reflexões em Turismo: Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UCDB Editora, 2004.

MARTINS, Joel. Uma Abordagem de Currículo na Perspectiva Fenomenológica. In: ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. (ogr.). **Um Enfoque Fenomenológico do Currículo: educação com poesias.** São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, Joel, BOEMER, Magali Roseira e FERRAZ, Clarice Aparecida. **Fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa:** algumas considerações. Ver. Esc. Enfermagem. USP, São Paulo, 24(1), p. 139-147, abril, 1990.

MARTINS, Maria Cristina. Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras, *Sisifo*. **Revista de Ciências da Educação.** Aracaju, n. 06, p. 71-84. mai/ago. 2008.



MASINI, Elcie F. Salzano. Algumas noções sobre a fenomenologia para o pesquisador em Educação. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v.19, n.1, p.71-78, jan/jun. 1993.

MATURANA, Humberto. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana.**: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MAURI, Tereza. O que faz com que o aluno e a aluna aprendam os conteúdos escolares? **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: 6 ed. Ática, 2004.

MAZETTI, Carlos Alberto. Desvendando e mapeando as paisagens do lugar em que vivo. In: BARBOSA, Cal. (org.). **Olhares-Registro de práticas pedagógicas**. São Paulo: V&B, 2002.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.), **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MELAZZO, Everaldo Santos.; CASTRO, Cloves Alexandre. A Escala Geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**. Presidente Prudente, Ano 23, v. 2, n. 29, p. 133-142, ago/dez, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_, Maurice. **A Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_, Maurice. **A Estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_, Maurice. **Conversas-1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo Educacional. 2009**, Disponível em: < <http://www.inep.gov.br> >, acesso em: 08/06/2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - **Índice 2011**, Disponível em: < <http://www.portalideb.gov.br> >, acesso em: 16/06/2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. IBAMA. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** (org.) Antonio Carlos Diegues e Reinaldo S. V. Arruda. São Paulo: USP, 2001.

MIRANDA, Antonio José Ferreira. **São José de Ribamar: nossa história, nossa cultura e nossa gente.** São Paulo, Cortez, 2009.

MIRAS, Marina. Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos: os conhecimentos prévios. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo: 6 ed. Ática, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil.** São Paulo: 2 ed. Annablume, 2007.

MOREIRA, Edma Silva, ROCHA, Rossilan Martins. Pesca Estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém: v.11(1). p. 57-86. jul. 1995.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Rui. A reestruturação espacial e as novas formas de sujeitos nas relações geográficas deste começo de século, **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 24, v.1 n. 30, p. 171-184, jan/jun/2008.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas, **Educação & Sociedade**, Rio de Janeiro, ano XXII, nº 74, p.121-142, abril/2001.

MYANAKI, Jacqueline. **A Paisagem no Ensino de Geografia:** uma estratégia didática a partir da arte. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_, Jacqueline. **Geografia e Arte no ensino Fundamental:** reflexões teóricas e procedimentos metodológicos para uma leitura da paisagem geográfica e da pintura abstrata. 2008, 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da Natureza e Tempo do Relógio-Tradição e Mudança em uma Comunidade Pesqueira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém: v.11(1). p. 5-18. jul. 1995.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepção e representação gráfica:** a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no amazonas. 2001, (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_, Amélia Regina Batista. Mapa Mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: 2. ed. Contexto, 2004.

NETO, José Mariano Bezerra, **São José de Ribamar/MA**, croquí. 2011.

OLIVEIRA, Antonio Marcos Machado de. et al. **Uma Metodologia de Trabalho de Campo para o Ensino de Geografia nas Séries Iniciais da Escola Fundamental**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/>. >Acesso em: mai, 2010.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: 4 ed. IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Claudia. **O Ambiente Urbano e a Formação da Criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, Livia de.; MACHADO, Marion C. Philadelpho Machado. Como adolescentes Percebem, Geograficamente, Relações Espaciais Topológicas e Euclidianas, Através de Pré-Mapas. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, SP. v. 5, n. 9 e 10, p. 33-62, 1975.

\_\_\_\_\_, Livia de. Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica. **Geografia**. Rio Claro, SP. v. 2 , nº 3. p. 61-72. abr. 1977.

\_\_\_\_\_, Livia de. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia**. Rio Claro, SP. v. 25, nº 2. p. 5-22. ago. 2000.

OLIVEIRA, Marlene Macário. O processo de Ensino-Aprendizagem na Geografia: uma revisão necessária, **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 24, v.1 n. 30, p. 151-170, jan/jun/2008.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de.; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAGANELLI, Tomoko Iyda. Imagem, Imaginação, Imaginário e a Representação do Vivido, Concebido e das Práticas Sociais. **Boletim de Geografia**. São Paulo: 19(2), p.176-179, 2001.

\_\_\_\_\_, Tomoko Iyda. Reflexões sobre categorias, conceitos e conteúdos geográficos: seleção e organização. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: 2. ed. Contexto, 2004.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização Cartográfica e o Livro Didático: uma análise crítica.** Belo Horizonte: 2.ed. Editora Lê, 1998.

\_\_\_\_\_, Elza Yasuko.;PASSINI, Romão.; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Diamantino. Paisagens, Lugares e Espaços: a geografia no ensino básico. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: n. 79, p. 9-21, 2003.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Professor como Pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (org.). **Cartografias do Trabalhador Docente: professor(a)-pesquisador(a).** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

PEREIRA, Isabel Cristina.; SILVA, Eli Pereira da. Competências Conceituais: tempo e espaço na sociedade tecnológica. In: SANTOS, Jocyléia Santana dos (org.). **Competências Interdisciplinares.** São Paulo: Xamã, 2009.

PILETTI, Cláudio. **Didática Geral.** São Paulo: 23ª ed. Ática, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: 3 ed. Cortez, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos.; MASCARIN, Silvia Regina. Problemas Sociais da Escola e a Contribuição do Ensino de Geografia. **Terra Livre.** São Paulo: n. 11-12, p. 243-264, ago. 2002/ago. 2003.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. O estudo do meio como trabalho integrador das práticas de ensino. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 70, p. 45-52, 1990.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. A Formação Inicial do Professor de Geografia. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.** São Paulo: 3 ed. Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. (Org.). **Um projeto... tantas visões: a educação ambiental na escola pública.** AGB. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. Licenciados em Geografia e as Representações Sobre o “Ser Professor”. **Terra Livre**. São Paulo: n. 11-12, p. 189-207, ago. 2002/ago. 2003.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. Estudo do meio e ação pedagógica. IN: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 14., 2006, Rio Branco, AC. Anais eletrônicos... Rio Branco, AC, 2006.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib.; PAGANELLI, Tomoko Iyda.; CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Pulo: 1.ed. Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib. O conceito de estudo do meio transforma-se em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José William. (org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. São Paulo; 3 ed. Papyrus, 2007.

\_\_\_\_\_, Nídia Nacib.; LOPES, Claudivan Sanches. Estudo do Meio: fundamentos e estratégias. Maringá: **Coleção Fundamentum**, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações Sobre Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T.A. QUEIROZ, Editor Ltda, 1991.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço Escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**. Feira de Santana: n.31, p. 103-118, jul./dez. 2004.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. Ensino de Geografia e a Formação do Geógrafo-Educador. **Terra Livre**. São Paulo: n. 11-12, p. 177-188, ago. 2002/ago. 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A (Re)descoberta do Espaço e a (Re)construção da Geografia. **Geosul**. Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 79-87, jan/jun. 1998.

RODRIGUES, Antonia Brito.; OTAVIANO, Claudia Arcanjo. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia. **Revista Geografia**. Londrina, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan/jun. 2001.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos. **Representações da Paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG**: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo. 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RUELLAN, Francis. O Trabalho de Campo nas Pesquisas Originais de Geografia Regional, In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano IV, n.01, p. 35-45, Rio de Janeiro, IBGE, Jan/Mar,1944.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, Lisboa: n. 36, v. 72, p. 37-53, 2001.

SANTOS, Eloisa Helena.; DINIZ, Margareth. O Sujeito, o Saber e as Práticas Educativas. **Trabalho & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-14, jan/jun, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: 5 ed. HUCITEC, 1997.

SANSOLO, Davis Gruber. Trabalho de campo e o ensino de geografia, **GEOUSP**. n.7, p. 713-726, Nov. 2009.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. Campinas: 5 ed. Autores Associados, 2006.

Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São José de Ribamar/MA, 2010.

Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar/MA, 2011.

SCHMITZ, Egídio Francisco. **Didática Moderna**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1982.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Saber. **Trabalho & Educação**, São Paulo, vol. 12, nº 1, p.1-14, jan/jun, 2003.

SERPA, Ângelo. O Trabalho de Campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, p. 7-24, jul. 2006.

SEVERO, Christiane Marques. **Pesca artesanal em Santa Catarina**: evolução e diferenciação dos pescadores da praia da pinheira. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Ana Maria. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: SILVA, Ana Maria Monteiro. et al. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Ana Maria Radaelli da. Trabalho de Campo: prática “andante” de fazer Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**. UERJ, Rio de Janeiro, n.11, p. 61-74, 2002.

SILVA, Armando Corrêa da. Fenomenologia e geografia, **Revista Orientação**. São Paulo, n.7, p. 53-56, 1986.

SILVA, Caenã Pereira. 2012. 1 **fotografia**, color, 10cm x 16 cm.

SILVA, Daniel Correa dos Santos. 2012. 1 **fotografia**, color, 10 cm x 16 cm.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Luana Beatriz Neves da. 2012. 1 **fotografia**, color, 10 cm x 16 cm.

SIMIELLI, Maria Elena. O Mapa como Meio de Comunicação e a Alfabetização Cartográfica. In: ALMEIDA, Rosângela Doin. (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Fátima Maria. A Paisagem como Campo de Estudo Geográfico. **Revista Cadernos do Logepa**, João Pessoa: Série Pesquisa, ano 02, n. 03, p. 47-54, 2004.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Lisboa: Publicações dom quixote, 1986.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues de. As interpretações da Paisagem. **Perspectiva Geográfica**. Cascavel, v. 3, p. 103-114, 2007.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: 2 ed. Annablume, 2008.

STRIDE, Richard Kenneth. **Diagnóstico da pesca artesanal marinha do Estado do Maranhão**. São Luís: UFMA/FINEP, 1992.

TACUSSEL, Patrick. Crítica e compreensão da vida cotidiana. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v.19, n.1, p.111-120, jan/jun. 1993.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários, **Faculté des Sciences de l'Éducation, Université Laval**, n.13 p. 05-24, jan/fev/mar/abr, 2000.

\_\_\_\_\_, Maurice.; RAYMOND, Danielle. Saberes, Tempo e Aprendizagem do Trabalho no Magistério. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 73, p. 209-244, dez, 2000.

TEIXEIRA, Salete Kozel.; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A Geografia das Representações e sua Aplicação Pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, nº 13, p. 239-247, 1999.

THOMAZ, Fernanda. Algumas Considerações Sobre a Pesquisa de Campo em Geografia Agrária. **GEOUSP**, São Paulo: Edição Especial, p. 211-220, 2009.

TOMITA, Luzia M. Saito. Trabalho de Campo como Instrumento de Ensino em Geografia. **Revista Geografia**. Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-15, jan/jun. 1999.

TRICART, Jean. O Campo na Dialética da Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: n. 19, p. 104-110, 2006.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: **Um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**, São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_, Yi-fu. **Espaço e Lugar, a Perspectiva da Experiência**, São Paulo: DIFEL, 1983.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, O seminário como técnica de ensino socializado. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Técnicas de ensino: Por que não?** São Paulo: Papyrus, 1991.

VENTURI, Maria Alice. A redação do trabalho de campo. VENTURI, Luís Antônio Bittar (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011.

VENTURI, Luís Antônio Bittar. A técnica e a observação na pesquisa. VENTURI, Luís Antônio Bittar (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011.

\_\_\_\_\_, Luís Antônio Bittar. Técnicas de interlocução. VENTURI, Luís Antônio Bittar (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011.



VESENTINI, José William. Geografia e Discurso Crítico: da epistemologia à crítica do conhecimento. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, n. 4, p. 7-13, 1985.

VIEIRA, Carlos Eduardo.; GOMES DE SÁ, Medson. Recursos Didáticos: do quadro-negro ao projetor, o que muda? Elza Yasuko.;PASSINI, Romão.; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_, Lev Semenovich. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich.; LURIA, Alexander Romanovich.; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**, São Paulo: 7. ed. ICONA, 2001.

ZAIDAN, Samira. Saberes Experienciais e Saberes Pedagógicos: um estudo. **Trabalho & Educação**, São Paulo, vol. 12, nº 1, p. 1-10, jan/jun, 2003.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto.; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Apropriação e Mobilização de Saberes na Prática Pedagógica: contribuição para a formação de professores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v.33, n.2, p. 247-262, maio/ago, 2007.